

§§



Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

Mestrado Integrado em Psicologia Clínica

Dinâmicas de coparentalidade em famílias por adoção em dois contextos:
Famílias heteroparentais em Portugal (Estudo 1) e Famílias homoparentais no
Brasil (Estudo 2), com filhos entre os 4 e os 18 anos

Mariana Freitas Lopes

Orientador de Dissertação:

Professor Doutor Pedro Alexandre Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção de grau de:

Mestre em Psicologia Clínica

Especialização em Psicologia Clínica

2021

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do
Professor Doutor Pedro Alexandre Costa,
apresentada no ISPA - Instituto Universitário
para obtenção de grau de Mestre na especialidade
de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de começar por agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Pedro Costa por ter tido um papel fundamental no meu crescimento. Por orientar de uma forma extraordinária o meu trabalho. Por ser capaz de acolher as minhas inseguranças e transformá-las em ferramentas de trabalho. Por aceitar os desafios que foram surgindo ao longo do caminho e por me ajudar a abraçá-los com maior segurança e motivação, contando sempre com o seu apoio. Estou imensamente grata por ter tido a oportunidade de ser orientada por si!

Gostaria de agradecer à Francis, por me ter acolhido no seu projeto, ter integrado a sua equipa e ter possibilitado de igual modo o meu crescimento dentro da área da investigação.

À minha família, em especial à minha mãe, ao Mário e à minha avó, porque sem eles o meu percurso não teria sido o mesmo. Ainda que com todas as adversidades, agradecer pelo enorme apoio que dão, por toda a vossa compreensão e preocupação, e reforçar que sem vocês não conseguiria estar aqui.

À Evy por a qualquer hora (seja às 9h da manhã ou às 23h) trocar sempre uma mensagem de “bom dia” comigo e estar presente em todas as conquistas, permanecendo ao meu lado. Por ser uma amiga inalcançável, sempre disposta a ajudar os outros. Por ter tantas e tantas vezes uma palavra empática e que transborda amor em tudo o que faz e diz.

À Maria João por suportar todas as minhas frustrações, os meus desesperos e receios, e ainda assim querer percorrer um caminho a meu lado e embarcar comigo em cada viagem. Por ser uma namorada incrível, sempre pronta a acolher até os momentos menos bons e transformá-los magicamente em lugares bonitos.

Ao ISPA por ao longo de 5 anos me ter demonstrado que, umas vezes sentados ao pé dos que nos guardam, outras vezes em pé à espera que um lugar vague, mas sempre conscientes de que o mundo gira e os lugares somos nós que os criamos. Por ter sido uma segunda casa e o refúgio que precisava por tantas vezes. Por ser um local que para sempre partilhará memórias inesquecíveis e que ficarão para sempre marcadas nesta caixinha que é o coração. Pela aprendizagem e crescimento que me permitiu. Pelas pessoas que levo (em pensamento ou no coração). Por ter sido a casa que me acolheu e viu crescer durante 5 anos.

Por último, gostaria ainda de agradecer aos participantes que contribuíram para a minha investigação. Obrigada por cada um de vós ter partilhado comigo um pouco da vossa história!

Resumo

Esta investigação teve como objetivo compreender as dinâmicas de coparentalidade em famílias heteroparentais em Portugal (Estudo 1) e em famílias homoparentais no Brasil (Estudo 2), com filhos entre os 4 e os 18 anos, de acordo com o modelo da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade de Feinberg. Foi utilizada uma análise qualitativa através do método da análise temática com um total de nove entrevistas: quatro a famílias heteroparentais em Portugal (Estudo 1) e cinco a famílias homoparentais (três famílias constituídas por duas mães e duas famílias constituídas por dois pais) no Brasil (Estudo 2). Foram realizadas três entrevistas individuais e uma em casal no estudo 1, e quatro em casal e uma individual no estudo 2. Observou-se que, no início do projeto de parentalidade, existe a tentativa anterior e/ou simultânea da parentalidade biológica face à parentalidade adotiva no estudo 1, enquanto que no estudo 2, ainda que ponderada, é a parentalidade adotiva a escolhida. Nas dinâmicas de coparentalidade, no estudo 1, os participantes parecem apresentar um menor suporte coparental, uma divisão menos satisfatória nas práticas parentais (com maior encargo para as mães heterossexuais) e uma gestão familiar conjunta com alguns conflitos (hostilidade), contrariamente ao estudo 2. A existência de desacordos e a forma de resolução dos mesmos parece ser semelhante em ambos os estudos. Foi possível observar particularidades nas famílias homoparentais como a interseção da identidade sexual e parental, e o balanço positivo do confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva.

Palavras-chave: Adoção; Coparentalidade; Famílias heteroparentais; Famílias homoparentais; Modelo da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade;

Abstract

This research aimed to understand the dynamics of co-parenting in heteroparental families in Portugal (Study 1) and in homoparental families in Brazil (Study 2), with children aged between 4 and 18 years old, according to Feinberg's model of internal structure and ecological context of co-parenting. A qualitative analysis through the thematic analysis method was used with a total of nine interviews: four from heteroparental families in Portugal (Study 1) and five from homoparental families (three families consisting of two mothers and two families consisting of two fathers) in Brazil (Study 2). Three individual and one couple interview were conducted out in Study 1, and four couple and one individual interview in Study 2. It was observed that, at the beginning of the parenthood project, there is a previous and/or simultaneous attempt of biological parenthood *versus* adoptive parenthood in Study 1, while in Study 2, although thoughtful, it is the adoptive parenthood that is chosen. In the dynamics of co-parenting, in study 1, the participants seemed to show less co-parental support, a less satisfactory division in parenting practices (with a greater burden for heterosexual mothers) and a joint family management with some conflicts (hostility), contrary to study 2. The existence of disagreements and the way of resolving them seemed to be similar in both studies. It was possible to observe particularities in homoparental families such as the intersection of sexual and parental identity, and the positive balance of the confrontation between pre-adoption expectations and the experience of adoptive parenthood.

Keywords: Adoption; Coparenting; Heteroparental families; Homoparental families; Model of the internal structure and ecological context of coparenting;

Índice

Introdução	1
<i>O Presente Estudo</i>	2
<i>Adoção</i>	3
<i>Adoção em Portugal e no Brasil</i>	4
<i>Importância da Adoção na Coparentalidade</i>	6
<i>Coparentalidade</i>	7
<i>Modelo da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade</i>	8
<i>Transição para a parentalidade</i>	9
Enquadramento Teórico	11
<i>A adoção como caminho para a parentalidade nas famílias</i>	11
<i>Estudo 1</i>	12
<i>Estudo 2</i>	12
<i>A coparentalidade nas famílias</i>	13
<i>Estudo 1</i>	15
Método	17
<i>Desenho de investigação</i>	17
<i>Participantes</i>	17
<i>Estudo 1</i>	17
<i>Estudo 2</i>	18
<i>Instrumentos</i>	19
<i>Procedimentos</i>	21
<i>Estudo 1</i>	22
<i>Estudo 2</i>	22
Plano de Análise	24
Resultados	25
<i>Estudo 1</i>	25
<i>Evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva</i>	27
<i>Perceção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva</i>	28
<i>Impreparação das mães no processo de adoção.</i>	29
<i>Coparentalidade em famílias adotivas</i>	29
<i>Existência de desacordos e resolução</i>	30
<i>Desacordo/ cedência pelo diálogo.</i>	31

<i>Não desautorização da figura parental.</i>	32
<i>Divisão de tarefas (in)satisfatória nas práticas parentais</i>	32
<i>Experiência de suporte coparental</i>	33
<i>Gestão familiar conjunta</i>	34
<i>Exposição da criança a conflitos.</i>	35
Estudo 2	36
<i>Evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva</i>	38
<i>Perceção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva</i>	39
<i>Coparentalidade em famílias adotivas</i>	40
<i>Existência de desacordos e resolução</i>	40
<i>Desacordo/ cedência pelo diálogo.</i>	42
<i>Não desautorização da figura parental.</i>	43
<i>Divisão de tarefas satisfatória nas práticas parentais</i>	43
<i>Experiência de suporte coparental</i>	45
<i>Gestão familiar conjunta</i>	46
<i>Interseção da identidade sexual com a identidade parental</i>	48
<i>Confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva</i>	50
Discussão	52
<i>Contextualização das duas realidades: Portugal e Brasil</i>	66
<i>Limitações</i>	68
<i>Implicações e Estudos Futuros</i>	69
<i>Conclusão</i>	71
Referências	74
ANEXOS	87
<i>Anexo A - Carta de Consentimento Informado</i>	88

Índice de tabelas

Tabela 1 – Informações sociodemográficas e características dos participantes do estudo 1. **18**

Tabela 2 – Informações sociodemográficas e características dos participantes do estudo 2. **19**

Índice de figuras

Figura 1 – Mapa temático dos resultados do estudo 1. **26**

Figura 2 – Mapa temático dos resultados do estudo 2. **37**

Introdução

Embora ao longo dos tempos tenham sido realizados estudos que se focaram em investigar a coparentalidade em configurações tradicionais, ainda é notável uma falta de conhecimento tanto em Portugal como no Brasil sobre as diferentes configurações familiares, inclusivamente em famílias que se constituíram por adoção. O aumento significativo de famílias adotivas nos últimos anos é relatado nos Estados Unidos, além de que, na última década, o número de casais do mesmo sexo que adotou duplicou no Reino Unido (onde foi aprovada a adoção desde 2015) (Gates, 2011; Goldberg & Conron, 2018). Estes dados podem sugerir que nos próximos anos tanto em Portugal como no Brasil (com aprovações ainda muito recentes da legislação) possam alcançar números semelhantes, e por conseguinte, a investigação da coparentalidade na diversidade das famílias adotivas possa andar a par com a evolução da sociedade.

Ainda que haja investigação nas diferentes famílias, esta tem-se direcionado nos filhos geralmente biológicos (McHale & Irace, 2011). No entanto, uma grande parte da literatura explora a dinâmica das famílias adotivas e os resultados psicossociais das crianças adotadas, com predominância de pais/mães heterossexuais que adotaram crianças (Brodzinsky, 2015; Palacios & Brodzinsky, 2010). Patterson e Farr (2011) têm dado passos no estudo da coparentalidade em casais do mesmo sexo (mães lésbicas e pais gays) com filhos adotivos, ainda que com maior incidência na divisão de trabalho sem explorarem as outras componentes da coparentalidade definidas por Feinberg (2003). Assim, muitos dos estudos sobre a (co)parentalidade têm-se centrado nos papéis de género e identidade sexual, sem dar ênfase à localização geográfica e ao contexto histórico-sociopolítico na experiência das famílias adotivas (Goldberg, Smith & Kashy, 2010; Farr & Patterson, 2013; Farr, Vásquez & Patterson, 2020). Os poucos dados existentes a nível da coparentalidade tornam também difícil estimar o número de famílias constituídas por casais do mesmo sexo e os caminhos que percorreram até à adoção. Por este motivo, os contextos em que as crianças são adotadas tornam-se fundamentais para a compreensão dos papéis parentais (Farr, Vásquez & Patterson, 2020).

Em Portugal, as famílias heteroparentais são cada vez menos constituídas com pelo menos um filho biológico, o que rompe o modelo tradicional e dá lugar a outras formas de parentalidade, como é o caso da adoção (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012; Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira & Leal, 2013). Além disso, recentemente, com a aprovação da adoção e coadoção, em 2016, por casais do mesmo sexo houve o reconhecimento legal e simbólico das

diferentes formas de família (OPP, 2017). Desta forma, dar foco à realidade vivenciada pelas diferentes famílias portuguesas (constituídas por casais do mesmo sexo e de sexo diferente) foi um objetivo inicial na minha investigação. Todavia, atendendo à dificuldade em identificar casais do mesmo sexo em Portugal que se tenham constituído família através da adoção, fez com que a minha investigação fosse alargada ao contexto brasileiro.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável de casais do mesmo sexo através da aprovação da lei brasileira em 2013, o que conferia a união estável por casais do mesmo sexo como uma modalidade de família, e por conseguinte, estaria garantido o direito à parentalidade por meio da adoção (Silva, Sousa & Fernandes-Eloi, 2017). Porém, a legislação no Brasil ainda que não proíba, também não aborda especificamente o tema, o que remete para um vazio legislativo no que concerne à adoção entre pessoas do mesmo sexo (Marques, 2021). Assim sendo, muitos são os debates sobre a igualdade de direitos conferidos aos casais de sexo diferente e do mesmo sexo, no que diz respeito a este tema. Para além disso, a maioria dos estudos em famílias homoparentais incluíram pais/mães que tiveram filhos por meio de adoções informais, adoções à brasileira, ou que tiveram filhos em relacionamentos heterossexuais anteriores (Palma & Strey, 2015; Costa & Shenkman, 2020). A temática das dinâmicas de coparentalidade tem-se vindo a aprofundar desde então no contexto de adoção por casais do mesmo sexo, o que remete à importância de investigar as mesmas em famílias homoparentais por adoção no Brasil. Não obstante, poucos são os estudos no Brasil que incluíram metodologia qualitativa sobre experiências de famílias LGB (Lésbicas, Gays ou Bissexuais) e os que integraram casais do mesmo sexo destacaram o ajustamento social, experiências de estigma e o contexto escolar, sem nunca refletirem sobre as dinâmicas de coparentalidade (Hernández & Uziel, 2014; Palma & Strey, 2015).

Tanto Portugal como o Brasil compartilham, mais que a língua portuguesa, valores semelhantes na influência sócio-política e histórica da Igreja Católica baseados na heteronormatividade (Barrientos e Nardi, 2016; Costa & Shenkman, 2020). Outro aspeto em comum é o progresso a nível legislativo que já possibilita o reconhecimento de relações entre pessoas do mesmo sexo em ambos os países (OPP, 2017; Latinobarómetro, 2015).

O Presente Estudo

O tema da dissertação consiste nas dinâmicas de coparentalidade em famílias por adoção, sendo que o objetivo geral do estudo consiste em compreender as práticas parentais em configurações familiares tradicionais (i.e., famílias heteroparentais) e não tradicionais (i.e., famílias homoparentais) que recorreram à adoção. A questão de investigação procura

compreender se surgem padrões de diferenças e semelhanças nas dinâmicas da coparentalidade em famílias, com filhos entre os 4 aos 18 anos. A dissertação contempla dois estudos: o estudo 1 que incide nas dinâmicas de coparentalidade no contexto português em famílias adotivas heteroparentais; e o estudo 2 que incide nas dinâmicas de coparentalidade no contexto brasileiro em famílias adotivas homoparentais. No presente estudo, em ambos os estudos, procura-se investigar o construto da coparentalidade a partir do modelo proposto por Feinberg (2003). Outro dos objetivos dos estudos é dar visibilidade a outras vivências menos conhecidas e, muitas vezes camufladas, ao permitir que as diferentes famílias adotivas demonstrem a singularidade da sua história familiar. O segundo objetivo e desafio a ser levantado é a desestigmatização da adoção e a reflexão mais aprofundada sobre a forma como se vêem as relações e em particular as práticas parentais, com base na especificidade das características de cada família.

Adoção

A adoção é um procedimento legal que pode ser definido como uma forma de estabelecimento de relações parentais entre pessoas sem vínculos biológicos (Silva, Comerlato, Wendling & Frizzo, 2018). A adoção significa dar uma família a crianças que não podem ser criadas na sua família de origem (família biológica), seja porque esta não ser capaz, não o desejar fazer e/ou porque está legalmente impedida do exercício da prática parental (Salvaterra, 2007). A adoção é, por isso, um processo gradual que sucede quando não se encontra uma resposta capaz no seio da família biológica e que leva a que uma pessoa, individualmente ou em casal, se torne pai e/ou mãe de uma ou mais crianças, permitindo-lhes concretizar o seu direito em formar uma família com filhos (Salvaterra, 2007; Instituto de Segurança Social, 2021).

Seabra Diniz (2019) traz-nos no seu livro as raízes emocionais do muito inquietante e apaixonante tema que é a adoção. O autor menciona “A adopção não é um daqueles temas de que se fala desapaixonadamente [...] Tem a ver com a infância, com o sentimento de pertença a uma família [...] Acorda assim as mais precoces e intensas experiências emocionais” (p. 20). Assim, a adoção conta a história de uma criança com o direito de viver e de se desenvolver no seio de uma família em que se sinta amada (Diniz, 2019). O autor (2019) vai expondo a importância da construção da ideia do que é ser filho, ser mãe e ser pai, e reflete sobre construtos mentais que se começam a pronunciar desde muito cedo como é o direito de pertença a uma família que toda a criança deve ter. Nunca é demais salientar a importância de boas representações internas e como estas constituem o suporte basilar de todo o bom

desenvolvimento da personalidade. Acaba por abordar que “os filhos adotados não terão problemas especiais se os pais adotivos tiverem ultrapassado razoavelmente os seus” (p. 97). Existem outros autores que complementarmente referem o papel parental como uma construção uma vez que toda a filiação, biológica ou não, é uma adoção (Miranda e Cohen, 2012; Silva et. al, 2018). Ou seja, uma criança só será considerada como filho se for emocionalmente adotada e existir um ambiente de acolhimento e de pertença (Miranda & Cohen, 2012). Salvaterra (2007) complementa ainda: “Há famílias que geram filhos, mas não os criam e, por outro lado, há famílias que criam filhos que não geraram. Ser pai e mãe é, pois, criar, amar e educar” (p. 8). As boas práticas parentais focam-se, portanto, no bem-estar da criança não só no imediato, mas sobretudo a longo prazo (Salvaterra, 2007).

À visto disso, uma adoção bem-sucedida é a que vai ao encontro das necessidades da criança, dando-lhe um lar e uma família de caráter permanente, para que a criança se sinta segura e acolhida. Além de ser um processo desafiador, a adoção vai ainda ao encontro das necessidades da família adotiva que desejou uma criança, assim como da família na qual a criança nasceu (Salvaterra, 2017). A complexidade das necessidades das crianças, as implicações da adoção durante toda a vida e as três partes integrantes (família biológica, criança e família adotiva) são também importantes. Assim, a parentalidade adotiva leva a uma nova constituição do núcleo familiar, num processo em que os integrantes sofrem uma transformação para a construção de um ambiente saudável e favorável ao desenvolvimento da criança (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2012).

Adoção em Portugal e no Brasil

Inicialmente, a adoção surgiu como uma resposta às necessidades dos adultos, em que era um meio de acesso à parentalidade que concebia a continuação de gerações quando as famílias eram confrontadas com problemas de fertilidade ou risco genético (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012). Na maioria dos casos a adoção foi mantida em segredo, com a finalidade de proteger a privacidade da família adotiva (e o estigma da infertilidade), a fim de proteger a família biológica de uma gravidez não desejada/ planeada e resguardar a criança do estigma (que ainda é) a parentalidade adotiva (Brodzinsky, 2005).

Com a crescente preocupação com o bem-estar de crianças adotadas e os esforços legislativos, a maioria dos países ocidentais formalizou e regularizou a prática da adoção (Palacios & Brodzinsky, 2010). Com isto, surgiu uma maior representação de famílias constituídas através da adoção, e por conseguinte, a maior visibilidade das diferentes configurações familiar (Costa & Bidell, 2017). Em Portugal, a adoção é cada vez mais comum

e uma alternativa à parentalidade biológica (Barbosa-Ducharme & Barroso, 2012; OPP, 2017). O Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional (2019) refere a adoção por parte de 117 casais de sexo diferente (81,8%) e 125 (85%) no ano anterior. O destaque do elevado número de crianças institucionalizadas à espera de serem adotadas e a escassez de famílias adotivas são também apontadas (Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional para a Adoção, 2019), o que leva à emergência do aprofundamento do conhecimento em torno da adoção e a fim de esta ser livre de discriminação com base no seu género e/ou orientação sexual (McConnachie, Foley, Lamb, Jadvá, Golombok, Ayed & Tasker, 2020).

Apesar de terem sido dados passos na legislação portuguesa, no Brasil ainda persiste uma tentativa de clarificar a lei em torno deste tema. A adoção conjunta de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo ainda que seja juridicamente possível, continua sem se conseguir alcançar o conceito de família na sua íntegra (Silva, Sousa & Fernandes-Eloi, 2017). O Cadastro Nacional de Adoção (2019) demonstra a falta de dados em relação aos diferentes tipos de família que recorrem à adoção, não mencionado o número de pessoas LGB que recorreram à adoção. Somente existem dados sobre os pretendentes da adoção no que diz respeito a crianças de diferentes etnias, o desejo de adotarem irmãos e/ou em função do sexo, idade e doenças que as crianças possam ter. Esta lacuna na (des)informação pode comprometer a forma estigmatizada como a sociedade continua a ver as famílias homoparentais. Do ponto de vista de Sedgwick (2007), “Viver no armário, e [...] sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto” (p. 39). Em função disso, a autora salienta que assumir-se como gay e pai simultaneamente acarreta a integração de dois aspetos culturalmente tidos como antagónicos e é nesse sentido que existem passos a dar. Alguns autores expõem a importância da maior consideração de casais constituídos por mulheres lésbicas ou homens gays como possíveis pais/mães adotivos (McConnachie et. al, 2020).

Ainda de realçar que em ambos os contextos, português e brasileiro, houve o aumento do reconhecimento legal e simbólico dos direitos de pessoas LGB, ainda que subsistam valores tradicionais enraizados por uma cultura androcêntrica com um elevado nível de religiosidade (Smith, 2011; Silva, Sousa & Fernandes-Eloi, 2017; Costa & Salinas-Quiroz, 2018; Costa & Shenkman, 2020). O catolicismo como principal religião em ambos os países influencia a conceção de unidade familiar e afeta as atitudes dos indivíduos seja em relação ao casamento de pessoas do mesmo sexo, seja no acesso das mesmas à parentalidade (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015; Costa & Salinas-Quiroz, 2018; Costa & Shenkman, 2020). Posto isto, as expectativas idealizadas nos papéis de género persistem na maioria das sociedades ocidentais

como um dos valores de tradicionalismo, o que ainda não permite a visibilidade total destas famílias (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015; Latinobarómetro, 2015; OPP, 2017).

Importância da Adoção na Coparentalidade

De acordo com Brodzinsky (1987), existe um aumento de vulnerabilidade de crianças adotadas a comportamentos e problemas psicológicos. A experiência da parentalidade adotiva expõe pais e filhos a um conjunto de conflitos psicossociais em que as famílias adotivas enfrentam desafios específicos em diferentes etapas de desenvolvimento. No primeiro ano de vida, as experiências de cuidados têm um valor acrescido, sendo que as experiências iniciais de maus-tratos, privação e negligência dentro da família biológica podem ter consequências a longo prazo para a organização na família adotiva (Dozier & Rutter, 2008). Na meia infância, por volta dos 6 aos 12 anos, a principal tarefa de desenvolvimento é compreender o que significa ser adotado. As crianças precisam de compreender não só que ganharam uma família, como que perderam uma (Brodzinsky, 1987). Isto faz com que experienciem uma perda que pode levar a sentimentos de ambivalência sobre ser adotado e, conseqüentemente, dificuldades a nível do ajustamento psicossocial (Pinderhughes & Brodzinsky, 2019). Além disso, os jovens adolescentes adotados enfrentam desafios únicos no desenvolvimento de uma identidade segura, porque muitos não têm informações sobre a sua família biológica e desconhecem as razões pelas quais chegaram até à adoção. Isto dificulta a experiência da história de vida em ser-se adotado e adquirir uma identidade adotiva coerente (Grotevant & Von Korff, 2011).

No decorrer das linhas de investigação que têm surgido nos últimos anos, Palacios e Brodzinsky (2010) têm estudado o impacto do ajustamento de crianças adotadas e a qualidade das relações familiares. Uma vez que as crianças adotadas geralmente demonstram maiores dificuldades comportamentais do que crianças não adotadas seria importante uma melhor compreensão das dinâmicas de coparentalidade para que se pudesse contribuir não só na representatividade das famílias, na desmistificação de preconceitos como na necessidade de haver um ajustamento mais exigente pela história pré-adotiva de perda e luto da criança (Palacios & Brodzinsky, 2010; Golombok 2015). Brodzinsky (1987) descreve o processo de perda em seis etapas (choque, negação, protesto, desespero, recuperação e reintegração), ainda que, muitas das vezes, o aumento nos problemas de comportamento de crianças adotadas seja reflexo do processo normal de luto adaptativo, devido à perda da família biológica.

Coparentalidade

Na última década, a coparentalidade tem assumido um valor crescente como um processo familiar fundamental (McHale & Lindahl, 2011). A investigação da coparentalidade tem auxiliado na compreensão do funcionamento familiar como um todo e no ajustamento psicológico da criança e dos pais/mães (Feinberg, Kan & Hetherington, 2007). A coparentalidade é definida como o conjunto de interações familiares entre as figuras parentais (pais/mães), o que remete para o envolvimento recíproco e conjunto das funções parentais na educação, responsabilidades e decisões sobre a vida dos filhos (Feinberg, 2002; Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2009). Feinberg (2003) aborda a coparentalidade como uma responsabilidade sobreposta ou compartilhada pelas figuras parentais (co-parentes) na criação dos filhos e consiste no apoio e na coordenação (ou falta dela) que os pais/mães exibem nos seus papéis parentais. O termo da coparentalidade não implica que haja uma igualdade de funções parentais em responsabilidade ou autoridade. O grau de igualdade na relação coparental é definido por cada um dos participantes na dinâmica, não menosprezando a influência que o contexto social e cultural tem. Na perspectiva de Feinberg (2003), o insucesso da dinâmica coparental não equivale à existência de um conflito coparental, mas sim à forma como esse desacordo/ divergência de ideias é resolvido.

Uma vez que existe um compromisso partilhado na educação do filho, a dinâmica coparental é descrita com expectativas, crenças, atitudes e comportamentos em relação à interação dinâmica entre a díade (McHale, 2007). As conceptualizações sobre a coparentalidade mencionam o subsistema com uma maior dimensão, como um subsistema autónomo que opera e é interdependente da estrutura familiar (Feinberg, 2003; Van Egeren & Hawkins, 2004). Não obstante, McHale (1995) enfatiza que a coparentalidade (subsistema executivo) adquire uma função fundamental na estrutura familiar, que influencia as características individuais de cada indivíduo, as características da criança, as relações entre mães/pais, e entre estes e a criança. Feinberg (2003) ressalva que a coparentalidade está inteiramente ligada a outros aspetos da relação geral dos co-parentes, todavia que “(...) a utilidade do conceito de coparentalidade reside na distinção conceitual criada entre as dimensões que se relacionam ao papel dos pais *versus* outros aspetos íntimos, conflitantes, instrumentais e relacionados ao papel dos relacionamentos dos pais” (p. 97). Numa revisão de Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2009) complementam que é um subsistema com mecanismos e características idiossincráticas, diferenciado dos processos relacionais como, por exemplo, o subsistema conjugal.

Modelo da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade

Vários são os autores que propuseram teorias de modo a contribuir para uma melhor conceitualização no estudo da coparentalidade (McHale, 1995; Van Egeren & Hawkins, 2004), porém foi Mark Feinberg (2003) que adquiriu uma maior relevância empírica no desenvolvimento teórico da coparentalidade com o seu Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico. Feinberg (2002; 2003) defende que a coparentalidade positiva está relacionada com a competência parental percebida pelas figuras parentais, com o comportamento das crianças, com uma parentalidade democrático-recíproca e pelo ambiente. Na sua conceitualização, apresenta a coparentalidade como um papel fundamental na estrutura e funcionamento da família, como na influência que tem na criança e no ajustamento da mesma.

Feinberg (2003) propôs um quadro conceitual da coparentalidade com quatro dimensões: (1) Acordo nas práticas parentais; (2) Divisão de tarefas parentais; (3) Suporte/Sabotagem do papel coparental e (4) Gestão conjunta das interações familiares.

(1) Nesta dimensão – acordo nas práticas parentais – é compreendida o grau de concordância (ou discordância) entre as figuras parentais sobre aspetos relacionados com a criança (e.g. tomada de decisões, educação, forma de prestar cuidado). Feinberg (2003) considera esta dimensão dual em que o grau de desacordo nas práticas parentais está relacionado com os problemas de ajustamento das crianças. A discordância entre as figuras parentais pode resultar em prejuízo na estrutura familiar (e.g. críticas e hostilidade), o que pode afetar a consistência das estratégias educativas usadas pelos pais/mães. No entanto, quando existe um “concordar em discordar” entre as figuras parentais, estas conseguem manter níveis elevados de apoio mútuo coparental.

(2) A divisão de tarefas diz respeito à coordenação, partilha de deveres e responsabilidades da criança na díade coparental, seja nas rotinas diárias, responsabilidades financeiras, médicas ou legais. Esta componente tem um impacto significativo na satisfação com a relação coparental e com os níveis de stress parental. Quanto maior a divisão de tarefas, menor o stress no desempenho das funções parentais e maior a satisfação com a relação com o outro co-parente.

(3) Esta dimensão – suporte/sabotagem do papel coparental – relaciona-se com o grau de suporte mútuo entre as figuras parentais, que se manifestam através da validação da eficácia/competências do outro membro, o respeito e promoção das práticas parentais. O reforço, apoio emocional e de respeito são manifestações de suporte coparental, enquanto que padrões de hostilidade, depreciação, crítica, culpa e competição são manifestações de falta de

apoio (sabotagem). Assim, o suporte do papel coparental consiste na qualidade e grau do suporte entre a díade, sendo que a qualidade está associada ao ajustamento das crianças e dos pais/mães, e ainda contribui para sentimentos de competência parental e trajetórias adaptativas nos filhos.

(4) Nesta dimensão – gestão conjunta das interações familiares – abrange a gestão, pontuação e modelação das interações familiares, com foco nas interações entre as figuras parentais. A eficácia desta componente confere um autocontrolo eficiente da díade sobre os seus comportamentos e padrões de comunicação entre eles. Nesta dimensão são compreendidos três aspetos: conflitos, coligações e equilíbrio da regulação emocional familiar. Esta componente inclui o grau em que expõem as crianças a alianças e/ou conflitos interpessoais, como é que os pais/mães regulam os papéis dos membros da família e definem limites entre os subsistemas familiares – incluindo o grau em que expõem as crianças a alianças e/ou conflitos interpessoais. A qualidade do funcionamento estrutural da família está dependente desta componente da coparentalidade e, por conseguinte, do equilíbrio na interação entre pais/mães e a criança.

Com o decorrer das concetualizações em torno da coparentalidade, Feinberg, Brown e Kan (2012) desenvolveram-se sete dimensões com base nas quatro dimensões do modelo teórico descrito à *priori*: (1) Acordo nas práticas parentais; (2) Divisão de tarefas parentais; Suporte/Sabotagem que se subdivide em três dimensões: (3) Suporte coparental; (4) Sabotagem e (5) Aprovação parental; a última dimensão no modelo anterior - Gestão conjunta das interações familiares – foi renomeada para (6) Exposição ao conflito; e, por fim, foi desenvolvida uma sétima dimensão designada (7) Proximidade coparental, que dá conta do grau de intimidade e força da relação coparental.

Transição para a parentalidade

Apesar da constituição das famílias, a transição para a parentalidade traz alguns desafios e alegrias (Farr et. al, 2020). A transição para a paternidade tem um grande impacto na coparentalidade, uma vez que nos fornece dados sobre a forma como a família se prepara para a receção de um filho e antecipa determinadas situações (Feinberg & Kan, 2008; Figueiredo & Lamela, 2014; Solmeyer, Feinberg, Coffman, & Jones, 2013). Na perspetiva de Cowan & Cowan (1992), um dos motivos pelo qual a transição para a parentalidade tem impacto na coparentalidade é o facto de os novos pais estarem recetivos à educação. A literatura relata que após a adoção de um primeiro filho, há um período de *stress* e adaptação, em que a

saúde mental e física pode ficar comprometida (Cowan & Cowan, 1988; McKay, Ross & Goldberg, 2010). Segundo Figueiredo e Lamela (2014), a transição para a parentalidade incentiva a resolução de um conjunto de tarefas desenvolvimentais, individuais, coparentais e familiares, para que haja uma transição ajustada e que resulte numa parentalidade bem-sucedida. Aliás, o período de transição pode ser significativo (nos efeitos negativos como positivos) do ajustamento como da qualidade do relacionamento. Goldberg e Smith (2008) descobriram que uma maior perceção de apoio social e uma melhor qualidade de relacionamento estavam associados a uma saúde mental mais favorável. Com este período de transição, muitos casais relatam declínios na satisfação e uma maior dificuldade com a parentalidade, o que tem sido associado a problemas emocionais e comportamentais nas crianças (Tomfohr-Madsen, Giesbrecht, Madsen, MacKinnon, Le & Doss, 2020).

Em famílias constituídas por casais heterossexuais, as diferenças entre as experiências e os papéis entre homem e mulher podem ser acentuadas durante o período de transição, impulsionando as diferenças tradicionais nos papéis de género (Salmela-Aro, Nurmi, Saisto, & Halmesmaki, 2000). Assim, a insatisfação parental pode advir da sobrecarga da mulher no trabalho doméstico e na divisão de tarefas parentais, o que poderá causar conflito conjugal (Cowan & Cowan, 1992). A qualidade conjugal depende, portanto, da perceção de justiça por parte das mães nas contribuições dos pais, sendo que quanto maior a perceção de justiça percecionada, maior a qualidade conjugal (Terry, McHugh, & Noller, 1991). Por outro lado, em casais gays, a transição para a parentalidade foi relatada como transformadora posto que ainda antes da chegada da criança foi relatada a superação de estereótipos negativos sobre a homoparentalidade masculina (como a sua identidade sexual), o que pode indicar uma maior entreajuda entre os futuros pais/mães (Gianino, 2008). Ainda assim, apesar da constituição das famílias, foi evidenciada uma diminuição da qualidade do relacionamento em famílias adotivas durante a transição para a parentalidade (Goldberg, Smith & Kashy, 2010).

Enquadramento Teórico

A partir da última metade do século XX, ainda que com maior prevalência nos últimos 40 anos, a natureza e a estrutura das famílias começaram a sofrer alterações significativas (Golombok, 2015; Salvaterra, 2007). O crescimento de núcleos familiares contemporâneos como famílias homoparentais permitiu quebrar as tradicionais dinâmicas familiares e, conseqüentemente, questionar a dicotomia de género e a desigualdade inicialmente impostas (Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009). Além disso, o reconhecimento das diferentes formas de família confere igualdade de direitos às diferentes famílias, ao invés de realçar a ideia de que a presença simultânea de duas mães ou dois pais tenha subjacente más práticas parentais, limitando estas ao género de quem cria e educa (Gato & Fontaine, 2011; Golombok, 2015).

O surgimento de estudos sobre famílias adotivas homoparentais parece ter sido motivado em parte pela controvérsia em torno da adoção de crianças por parte de casais do mesmo sexo (Farr, et. al, 2020). Com este debate, compreendeu-se que as configurações familiares têm uma maior importância para o desenvolvimento psicossocial das crianças do que a estrutura familiar, isto é, a criação de filhos em nada implica a função do exercício da parentalidade. Por exemplo, a investigação nos EUA e no Reino Unido indicam que as famílias LGB são tão capazes de educar um filho quanto as famílias heteroparentais (Farr, Forssel & Patterson, 2010; Gates, 2011; Goldberg & Smith, 2008; Carneiro, Tasker, Salinas-Quiroz, Leal, & Costa, 2017; Crawl, Ahn, & Baker, 2008). Portanto, o desenvolvimento psicossocial de crianças criadas por pais do mesmo sexo não é afetado negativamente pela orientação sexual (Patterson, 1992; Allen & Burrell, 1996; Crawl et al., 2008; Costa, 2012; Carneiro et. al, 2017).

A adoção como caminho para a parentalidade nas famílias

A escolha da adoção como um caminho para a parentalidade pode implicar diferenças no processo de decisão dependendo do nível do desejo parental de cada família. Estudos conduzidos nos Estados Unidos e em toda a Europa, inclusive em Portugal, mostraram que o desejo parental parece ser mais prevalente entre indivíduos heterossexuais do que em indivíduos do mesmo sexo (Baiocco & Laghi, 2013; Costa & Bidell, 2017; Riskind & Patterson, 2010; Gates, Badgett, Macomber & Chambers, 2007). Essa diferença pode ser pelo menos parcialmente explicada pela internalização de estigma em torno de género não normativo e sexualidade, que está associado a um menor desejo parental (Baiocco, Argalia & Laghi, 2014). No entanto, o crescimento do desejo parental parece estar evidente em diferentes estudos e alguns deles situam a prevalência de desejo em homens gays e mulheres lésbicas que desejam

consistentemente ter filhos (Baiocco & Laghi, 2013; Costa & Bidell, 2017; Riskind & Patterson, 2010; Gates, Badgett, Macomber & Chambers, 2007).

Estudo 1

Em indivíduos heterossexuais, os “*desafios com infertilidade*” foram um dos motivos para adotar crianças, sendo que descreviam a adoção como um caminho de “*segunda escolha*” para a paternidade, sendo procedida da desistência da parentalidade biológica. Por exemplo, no Reino Unido, o *status* de infertilidade prediz significativamente a vontade de adotar (Jennings, Mellish, Tasker, Lamb & Golombok, 2014). Em particular para quando se enfrentam limitações reprodutivas, é relevante ter em conta que a adoção pode não ser aceitável com unanimidade pelo casal (Langdridge, Connolly & Sheeran, 2000). Além disso, os futuros pais adotivos também podem temer que os seus filhos apresentem problemas emocionais e comportamentais ou desenvolvam características hereditárias inesperadas (Park & Hill, 2014).

Estudo 2

Por outro lado, menos de metade dos casais LGB não desejaram recorrer à via biológica da parentalidade e, por isso, eram menos propensos a procurar tratamentos de fertilidade. Em casais do mesmo sexo, a adoção era, portanto, a primeira opção para o seu caminho da parentalidade (Goldberg & Smith, 2008; Farr et al., 2010; Mallon, 2000; Goldberg, Downing & Richardson, 2009; Farr & Patterson, 2016; Jennings et al., 2014). A visibilidade das diferentes relações e das próprias práticas parentais foi um fator determinante na motivação parental das famílias homoparentais (Baiocco et. al, 2014; Golombok, 2015; Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009; Riggle, Rostosky, & Horne, 2010). Ainda que estudos indiquem um menor desejo parental em casais do mesmo sexo, a adoção por casais do mesmo sexo pode ser vista como vantajosa uma vez que permite uma relação igualitária com a criança com a qual não são biologicamente relacionados (Costa & Tasker, 2018; Goldberg, Downing & Richardson, 2009). Adotar uma criança pode facilitar os casais no desenvolvimento de um relacionamento simultâneo e simétrico com o seu filho, ou seja, a igualdade parental promove uma maior segurança e estabilidade emocional através da conexão entre a família adotiva e a criança (Goldberg et al., 2009; Jennings et. al, 2014). Isso pode significar que a parentalidade biológica seja menos valorizada por pessoas LGB, que por sua vez estão mais dispostos a considerar a adoção: “A pesquisa indica que as minorias sexuais tendem a valorizar os laços relacionais sobre os laços biológicos na definição de quem eles consideram ser família, talvez em parte

porque eles são vulneráveis à rejeição pelas suas próprias famílias (biológicas) de origem” (Goldberg, Downing, & Moyer, 2012, p. 160).

A decisão pela adoção em indivíduos LGB pode ser ainda facilitada pelas dificuldades em se conseguir a parentalidade biológica, principalmente em famílias de pais gays (Goldberg, Downing, & Richardson, 2009). As famílias constituídas por dois pais são frequentemente consideradas uma das mais controversas das novas formas de família, visto que é menos frequente do ponto de vista societal que os pais sejam os cuidadores primários (Golombok, 2015). Os pais gays desafiam as suposições generalizadas ainda mantidas em muitos países de que as mulheres são mais educadoras e mais adequadas (Bibartz & Stacey 2010). Além de que pais gays presenciam altas taxas de estigma associado à parentalidade, o que pode afetar a saúde psicológica dos pais e o ajustamento da criança (Perrin, Hurley, Mattern, Flavin & Pinderhughes, 2019). Alguns estudos qualitativos dirigidos nos EUA relataram que para alguns homens gays a decisão de adotar uma criança estava enraizada no forte desejo de ter filhos (Gianino, 2008; Mallon, 2004), todavia idealizam em terem filhos biológicos. Ainda que isso possa ser refletido, esta ideia acaba por ser abandonada pelo receio de ter uma terceira pessoa envolvida (a mulher gestante) e/ou pelas dificuldades legais (Vitule, Couto & Machin, 2015). Por estes motivos, a adoção é considerada um desafio adicional uma vez que tiveram que superar barreiras internalizadas à parentalidade e ajustar as expectativas da família de origem, as suas próprias expectativas e as expectativas heteronormativas e de género do que um “*bom pai*” é (Hicks, 2006; Mallon, 2004).

Ainda assim, as mulheres lésbicas podem resistir em procurar a adoção porque priorizam o parentesco biogenético em comparação a homens gays (Riskind & Patterson, 2010; Tate & Patterson, 2019; Goldberg et al., 2009). As mulheres lésbicas podem valorizar as experiências de gravidez e o parto de uma forma semelhante a muitas mulheres heterossexuais. Para casais de lésbicas que não conseguiram engravidar após os tratamentos de fertilidade, a decisão de adotar pode satisfazer um desejo parental intenso. Porém, por outro lado, a adoção após tratamentos de fertilidade fracassados também pode sugerir que a adoção é percebida como o segundo caminho para a paternidade (Park & Hill, 2014; Parry, 2005).

A coparentalidade nas famílias

Uma grande parte da literatura explora as dinâmicas de coparentalidade em famílias adotivas e os resultados psicossociais das crianças adotadas, com predominância de pais/mães heterossexuais que adotaram crianças (Brodzinsky, 2015; Palacios & Brodzinsky, 2010). Deste

modo, os estudos que exploram as dinâmicas de coparentalidade raramente incluem famílias constituídas por mães lésbicas e pais gays que adotaram, e nesse âmbito incidem sobretudo em termos da divisão de trabalho familiar dos casais (Patterson & Farr, 2011). Assim, as pesquisas que investigam a coparentalidade e o desenvolvimento das crianças em famílias com diferentes gêneros parentais e orientação sexual (ou seja, aquelas com pais do mesmo sexo e de sexos diferentes) podem ampliar a compreensão sobre os efeitos da coparentalidade nas crianças (Farr, Bruun & Patterson, 2019). McHale e os seus colegas (2002) abordam ainda a parentalidade não definida com base na biologia, gênero, estado civil ou *status* legal. Ademais, a maioria das pesquisas sobre a homoparentalidade tem-se concentrado nos papéis de gênero e identidade sexual, porém o contexto histórico-sociopolítico não foi explorado (Farr & Patterson, 2013), ainda que sejam dimensões que se relacionam com a experiência de famílias adotivas homoparentais. Os contextos em que as crianças são adotadas são fundamentais para compreender os papéis parentais (Farr et. al, 2020).

Relembrando o modelo concetualizado por Feinberg (2003) e tendo por base o mesmo: O desacordo na criação dos filhos por si só pode não levar a um impacto familiar negativo, posto que o importante é a compreensão de como o desacordo é resolvido. Por exemplo, alguns pais que conseguem “*concordar em discordar*” podem ser capazes de manter altos níveis de apoio mútuo de coparentalidade, negociar discordâncias de forma ativa e respeitosa e adotar compromissos nos quais se baseiam para a gestão familiar (Dush, Kotila, Schoppe-Sullivan, 2011). As famílias que negociam de maneira ativa e respeitosa as resoluções de desentendimentos podem não sofrer os efeitos negativos do desentendimento junto dos filhos. Ao invés disto, o desacordo na criação dos filhos pode ser importante na medida em que afeta positivamente outros componentes da coparentalidade ou da vida familiar. Assim, as questões de discordância na criação dos filhos podem desempenhar um papel significativo ao afetar a consistência das práticas disciplinares entre os pais (Feinberg, 2003).

Em relação à divisão de tarefas, esta não tem de ser percebida como igualitária, mas sim como justa para que haja satisfação na dinâmica coparental (Patterson & Farr, 2011; Farr & Patterson, 2013). Isto quer dizer que a satisfação individual da díade está relacionada com a justiça e aceitabilidade da divisão do trabalho (co)parental. O processo pelo qual um entendimento mútuo é alcançado tem uma maior relevância, do que se os pais alcançam uma divisão equitativa do trabalho parental (Patterson & Farr, 2011; Farr & Patterson, 2013).

Quanto ao suporte e apoio no papel da díade, a afirmação da competência do outro, o reconhecimento das contribuições e a defesa das decisões e autoridade de cada um é fundamental (McHale, 1995; McHale & Irace, 2011). Na última dimensão “gestão conjunta de

interações familiares”, a exposição de crianças a conflitos interparentais, especialmente conflitos frequentes e/ou não resolvidos está associada à qualidade dos pais e ao ajustamento da criança (Feinberg, 2003; Grych & Fincham, 1990). Feinberg (2003) enfatiza que mesmo na ausência de um conflito aberto, os pais variam no grau em que contribuem de maneira equilibrada para as interações com toda a família. Por outras palavras, os pais podem encontrar um equilíbrio no seu envolvimento em interações triádicas ou maiores, ou um pode assumir a liderança e o outro pode-se retirar.

Estudo 1

A nível das famílias heteroparentais, autores referem que as mães são a principal força organizadora da relação de coparentalidade e que, conseqüentemente, optam por envolver ou, contrariamente, excluir o pai na criação dos filhos (Schoppe-Sullivan, Brown, Cannon, Mangelsdorf & Sokolowski, 2008). Assim, a divisão de tarefas inerentes ao quotidiano é muitas vezes percecionada pelas mães heterossexuais como injustas pela (falta de) contribuição dos pais (Terry et. al, 1991). É fundamental compreender a perceção das mães neste domínio, uma vez que geralmente realizam a maioria das tarefas domésticas, tal como assumem maioritariamente a responsabilidade das práticas parentais dos filhos (Demo, Acock, & Hurlbert, 1993). A presença maioritária das mães nos papéis parentais evidencia uma menor coparentalidade de apoio entre mãe e pai. No entanto, alguns dados sugerem que os pais mostram uma coparentalidade mais positiva do que as mães (Gordon & Feldman, 2008; Lindsey, Caldera, & Colwell 2005) e mais satisfação com a coparentalidade (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Ao examinar a participação entre os pais de cada casal, os casais heterossexuais apresentaram discrepâncias significativamente maiores na participação, sendo que a coparentalidade de apoio foi associada a uma melhor adaptação da criança e maior envolvimento entre os cuidadores (Farr & Patterson, 2013). A insatisfação nas práticas parentais era mais facilmente demonstrada quando os casais relataram maior especialização, sugerindo uma possível desvantagem em dividir o trabalho de acordo com os papéis tradicionais de género (Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004). Neste estudo, as mães heterossexuais relatam idealmente querer fazer um pouco mais da metade dos cuidados infantis, e pais heterossexuais relatam idealmente querer fazer um pouco menos da metade (Patterson et. al, 2004). Assim, a coparentalidade é descrita com uma divisão igual nas responsabilidades domésticas e criação dos filhos, sendo que quanto maior a igualdade, maior a satisfação indicada (Tornello, Kruczkowski & Patterson, 2015; Tornello, Sonnenberg, &

Patterson, 2015). Os papéis distintos de coparentalidade de mães *versus* pais foi associado a influências contextuais (como é o exemplo das horas de trabalho e a satisfação) e à qualidade da coparentalidade ou às diferenças de gênero nas associações entre os papéis parentais (Riina & Feinberg, 2018; Farr, Bruun & Patterson, 2019). Cowan e Cowan (1992) relataram ainda que os pais que gastavam menos horas em empregos remunerados estavam mais envolvidos no cuidado dos filhos.

Estudo 2

Em famílias homoparentais, a parentalidade tendia a ser dividida igualmente nas responsabilidades domésticas e criação dos filhos e quanto maior a igualdade, maior satisfação indicada pelas mães/ pais (Tornello et. al, 2015a; Tornello et. al, 2015b). Outros autores sugeriram que famílias homoparentais ao planejarem ter filhos, podem compartilhar as obrigações parentais de forma mais igualitária do que famílias heteroparentais (Bibartz e Stacey, 2010; Tornello et. al, 2015a; Tornello et. al, 2015b).

A pesquisa existente mostrou de igual modo que casais de lésbicas e gays frequentemente relatam a divisão do trabalho de cuidar dos filhos de maneira relativamente uniforme (com a partilha de cuidados), enquanto que casais heterossexuais frequentemente relatam especialização (McHale, 1995; McHale & Irace, 2011; Goldberg, 2010; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004). Quando o cuidado dos filhos foi dividido igualmente, as mães lésbicas relataram maior satisfação com as divisões de trabalho e menos problemas de comportamento infantil (Patterson, 1995), aumentando a possibilidade de que as divisões de trabalho compartilhadas possam, por si mesmas, ser benéficas para as crianças. Similarmente, em casais de pais gays, maiores discrepâncias entre a divisão real e ideal do trabalho proporcionaram uma menor satisfação (Tornello et. al, 2015a; Tornello et. al, 2015b).

Método

Desenho de investigação

Os estudos que compõem a minha dissertação de mestrado integram-se num projeto mais alargado intitulado “Foi Assim que Aconteceu, A NOSSA FAMÍLIA”, aprovado pela Comissão de Ética do ISPA. A equipa do mesmo é constituída pela Psicóloga Clínica Francis Teplitzky, pela Professora Doutora Isabel Leal e pelo Professor Doutor Pedro Costa. O projeto incide sob a resiliência familiar em famílias que recorreram à parentalidade por diferentes vias que não a conceção natural, nomeadamente, a adoção.

O desenho da investigação foi descritivo com metodologia qualitativa através de entrevistas semiestruturadas individuais e/ou em casal. A abordagem qualitativa por meio de entrevista semiestruturada pretende compreender com maior profundidade as variáveis do estudo, assim como permite que os participantes associem livremente aspetos que considerem importantes sobre a sua perceção na transição para a parentalidade e que impacto teve a nível das diferentes dinâmicas de coparentalidade. Têm assim uma maior liberdade de expressão, o que poderá levar as famílias a considerarem aspetos a trabalhar. Além disso, os estudos quantitativos em contextos mais conservadores e religiosos são uma dificuldade acrescida, sendo também por isso a metodologia qualitativa a selecionada (Costa & Shenkman, 2020). O desenho do estudo foi retrospectivo e com corte transversal.

Participantes

Na totalidade dos dois estudos foram incluídas nove famílias, em que cada uma das famílias tinha adotado pelo menos um filho, com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos. Todos os pais/mães relatam um estatuto socioeconómico médio-alto e com estado civil casado/a. Foram excluídas famílias adotivas que tivessem mais do que um filho biológico, de modo a homogeneizar a amostra nos dois estudos e incluir maioritariamente filhos/as por adoção.

Estudo 1

No estudo 1 foram recrutadas quatro famílias heteroparentais com idades compreendidas entre os 39 e os 57 anos ($M= 45.8$), com nacionalidade portuguesa e que habitam atualmente em Portugal Continental. Das quatro famílias, foram realizadas três entrevistas individuais (só com a mãe) e uma de casal. O estudo 1 incluiu pais/mães caucasianos, porém houve a adoção de crianças com etnia negra (especificado na *Tabela 1*).

A idade dos filhos variou entre os 5 aos 18 anos ($M= 14.2$), sendo que na totalidade das quatro famílias foram incluídos seis filhos. Na *família 1* houve a adoção de 4 crianças (ainda que só estejam dentro dos critérios de inclusão 3 dos 4 filhos) e nas restantes três famílias houve a adoção de uma só criança. As adoções foram realizadas em Portugal, a nível nacional e conjuntamente por ambos os membros do casal. Todas as crianças estavam institucionalizadas à data da adoção.

Tabela 1.

Informações sociodemográficas e características dos participantes do estudo 1.

	Família 1	Família 2	Família 3	Família 4
Pseudónimo	Carolina & Pedro	Maria	Catarina	Amélia
Idade	46 & 46	41	39	57
Nº de filhos e idades	3 filhos* (10, 12 e 17 anos)	1 filho (12 anos)	1 filho* (16 anos)	1 filho (18 anos)
Informação adicional	<i>Ambos participaram na entrevista. * O casal adotou quatro filhos, porém só se incluiu três filhos devido ao critério de idades. ** Três dos filhos têm etnia negra.</i>	<i>A entrevista foi realizada individualmente.</i>	<i>* O casal teve uma filha biológica (com 7 anos) após a adoção do primeiro filho. É a única família que teve uma filha biológica após a adoção ** O filho tem etnia negra.</i>	<i>A entrevista foi realizada individualmente.</i>

Nota. Os pseudónimos apresentados surgiram da alteração dos nomes de maneira a garantir o anonimato dos participantes.

Estudo 2

Para o estudo 2 foram incluídas cinco famílias homoparentais, duas constituídas por pais gays e três constituídas por mães lésbicas/bissexuais. Os participantes têm idades compreendidas entre os 30 e os 62 anos ($M= 45.5$), com nacionalidade brasileira e que habitam atualmente no Brasil. Das cinco famílias, foram realizadas quatro entrevistas em casal e uma entrevista individual (neste caso, numa família com duas mães). O estudo 2 incluiu pais/mães caucasianos e de etnia negra (especificado na *Tabela 2*).

A idade dos filhos variou entre os 4 e os 17 anos ($M=11.9$), sendo que da totalidade das cinco famílias foram incluídos oito filhos. Nas *famílias 5 e 7* houve a adoção de filhos que tinham laços biológicos entre si e na *família 9* foi relatada a adoção tardia de um pré-adolescente com 13 anos. As adoções foram realizadas no Brasil, a nível nacional e conjuntamente por

ambos os membros do casal, à exceção da *família 6* em que houve adoção singular por uma das mães. Todas as crianças estavam institucionalizadas à data da adoção, no entanto as crianças adotadas nas *famílias 7, 8 e 9* já passaram por famílias de acolhimento.

Tabela 2.

Informações sociodemográficas e características dos participantes do estudo 2.

	Família 5	Família 6	Família 7	Família 8	Família 9
Pseudónimos	Rui & Paulo	Eva & Rita	Luísa & Nádía	Beatriz	Mário & Jorge
Idade	56 & 62	52 & 52	30 & 41	50	31 & 36
Nº de filhos e idades	2 filhos* (15 e 17 anos)	1 filho (9 anos)	3 filhos* (4, 6 e 14 anos)	1 filha* (17 anos)	1 filho (13 anos)
Informação adicional	<i>Ambos participaram na entrevista. * O casal adotou três filhos, porém só se incluiu dois filhos devido ao critério de idades. Todos os filhos são irmãos biológicos. Os três filhos têm etnia negra.</i>	<i>Ambas participaram na entrevista. * A adoção do filho foi individual pela mãe R. devido à ocultação da sua identidade sexual, antecipando o estigma e o receio de não poder ser mãe.</i>	<i>Ambas participaram na entrevista. * Todos os filhos são irmãos biológicos. Os três filhos têm etnia negra.</i>	<i>A entrevista foi realizada individualmente. * O casal adotou duas filhas e existe a adoção informal da filha mais velha, porém só se incluiu a filha mais nova devido ao critério de idades. A filha tem etnia negra, tal como as mães.</i>	<i>Ambos participaram na entrevista. * A adoção do filho é considerada adoção tardia porque o adotaram com 12 anos. O filho tem etnia negra.</i>

Nota. Os pseudónimos apresentados surgiram da alteração dos nomes de maneira a garantir o anonimato dos participantes.

Instrumentos

Realizou-se uma entrevista semiestruturada com cada participante tendo por base um guião da entrevista sobre o tema dinâmicas de coparentalidade na parentalidade adotiva através da experiência de pais/mães. O processo de desenvolvimento do guião para os dois estudos decorreu de uma reflexão acerca dos principais conceitos na definição das dinâmicas da coparentalidade na parentalidade adotiva, tendo por base as componentes do modelo de Feinberg. Esta entrevista foi realizada de forma semidirigida, centrada no tema das dinâmicas de coparentalidade na parentalidade adotiva através de quatro temas principais: o desejo parental, a evolução do projeto de parentalidade adotiva, o processo de transição para a parentalidade e as dinâmicas de coparentalidade. Deste modo, houve um guião direcionado para

cada um dos estudos, com cerca de 16 questões centradas, adaptadas de acordo com os participantes e o decorrer da entrevista.

No início das entrevistas foram colocadas questões abertas sobre o surgimento da parentalidade adotiva, nomeadamente como evoluiu o desejo parental, como foi o processo de tomada de decisão (explorou-se se a parentalidade adotiva foi a primeira opção do casal) e como foi vivido o processo de transição para a parentalidade. A questão introdutória foi *“Gostava que me falasse um pouco sobre a vossa história de como se tornaram mãe/pai... sobre como tudo começou...”*. Posteriormente, as questões incidiram na evolução do desejo parental e se houve consenso no processo de adoção como a comunicação no planeamento: *“Como é que surgiu o desejo? Era importante para cada um de vocês?”*; *“Como foi o processo de tomada de decisão quando pensaram pela primeira vez em terem filhos?”*. Ainda que tenha sido utilizado o mesmo instrumento para ambos os estudos, o guião no estudo 1 foi construído atendendo à possibilidade de surgirem situações de infertilidade, o que pode ter um maior impacto na adoção. Por esse motivo, quando é referido uma situação de infertilidade anteriormente à adoção, pretendeu-se apreender o impacto que isso poderia ter tido nas dinâmicas de coparentalidade. Nesse sentido, as questões colocadas foram *“Para si seria então importante ou fundamental que o filho fosse biológico?”*; *“Podiam falar-me um pouco sobre esta fase? Como descobriram, que impacto teve em vocês?”*. No estudo 2, houve inclusão de novas questões de modo a compreender, por exemplo, se nas famílias LGB, a sua identidade influenciou o desejo parental e se sim, como foi vivido: *“Sente que a sua identidade influenciou de alguma forma a sua aspiração/vontade de ter filhos?”* ou *“Sempre se viram como pais/mães no futuro?”*. Quando a história do percurso até à adoção foi questionada, pretendeu-se ainda compreender como foi contar à família e a forma como foi vivenciado através da questão *“Como foi contar à família este desejo pela parentalidade e posteriormente que passaria de um desejo a uma realidade?”*. Explorou-se se houve contacto e/ou suporte percebido dentro da própria comunidade LGBT.

Após a compreensão da forma como a parentalidade adotiva foi vivida, o guião centra-se nas componentes das dinâmicas de coparentalidade, em que se pretende ter acesso à gestão do dia-a-dia seja na divisão de tarefas; seja no uso de disciplina (na consistência e/ou desautorização); na perceção de suporte coparental; na forma de resolver eventuais conflitos aquando do desacordo e na satisfação (ou não) subjacente a estas práticas parentais. Estas componentes foram exploradas através de questões como *“Como é que tem sido em relação à gestão do vosso dia-a-dia com os seus/vossos filhos?”*; *“Sente que a gestão do dia-a-dia, como por exemplo, a divisão de tarefas parentais ou até mesmo nos cuidados da criança, costumam*

estar de acordo? E como é que se sente em relação a essa divisão?”; “Sente que existe suporte por parte da sua parceira/parceiro/mãe do seu filho/pai do seu filho?”; “E quando estão em desacordo, como é que costumam resolver?”. O exemplo da última pergunta dirige-se em particular ao desacordo e na forma como este é resolvido. Esta questão foi direcionada para compreender a qualidade da comunicação, da relação e da intimidade, uma vez que a forma como os conflitos são resolvidos entre ambos/as, permite igualmente apreender a gestão face à educação dos filhos. Numa parte final, procurou-se compreender a expectativa dos pais/mães face às práticas parentais. Exemplo disso foi a questão *“Pensando nas expectativas que tinham em conjunto sobre a educação do vosso filho, antes da adoção, e a vossa prática hoje em dia sente diferenças ou sente que tem sido, mais ou menos, como anteciparam educar o vosso filho?”* Propôs-se ainda compreender receios e expectativas no que diz respeito à revelação da adoção aos filhos, explorando de igual forma a relação entre pais/mães-filhos/as e qual a abertura para falarem sobre este assunto. No estudo 1, coloca-se a questão *“Sei que em Portugal não surge esta questão porque a adoção é fechada, mas o que é que pensa sobre isto?”* dado que a adoção em Portugal é fechada. No estudo 2, coloca-se a questão *“Então e se o seu filho aos 18 anos demonstrasse interesse em conhecer a família biológica, como é que se ia sentir em relação a este assunto?”* Assim, a entrevista é finalizada com a possibilidade de compreensão das idealizações dos pais/mães adotivos/as.

Procedimentos

Os procedimentos realizados ao longo dos dois estudos ocorreram em várias etapas, sendo que a primeira foi a aprovação do projeto de investigação por parte da Comissão de Ética do ISPA- IU. Relativamente à recolha da amostra, iniciou-se primeiramente um contacto com os participantes através da divulgação da página oficial do projeto em que esteve integrada e anteriormente mencionado. A divulgação da página oficial do projeto “Foi Assim que Aconteceu, A NOSSA FAMÍLIA” no *Facebook* permitiu alcançar um maior número de pessoas e dar credibilidade científica aos estudos.

O tipo de amostragem, em ambos os estudos, foi não probabilístico, em que se utilizou a amostragem acidental (casual ou conveniente) e a amostragem de propagação geométrica (*Snowball*), uma vez que foi fundamental a homogeneidade da amostra (Maroco, 2018). Na amostragem acidental, os participantes foram selecionados por conveniência ou acidentalmente (por exemplo, as pessoas que enviaram e-mail com interesse em participar ou que responderam nos grupos de adoção) (Maroco, 2018). A amostragem de propagação geométrica (*Snowball*) foi utilizada uma vez que se incluiu na amostra sujeitos pouco acessíveis ou com características

difíceis de encontrar. Assim sendo, identificam-se possíveis sujeitos na população e constrói-se a amostra de população especial questionando um conjunto de informadores iniciais que forneça nomes de outros potenciais membros ou divulgue o projeto pela rede de contactos (Maroco, 2018; Ribeiro, 2010).

Estudo 1

No estudo 1, a divulgação da página oficial do projeto facilitou o contacto com participantes uma vez que contactaram via *e-mail* com interesse em participar no estudo. Além disso, com a ajuda do pelo professor Pedro Costa e através de contactos facultados pelo mesmo permitiu completar os participantes para a amostra. Realizou-se de igual modo possíveis contactos através das redes sociais junto de organizações e redes de contacto LGBT, no entanto não foi possível a recolha de dados de famílias homoparentais portuguesas, o que originou os dois estudos dentro do meu projeto de investigação.

Estudo 2

No estudo 2 houve uma dificuldade acrescida na recolha de dados, dado que inicialmente o projeto incluiria somente famílias portuguesas. O recrutamento de toda a amostra do estudo 2 foi realizado na íntegra por mim, mesmo após tentar recrutar numa primeira instância sujeitos LGB em Portugal e num segundo momento haver ainda a tentativa de recrutamento de sujeitos heterossexuais no Brasil. Porém não sendo possível aceder a famílias LGB em Portugal nem a famílias heteroparentais no Brasil, sucedeu a recolha de amostra junto de famílias homoparentais no Brasil. A recolha de dados no estudo 2 deu-se maioritariamente recorrendo-se às redes sociais, especialmente o *Facebook* onde através de grupos de adoção no Brasil e de grupos LGBT+ no Brasil se conseguiu divulgar o estudo e alcançar o maior número de participantes. Ainda assim houve participantes que contactaram via *e-mail* e foi-lhes pedido para que divulgassem o projeto dentro da comunidade LGBT, de modo a conseguir-se atingir a amostra pretendida.

Em ambos os estudos, num primeiro momento foram explicados os objetivos da pesquisa e garantidos o direito à confidencialidade e anonimato, tal como a possibilidade de os participantes não colaborarem nos estudos. Aos participantes que aceitaram participar nos estudos, foi-lhes enviado algumas informações sobre o projeto. Seguidamente, facultou-se o Consentimento Informado e o preenchimento de dados sociodemográficos de maneira a compreender se os participantes correspondiam às características pretendidas para o projeto.

Assim sendo, já após a assinatura do Consentimento Informado e todas as dúvidas esclarecidas foram contactados de maneira a agendar-se as entrevistas conforme disponibilidade de ambas as partes. Ainda que integrada no projeto abrangente, para ambos os estudos, houve a adaptação do guião conforme a minha questão de investigação, sendo que foram posteriormente realizadas um total de nove entrevistas (em que quatro correspondem ao estudo 1 e cinco dizem respeito ao estudo 2). Das nove entrevistas realizadas, seis foram realizadas integralmente por mim. A totalidade das nove entrevistas foram realizadas via *Zoom*, devido à distância e à situação pandémica do COVID-19. No início de cada uma das entrevistas, foram lembrados da gravação da entrevista anteriormente solicitada no Consentimento Informado. Posteriormente foram realizadas as entrevistas sobre as dinâmicas de coparentalidade. As entrevistas variaram temporalmente consoante os participantes e foram ajustadas conforme o discurso, com uma duração mínima de 46 e máxima de 133 minutos, tendo sido a média de tempo de realização das mesmas de aproximadamente 90 minutos. Cada entrevista foi gravada e seguidamente transcrita na íntegra. Já após a análise de resultados, as gravações de áudio das mesmas foram devidamente eliminadas e os nomes foram alterados por pseudónimos de modo a manter o anonimato e confidencialidade da informação dos participantes.

Plano de Análise

A metodologia qualitativa foi a selecionada por ter um caráter subjetivo, flexível, sensível aos dados e orientado para a descoberta (Yardley, 2016; Serapioni, 2000). Além de ser assumir uma realidade dinâmica e menos restritiva, a metodologia qualitativa de autorrelato permite uma maior liberdade aos participantes pelas perguntas abertas que possibilitam aos entrevistados que respondam por palavras próprias e da forma que desejam, comparativamente à metodologia quantitativa estruturada (Barker, Pistrang & Elliott, 2016). Deste modo, existe a possibilidade de compreender a perspectiva dos sujeitos, a experiência vivida pelos mesmos e dar-lhe significado com profundidade e detalhe, tendo em consideração a questão de investigação (Yardley, 2016; Serapioni, 2000). Dentro da metodologia qualitativa, optou-se pela entrevista semiestruturada, uma vez que possibilita a replicação dos estudos tal como a oportunidade de se aprofundar temas não antecipados (Horsburgh, 2003).

As entrevistas foram analisadas através do método de análise temática, que permite identificar, analisar e reportar padrões de significado (temas) a partir de um conjunto de dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006). Este método analítico consiste na identificação do que é comum na forma com o tópico é abordado e compreender as diferenças, para que se consiga responder à questão de investigação (Braun & Clarke, 2006). A análise temática utiliza uma abordagem indutiva ou *bottom-up*, segundo os autores (2006), em que os temas foram identificados com base nos dados e conceitos.

Resultados

Esta investigação teve como objetivo compreender as dinâmicas de coparentalidade em famílias heteroparentais em Portugal (Estudo 1) e em famílias homoparentais no Brasil (Estudo 2), com filhos entre os 4 e os 18 anos. Os resultados têm como base o modelo da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade de Feinberg (2003), porém como se adotou uma abordagem *bottom-up*, o modelo só surge na última parte da análise. O mapa temático é uma ferramenta para mapear as facetas do desenvolvimento da análise e interconexões entre temas e subtemas (Braun & Clarke, 2006). Existe um mapa temático para cada um dos estudos, sendo que no estudo 1 o mapa temático é constituído por sete temas e por três sub-temas (Figura 1) e no estudo 2 o mapa temático integra nove temas e dois sub-temas (Figura 2).

Estudo 1

Apresenta-se em seguida a descrição do mapa temático do estudo 1 (Figura 1). O estudo 1 tem assim 7 temas e 4 sub-temas. É de destacar que existem ligações entre os temas. Exemplo disso é o tema coparentalidade em famílias adotivas que é um tema abrangente que se divide em quatro temas (existência de desacordos e resolução; divisão de tarefas (in)satisfatória nas práticas parentais; experiência de suporte coparental; gestão familiar conjunta). O tema existência de desacordos e resolução divide-se em dois sub-temas (desacordo/ cedência pelo diálogo; não desautorização da figura parental). O tema gestão familiar conjunta tem como sub-tema exposição da criança a conflitos. Os outros dois temas formados, fora do tema da abrangente das dinâmicas da coparentalidade (evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva; percepção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva), têm uma trajetória que graficamente representa uma sequência cronológica, no entanto não representa uma causalidade. Por último, o tema percepção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva tem como sub-tema a impreparação das mães no processo de transição.

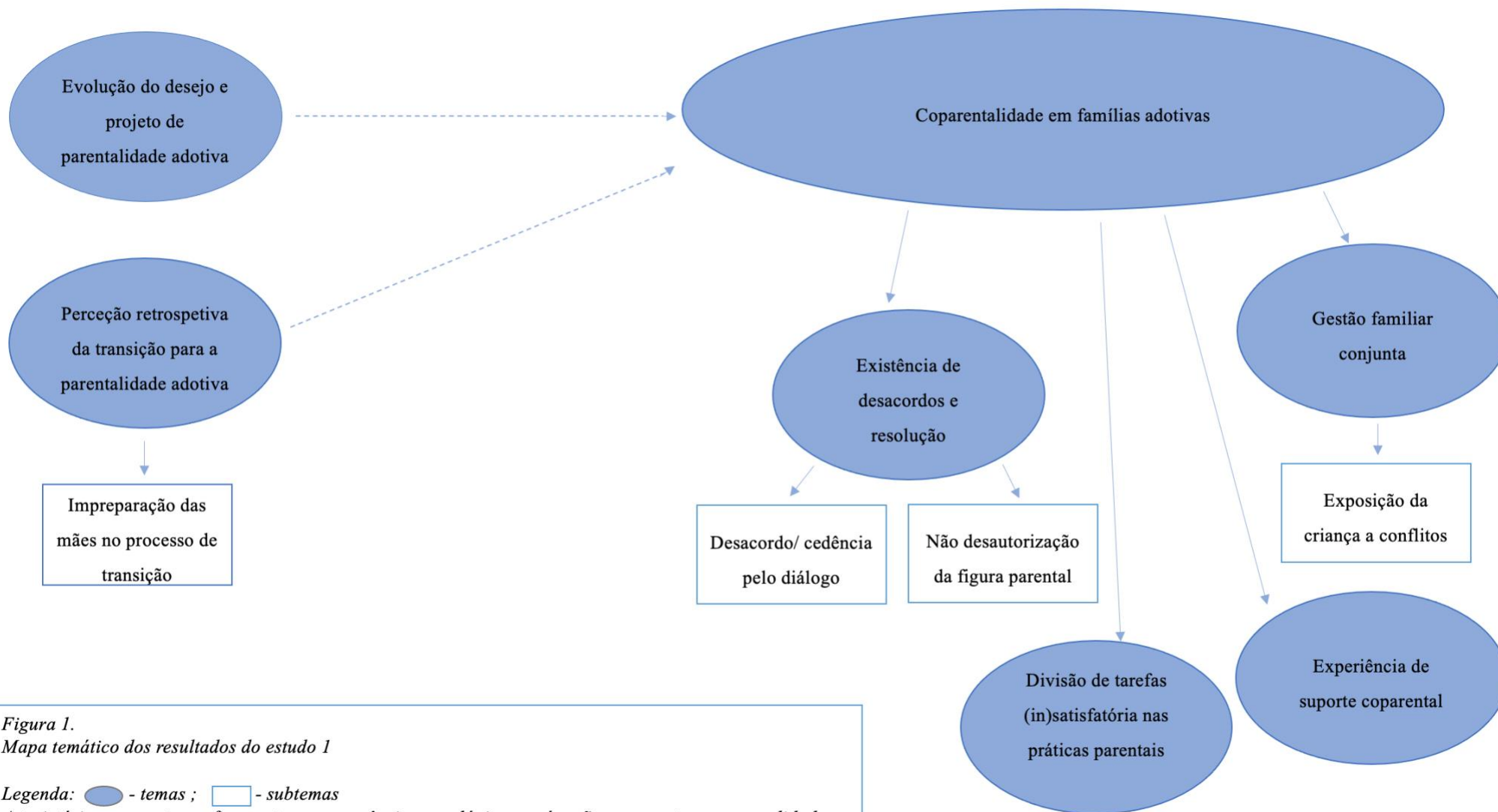


Figura 1.
 Mapa temático dos resultados do estudo 1
 Legenda: ● - temas ; □ - subtemas
 A trajetória representa graficamente uma sequência cronológica, porém não representa uma causalidade.

Evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva

Este tema refere-se ao surgimento do desejo da parentalidade e à evolução do mesmo até à adoção, tal como a forma como o projeto de parentalidade adotiva foi construído. Na construção do projeto de parentalidade adotiva, as mães relatam uma preparação física e psicológica para a parentalidade adotiva, desde a importância da estabilidade emocional, económica ou ambos os membros estarem casados. São destacadas as experiências de parentalidade biológica como um caminho inicial de se aceder à parentalidade, enquanto que a adoção surge em segundo plano como uma forma de constituírem família com filhos. A parentalidade biológica foi mencionada anteriormente como em simultâneo à tentativa de parentalidade adotiva, sendo que esta última só é prosseguida devido a motivações externas ao casal (p.ex. infertilidade, aconselhamento médico e/ou limitações de saúde e idade) que de algum modo impedem/dificultam a parentalidade biológica:

“(...) na altura gostaríamos de ter... de constituir família e fomos fazendo todos os programas e todos os percursos para termos uma conceção natural. Só que dado a nossa idade, e éramos fumadores e tínhamos algumas limitações que nos poderiam criar alguns problemas relativamente à nossa conceção natural e nós falámos logo na hipótese de nos inscrevermos para adotar (...) inscrevemo-nos e, entretanto, fizemos paralelamente todos os percursos. Fizemos exames. (...) E fomos já, estávamos a ser acompanhados para fazer uma inseminação artificial” (Amélia)

O surgimento do desejo da parentalidade começou a ser refletido pelos casais após irem viver juntos ou estarem casados. Concretamente a parentalidade adotiva começou a ser refletida após a tentativa da parentalidade biológica, ainda que em alguns casos haja discrepâncias no que toca ao desejo parental do casal. As mães revelam já terem refletido sobre a parentalidade adotiva, enquanto que a perceção que têm é que os pais nunca tinham pensado sobre essa possibilidade, limitando-se à parentalidade biológica. O desejo parental é descrito pelas mães como mais intenso e maioritariamente mais precoce na parentalidade em geral e, em concreto, na parentalidade adotiva.

“Ah foi logo no início. Aliás, o meu desejo de ser mãe sempre foi muito marcado e logo no início do casamento começámos a falar nisso. Entretanto nós casámos em 2003 e em 2004, vá até 2004 começámos a tentar. Não conseguindo, fiz tratamentos e a adoção sempre foi uma opção nossa. Aliás, mais minha.... Que eu tinha sempre colocado em cima da mesa. Apareceu aí, neste contexto de infertilidade e colocámos os papeis em 2008/2009 e em 2010 tornámo-nos família com uma criança.” (Catarina)

A parentalidade adotiva é vivida em alguns aspetos de forma análoga à parentalidade biológica em existe a comparação por parte das mães das duas vias da parentalidade, ao longo

do decorrer do processo de adoção. Além da similaridade no que diz respeito ao tempo de espera (caracterizado como semelhante a uma gravidez), reforçam a ideia de que existe de igual forma uma idealização face ao “filho perfeito”.

“Eu acredito que ao fim ao cabo não é muito diferente daquilo que os pais biológicos acabam por fazer. Todos sonhamos com o filho perfeito, não é?! (...) “É nosso. Era o que estava destinado”. Este é nosso e nunca sequer pensámos na hipótese de “opá, mas não foi isso que eu escolhi”, digamos assim. Ah, não! Olha, foi isso que aconteceu. Podia ter acontecido se fosse biológico” (Maria)

Na evolução do projeto de parentalidade adotiva, as mães evidenciam a contribuição dos filhos com a participação ativa dos mesmos. Isto significa que enquanto se foram construindo como família, a configuração da mesma foi-se transformando também de acordo com o desejo dos filhos. Esta construção e co-construção da família surgiu quando o desejo dos filhos foi tido em consideração seja na ponderação ou desistência de uma nova adoção:

“Tanto que estamos a pensar em pôr os papéis. Foi a resolução deste ano que tivemos. (...) Ela tem imensa vontade de ter uma irmã. (risos) E ele aceita. E ele aceita. Na adolescência dele “ai não, agora tenho de aturar mais uma”, mas ele tem jeito. “Ah e se vocês adotarem vai dormir onde, no meu quarto?!” (Catarina)

Em suma, na evolução do projeto de se constituírem família com filhos, as mães percecionam o surgimento do desejo parental dos pais pela via biológica, sem terem refletido sobre a parentalidade adotiva, enquanto que elas próprias salientam um desejo parental mais intenso e maioritariamente mais precoce na parentalidade em geral e, em concreto, na parentalidade adotiva. Assim, a parentalidade adotiva surge como um segundo caminho pelo insucesso/ dificuldade da parentalidade biológica, uma vez que em todas as famílias houve uma tentativa prévia, simultânea ou posterior da parentalidade biológica mesmo após a adoção de pelo menos um dos filhos.

Perceção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva

Este tema engloba o sub-tema *impreparação das mães no processo de adoção*, que se refere à falta de preparação parental sentida pelas mães no processo de transição para a parentalidade. Relativamente ao tema, retrata a perceção de apoio sentido (ou falta dele) no processo de transição para a parentalidade em geral e em específico para a parentalidade adotiva. A divergência de ideias entre os casais é caracterizada pelas mães com falta de diálogo no processo de transição para a parentalidade, o que se pode sugerir uma maior expectativa das mesmas em dialogar com os pais, o que parece não acontecer. Esta discrepância sentida pelas mães parece promover a perceção de falta de apoio por parte dos pais em que o processo de

transição para a parentalidade é evidenciado como individual, inclusivamente no insucesso sentido na parentalidade biológica, ao invés de ser um processo conjunto e em casal:

“É assim, também esse trabalho é feito mais sozinha... Porque em termos de casal isso não é assunto para ele. (...) Eu acho que ele faz para me defender e para se defender também. Mesmo os abortos. Pronto, entretanto, engravidei. Temos uma filha, voltei a engravidar em 2017 e é não-assunto. (...) O aborto espontâneo é não-assunto. Este processo tudo. Ele diz “ah vai-se resolver” e pronto. Não vamos falar muito do assunto porque isso magoa.” (Catarina)

Impreparação das mães no processo de adoção. A falta de preparação parental sentida no processo de adoção pelas mães é descrita neste sub-tema. Esta impreparação (falta de preparação física e emocional) está relacionada com a imprevisibilidade do tempo de espera à chegada de uma nova criança e na rapidez com que se dá a transição de ser-se futura mãe adotiva versus ser-se mãe adotiva. Uma das famílias aborda o facto de esta dificuldade possa ser ultrapassada com maior facilidade quando é um processo conjunto e vivido a dois (em casal), o que poderá indicar que maioritariamente é um processo vivido como solitário pelas mães, e reforçando assim a perceção de falta de apoio:

“Portanto, numa semana agora toma: “vão ser pais”, portanto agora habitua-te (E: Hum...hum...) e isto é um turbilhão muito grande sinceramente (...)A gente de uma hora para a outra vê uma criança que nos olha nos olhos e nos diz “são os meus pais”. Nós numa semana fazemos uma gestação de 9 meses (...), portanto, aquilo é um turbilhão, olhar para uma criança que... Bem, isto foi um grande trambolhão. Foi mesmo. (...) Caímos de paraquedas, literalmente! (...) e muitas vezes a gente ficava a olhar um para o outro “e agora o que é que se faz?!” Porque na verdade não tivemos preparações. Não houve reuniões de pré-partos, nem preparações de qualquer espécie. Portanto, temos uma semana para fazer 9 meses de gestação, digamos assim. Numa semana tivemos de ser pais.” (Maria)

De forma conclusiva, as mães heterossexuais relatam a transição para a parentalidade, nomeadamente a parentalidade adotiva, como um processo individual, o que se pode traduzir na falta de preparação parental sentida pelas mesmas no processo de adoção.

Coparentalidade em famílias adotivas

Este tema é abrangente no mapa temático tendo por base o modelo concetualizado por Feinberg (2003), sendo que por esse motivo inclui quatro temas inerentes (existência de desacordos e resolução; divisão de tarefas (in)satisfatória nas práticas parentais; experiência de suporte coparental; exposição da criança a conflitos).

Existência de desacordos e resolução

Este tema é constituído por dois sub-temas: (1) *desacordo/ cedência pelo diálogo*; (2) *não desautorização da figura parental*. Todos os participantes demonstraram a existência de desacordos e abordaram a forma como resolvem os mesmos. As mães descrevem a presença de desacordos associada à discrepância de práticas parentais: uma maior exigência das mães em relação à educação dos filhos, enquanto que percebem uma maior permissividade dos pais:

“A mãe é um bocadinho mais exigente. Portanto, perdoa com menos facilidade. O pai é um mãos-largas como se costuma dizer “ah coitadinho do pequeno”. Mais depressa ele sabe levar o pai, que é mesmo assim. Ah quando quer alguma coisa já sabe que se pedir ao pai vai conseguir. Assim de antemão” (Maria)

Somente uma das mães relata trazer para a tomada de decisão outras perspetivas (exteriores às da dinâmica coparental), o que o pai considera como negativo. Esta perceção negativa por parte do pai advém de, na sua perspetiva, para haver uma tomada de decisão somente deve ser considerada a opinião de ambos (sem a interferência de outros exteriores à dinâmica coparental). Ainda assim, nesta família, a discordância coparental na tomada de decisão é tida como uma vantagem uma vez que permite que conjuntamente olhem para as decisões de “*todos os ângulos*”:

“P: (...) quando nós tomamos uma decisão já olhámos para ela de todas os ângulos. Agora também tem uma coisa... olhamos para ela de todos os ângulos e depois cometemos...”

C: Às vezes há ângulos inesperados.

P: Eu só olho para dois ângulos: o meu e o da C., mas a C. olha para os ângulos de toda a gente.

C: O teu perfil é entrar em conflito, ou seja, (fala para a entrevistadora) basicamente o P. é manipulador. Eu não gosto que entrem em conflito e pronto, mas pronto é o meu estilo.

P: A C. é muito boa mãe de professores, eu sempre tentei ser pai de alunos. A C. é mãe de professores.

Eu de facto não olho e ignoro todo o que me dizem, ah, e procuro só o meu ângulo e do dela, e tento reforçar sempre o meu. (...) A única opinião que me interessa é a da C. e mesmo assim é uma guerra para aceitar e tento mudar. Mas é a única que tento mudar” (Carolina & Pedro)

Apesar de na família anterior a discordância coparental tenha sido abordada como vantajosa, em todas as famílias a existência de desacordos é relatada alguma insatisfação por parte das mães. Esta insatisfação parece advir da falta de consenso nas práticas parentais entre mãe e pai, o que se expressa através do desacordo sobre a educação do filho:

“Disse o (pai) “não tens nada que andar a chatear o gaiato porque se ele diz que está tudo controlado é porque está.” Olha bem visto, pronto. Foi aí que começaram os conflitos, mas só por causa disto. (...) E comecei a aborrecer-me com o meu marido, porque o (filho) não estava a estudar nada. E o (pai) acha que nós devemos incutir responsabilidade às crianças e não devemos obrigar, então fomos falando com ele” (Amélia)

Desacordo/ cedência pelo diálogo. Este sub-tema surge pela existência de desacordo e retrata a forma como é resolvido através da cedência por meio do diálogo. A chegada a um consenso dá-se através do diálogo/ argumentação, em que o casal se tenta adaptar face à tomada de decisão. Embora o desacordo seja resolvido pelo diálogo, tendencialmente existe sempre cedência de uma das partes:

“Vamos a argumentos. Vamos a argumentos. Portanto, a gente também sabe que... eu normalmente é que tenho a última palavra. (risos) (...) ah e como eu estou de alguma forma relacionada com a área da educação, tenho uma palavra talvez mais pesada. Na última palavra... também tenho um argumento mais forte, mas normalmente o meu marido ouve-me quando temos de argumentar, alguma coisa, mas normalmente a gente está em sintonia. (...) quando acontece alguma situação, a gente já vai desde o início da situação até à tomada de uma decisão, estamos os dois a par do que é e já começamos a prever qual é que vai ser o melhor caminho” (Maria)

A mesma mãe que anteriormente abordou a discordância coparental como vantajosa, refere de igual forma neste sub-tema que a cedência através do diálogo permite despertar uma postura analítica dos intervenientes na dinâmica coparental:

C: (...) nós o que temos feito é que temos tentando, mais ou menos, adaptarmo-nos e passo a passo, situação a situação, encontrando um consenso, encontrando um meio termo, não é?! Que fica por vezes mais dominante a visão dele, mas que a minha maneira de intervir também acaba por se destacar.

P: Sim, mas facilmente temos conversas horas e horas a discutir, a um convencer o outro, o que nos faz perder imenso tempo de vida. E isto passasse com absolutamente tudo, (...) Quando a C. quis mudar os miúdos de escola, já aconteceu várias vezes. Eu disse “não” e impus que não podia ser e ela cedeu dessa vez e muitas vezes ela convence-me, ou eu convenço-a a ela. Mas, não há quase decisão nenhuma que não seja discutida até à exaustão, ou até às tantas da noite. Até um adormecer, às vezes acontece.

P: Eu acho que sermos dois é muito importante e sobretudo, nós temos esta vantagem de nunca concordamos em nada e por isso quando nós tomamos uma decisão já olhámos para ela de todas os ângulos. (Carolina & Pedro)

De forma conclusiva, a tomada de decisão e a própria resolução dos desacordos dá-se pela negociação (diálogo) e pela cedência de uma das partes dentro da dinâmica coparental. Ainda assim, apesar de ser relatada a chegada a um acordo através da cedência pelo diálogo, é manifestada alguma insatisfação pela falta de consenso nas práticas parentais entre mãe e pai.

Não desautorização da figura parental. Este sub-tema surge pela existência de desacordos e descreve a forma como é resolvido através da não desautorização da figura parental. Todos os participantes revelam a não desautorização da figura parental (na presença dos filhos) como uma das formas de não exposição dos filhos a mensagens contraditórias. Assim, no caso de um dos pais não permitir algo ao filho, não importa que o outro tenha permitido, sendo que a prevalece a regra em que nenhuma das partes deve desautorizar a outra. Se surgir nova discordância com a tomada de decisão, ambos conversam sobre o assunto novamente sem a presença dos filhos:

“E quando não estamos não damos a parte fraca à frente deles. (risos) Falamos depois, mas estamos ali e tentamos que a educação dele seja inclusiva e educamos mesmo na diferença. (...) não expressamos à frente deles, tentamos não contrariar o outro à frente deles” (Catarina)

Divisão de tarefas (in)satisfatória nas práticas parentais

Este tema descreve a forma como a divisão de tarefas parentais é realizada na dinâmica coparental. As mães percecionam a partilha de responsabilidades inerentes à educação dos filhos com alguma falta de participação dos pais em algumas atividades, sendo que são as mães percecionam que realizam maioritariamente as tarefas parentais:

“C: Eu vou com eles para a praia e sempre adorei ir com eles para a praia, e o P. sempre achou uma grande chatice ir para a praia. (...) De facto, não era fácil, mas fazia-se. (...) Lembro-me que no ano em que estava eu de licença e eu “ah agora ele também vem e não sei quê” e ele chegava lá e punha-se a dormir, e eu ficava super irritada. Os miúdos a querer que ele brincasse com ele” (Carolina & Pedro)

A forma como as mães descrevem a falta de participação dos pais (e envolvimento dos mesmos nas tarefas em relação aos filhos) parece estar relacionada com alguma (in)satisfação sentida. Apesar disto, uma mãe relata a participação do pai nas tarefas dos filhos pela sua dificuldade em conciliar a parentalidade com a vida profissional. Esta dificuldade por parte da mãe em estar presente para os filhos traduz-se na participação mais ativa do pai, uma vez que justifica a necessidade de alguma das figuras parentais estar presente para os filhos. Outra característica relatada por esta mãe é a participação do pai como “gestor da casa”, enquanto que a mãe sempre que está presente se assegura pelas funções mais domésticas:

“Aqui em casa a principal dificuldade é o meu horário. As atividades extracurriculares, que não são muitas, que eles... vá, agora andam os dois nos escuteiros e agora andam em casa com a pandemia. Às vezes para o meu marido é que é mais complicado para ele ter de ir, porque nós não moramos mesmo numa cidade. Temos de andar para trás e para a frente. Eles andam nas atividades e eu muitas vezes não as posso assumir, porque estou a trabalhar. Essa parte aí, ele diz que ter de ir buscar e pronto. É assim o que o

chateia a ele e que eu também não posso contribuir como eu queria, por causa do horário, mas pronto” (Catarina)

A percepção da falta de participação dos pais é também evidente na forma como as mães referem a divisão de tarefas, em que abordam a parentalidade primeiramente na primeira pessoa e só posteriormente é que incluem o pai como participante na educação dos filhos:

“Ah, mas consigo conciliar. Vamos conciliando. Acho que também é muito mau se eu tivesse abdicado completamente de tudo, porque teria eu ficado sem objetivos. Teria o meu marido ficado sem objetivos e tínhamo-nos dedicado somente a ele e ia chegar a uma fase da vida em que ia-nos faltar alguma coisa” (Maria)

Em suma, a divisão de tarefas é relatada com uma maior presença das mães na participação de tarefas, o que remete para um maior envolvimento, encargo e responsabilidade das mães nas tarefas parentais. A forma como as mães descrevem a divisão de tarefas parece penalizá-las e estar relacionada com alguma (in)satisfação pela falta de participação do pai.

Experiência de suporte coparental

Este tema caracteriza a experiência de suporte coparental sentida pelas mães. De todas as mães que participaram, somente uma menciona ter sentido apoio por parte do pai com o reconhecimento das suas contribuições. Esta mãe percebe a existência de apoio mútuo em que o pai está disposto a assumir tarefas e ajudar no que for necessário relativamente aos filhos, no entanto quando aborda esta experiência de suporte não discrimina totalmente a diferença entre o apoio sentido pelo pai (dinâmica coparental) e o apoio sentido pelos filhos e pelo pai (dinâmica familiar):

“E em termos disso, de apoio de ambas as partes, mas mesmo o ano passado eu tive a fazer um mestrado e a especialidade, e eles foram, tanto o (pai).. foram os 3 inalcançáveis! Perceberam a minha ausência” (Catarina)

As outras mães relatam um menor apoio na experiência de suporte coparental, relacionando-o com a falta de participação dos pais em algumas atividades dos filhos. A percepção das mães de que realizam maioritariamente as tarefas parentais parece indicar a falta de reconhecimento dos pais nas contribuições das mães nas tarefas parentais. Por exemplo, uma mãe menciona que tinha de ficar sozinha com o filho por o pai estar a trabalhar, ou outra mãe que relata ter-se sentido sozinha e sem apoio por parte do pai quando tinha partilhado previamente com este que estaria cansada e não desejava jantar em casa da sogra:

“Eu disse ao (pai) “por favor, não demoramos porque eu estou cansada. (...) Ela começou com conversas a dizer “ah jantam cá” e eu “ah não, estou cansada”. O (pai)

“não, podemos cá jantar” (...) Com o trabalho, com o jantar, com o facto de estar cansada e querer ir para casa e o (pai) estar sempre a dizer sim a tudo à mãe. Eu já estava a ver que estava sozinha ali (...) eu irritada disse “Oh (pai) isto não pode ser” e ele “ah deixa lá. Não houve mal nenhum. Não houve mal nenhum.” Não sei quê, os meus pais gostaram tanto” (Amélia)

Em suma, a experiência de suporte coparental percecionada por parte das mães parece estar associada ao reconhecimento e respeito das suas contribuições nas tarefas parentais. Além disso, quando mencionado uma maior participação dos pais na educação do filho, tendencialmente maior a perceção de apoio. Em contrapartida, relatam um menor apoio na experiência de suporte coparental quando percecionam uma menor contribuição do pai nas tarefas parentais ou quando é sentida alguma depreciação. Ainda assim, na perceção das mães não parece ter sido evidente haver padrões de hostilidade e de depreciação, a fim de gerar alguma culpa.

Gestão familiar conjunta

Este tema engloba o sub-tema *exposição da criança a conflitos*, que se refere ao grau em que os pais expõem os filhos a conflitos. Relativamente ao tema, este descreve as estratégias de exposição da dinâmica coparental junto dos filhos, ou seja, a gestão das interações familiares, com foco nas interações entre pai e mãe. Este tema é descrito por três famílias e somente uma mãe relata a ausência de interações mais hostis, acabando por destacar alguma proximidade parental. Esta mãe salienta que existem comportamentos e padrões de comunicação anteriormente à partilha das decisões com os filhos. Parece haver assim um envolvimento dos filhos após a tomada de decisão entre mãe e pai, salientando alguma força por parte da relação coparental:

“Primeiro conversamos e decidimos, mas nós dividimos mesmo com eles. Eles depois também já entram nesta gestão de tarefas e claro que a (filha mais nova) tenta-se sempre esquivar porque é a mais pequenina. (risos) (...) nós tentamos educar da melhor forma e transmitir-lhes, e eu sinto uma maior aproximação do (pai) quando isto acontece. Aliás, eles estão sempre a ouvir que as máximas cá de casa. É o respeito ao outro, acima de tudo” (Catarina)

Exposição da criança a conflitos. O sub-tema só foi abordado por duas famílias em que parecem haver diferentes nuances da exposição dos filhos ao desacordo existente (desde conflitos mais subtis e implícitos a conflitos mais abertos). As mães parecem não evitar expor os filhos a conflitos, e relatam partilhar com eles alguma discordância entre mãe e pai, o que pode remeter para uma falta de comunicação. Ainda que pareça haver a exposição das crianças a algumas interações mais hostis, a partilha da existência de desacordos e a resolução dos mesmos é tida como vantajosa na perspectiva da mãe. A mãe percebe assim que esta discordância possibilita uma maior reflexão e postura analítica dos filhos face ao quotidiano. Ainda assim, esta mãe salienta que a partilha de desacordos junto dos filhos remete para uma menor exigência da parte dela, ao que parece haver a exposição dos filhos a um conflito implícito de uma forma subtil, porém manipuladora em que salienta que isso só acontece devido à permissividade do pai:

“(...) ainda hoje tive a conversar com os gémeos (...) e eu disse-lhe “olhem eu vejo isto assim. Vocês já sabem que eu vejo diferente do pai e as nossas decisões são tomadas em conjunto, portanto eu não vos vou exigir tanto como exigiria se fosse só eu”. Eles basicamente estão mais do que habituados a nós estarmos sempre em desacordo. Sempre! E percebem. Acima de tudo os miúdos percebem esta diversidade, o que eu acho interessante. Os miúdos percebem como é que eu vejo a escola, não é?! E como é que o pai vê” (Carolina & Pedro)

Pelo contrário, outra mãe aborda a discordância das práticas parentais (falta de consenso entre pai e mãe) com alguma insatisfação, e que, por conseguinte, leva a uma maior exposição do filho a conflitos abertos. Na perspectiva da mãe, esta exposição do filho a conflitos abertos parece ser encarada como negativa pela forma como percebe que o pai não a inclui nas decisões da educação do filho:

“O (pai) disse que ia inculir nele e depois tivemos uma reunião em família sobre a responsabilidade e sobre o estudo dele, e não tinha nada eu que andar a chatear. (...) E nós aqui em teletrabalho, toda a gente em casa, é um bocadinho complicado estar sistematicamente a arranjar conflitos, por isso o (pai) disse que ia inculir nele e depois tivemos uma reunião em família sobre a responsabilidade e sobre o estudo dele, e não tinha nada eu que andar a chatear” (Amélia)

Em síntese, a exposição de crianças a conflitos (uns mais subtis e outros mais abertos) parecem advir da discordância nas práticas parentais. Assim, observa-se maioritariamente alguma ausência de comunicação o que parece acabar por se traduzir em interações mais hostis diante das crianças.

Estudo 2

Seguidamente apresenta-se a descrição do mapa temático do estudo 2 (Figura 2). O estudo 2 tem assim 9 temas e 2 sub-temas. De igual forma como no estudo 1, é de frisar que existem ligações entre os temas. Por exemplo, o tema coparentalidade em famílias adotivas que é um tema abrangente que se divide em quatro temas (existência de desacordos e resolução; divisão de tarefas satisfatória nas práticas parentais; experiência de suporte coparental; gestão familiar conjunta). O tema existência de desacordos e resolução divide-se em dois sub-temas (desacordo/ cedência pelo diálogo; não desautorização da figura parental). Os outros quatro temas formados (evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva; percepção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva; interseção da identidade sexual e parental; confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva) têm uma trajetória que graficamente representa uma sequência cronológica, no entanto não representa uma causalidade, sendo que os dois últimos são exclusivos do estudo 2.

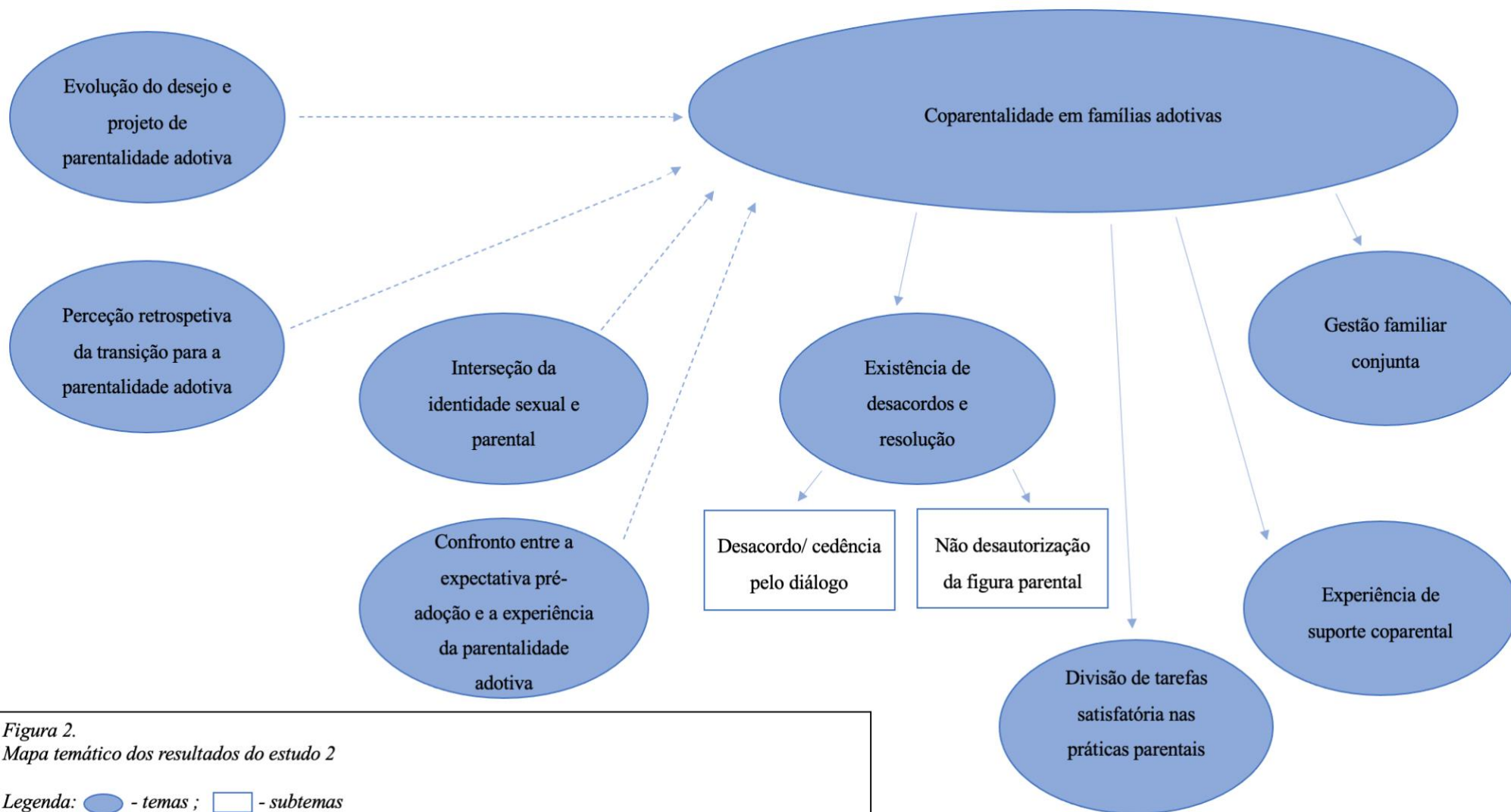


Figura 2.
 Mapa temático dos resultados do estudo 2

Legenda: ● - temas ; □ - subtemas
 A trajetória representa graficamente uma seqüência cronológica, porém não representa uma causalidade.

Evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva

Este tema refere-se ao surgimento do desejo da parentalidade e a evolução do mesmo até à concretização da adoção, tal como a forma como o projeto de parentalidade adotiva foi construído. Na construção do projeto de parentalidade adotiva, todos os casais relatam além da preparação física e psicológica (reflexão e planeamento) para a parentalidade adotiva, a importância acrescida do estado civil como casados/casadas para que ambas as figuras parentais sejam reconhecidas legalmente como mães/pais. Um dos casais de homens gays realçam mesmo que a adoção individual não era uma possibilidade para ambos, uma vez que aparentam uma maior facilidade em pronunciar um desejo parental muito intenso para que ambos fossem reconhecidos como figuras parentais. O mesmo acontece em casais de mulheres lésbicas, porém não é tão acentuada a verbalização do desejo expresso pela igualdade de reconhecimento na adoção conjunta como nos casais de homens gays:

“P: Eu sempre quis ser pai, e eu tinha este sonho. (...) Sempre tive esse desejo.

R: (...) Depois de 5 anos, 4 anos, veio a sentença do juiz “você estão habilitados a adotar em conjunto”. Em primeiro, teve a opção de a gente adotar...”se vocês quiserem adotar só um pai, vocês podem adotar rapidamente, mas a gente não. A gente quer adotar como pai e pai”

(Rui & Paulo)

No único casal de lésbicas em que não houve menção à importância do estado civil como importante anteriormente à adoção, foi devido à realização singular da adoção por uma das mães em que a companheira não é reconhecida como mãe, mas sim como “tia”. Ainda assim, este casal relata a importância de terem casado de modo a que ambas pudessem ter iguais direitos no que diz respeito às dinâmicas coparentais com o filho, nomeadamente, quando não havia reconhecimento de ambas como figura parental da criança:

“E: A Rita levava ele, e até por causa do clube, a gente acabou a fazer a união estável porque eu ia no clube com o (filho) e a Rita não podia entrar porque ela teria de pagar. Ela não era considerada da família, e por isso, tinha de comprar um título para ela e era 5 mil reais. Aí a gente acabou fazendo a união estável” (Eva & Rita)

A parentalidade adotiva foi narrada por todos os casais como o primeiro caminho para se constituírem família com filhos. No entanto, tanto os casais de mulheres lésbicas como de homens gays confessam terem refletido sobre a possibilidade da parentalidade biológica. Nos casais de pais gays, a parentalidade adotiva foi sempre a única possibilidade ainda que mencionem que houve amigas que se disponibilizaram para serem gestantes, o que significa que houve reflexão sobre a possibilidade de realização da gestação de substituição (*vulgo*,

barriga de aluguer). Ainda assim, esta via de parentalidade foi excluída de imediato uma vez que ambos os pais queriam ter filhos de forma legal e reconhecida:

“A gente sempre pensou em... a gente nunca pensou nessa questão da... a gente respeita. Eu acho que cada família é uma família e cada família tem um jeito de pensar. Então, a gente queria ter filhos e inclusive apareceu mulheres querendo oferecer filhos para doar. Sabe, fazer, nós falamos que é a moda brasileira, sabe? Fazer fora da lei. Amigas querendo doar a sua barriga. Na altura, não havia muito a questão da inseminação artificial ou coisa que o valha, mas a gente achou... e sempre por uma questão de princípio, a gente achou que há tantas crianças em abrigos e foi bacana. Ah, a gente optou por adoção” (Rui & Paulo)

Nos casais de mulheres lésbicas, a possibilidade de parentalidade biológica foi ponderada, porém a falta de desejo de uma das mães ser a mãe gestante foi tida em consideração como uma limitação para aceder à parentalidade biológica e, conseqüentemente, avançarem com a parentalidade adotiva:

“(...) inicialmente passou vagamente a ideia de inseminação na nossa cabeça, mas foi algo bem superficial e a gente resolveu entrar nesse momento com o processo de adoção. (...) Porque a gente foi “ah vamos ter um filho como? Vai ser inseminação, você vai gerar? Eu olhava para ela e eu dizia “eu não me vejo gerando”, não sinto a vontade (...) E na verdade por eu ter já a minha irmã adotiva, eu acho que isto facilitou muito porque não foi uma coisa que a gente pensava “nossa, meu deus”. (...) Então a gente chegou à conclusão que vamos adotar mesmo” (Luísa & Nádia)

Em suma, na evolução do projeto de se constituírem família com filhos, tanto mães lésbicas como pais gays referem o surgimento do desejo parental pela parentalidade adotiva, ainda que haja a reflexão sobre a parentalidade biológica. Ressalvo a menção da dificuldade de homens gays em serem pais pela via biológica, o que poderia indicar algum desejo parental pela via biológica. No entanto sobrepõe-se a importância do igual reconhecimento de ambas as figuras parentais em detrimento do envolvimento de uma terceira pessoa (uma mulher gestante). Nas mulheres lésbicas, a maior facilidade em acederem à parentalidade biológica parece dar uma maior liberdade na escolha da via da parentalidade, nomeadamente a parentalidade adotiva. Isto pode traduzir-se numa maior necessidade de pais gays verbalizarem o seu desejo parental. Deste modo, a parentalidade adotiva surge como um primeiro caminho para se constituírem família com filhos.

Perceção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva

Este tema aborda a perceção de apoio sentido no processo de transição para a parentalidade adotiva. Todos os casais percecionam a existência de apoio mútuo no processo de transição para a parentalidade, mesmo quando existe desacordo. A divergência de ideias

entre os casais é abordada pelos pais/mães como uma possibilidade para a reflexão conjunta e planeada, sem que as decisões sejam tomadas precipitadamente. Esta discrepância sentida permitiu assim que os casais se moldassem ao desejo um do outro e que o processo de transição para a parentalidade adotiva fosse tido como um processo conjunto e positivo, acabando por recorrerem à adoção tardia com uma criança mais velha:

“A gente também teve algumas divergências com o perfil da criança, a idade, porque o (pai M) desejava ter uma criança com menos idade e eu desejava ter uma criança com mais idade, então foi um processo até a gente chegar a um consenso de um perfil de idades de tantos a tantos anos. (...) Ou seja, vamos começar por isso daqui, vamos abraçar o sonho um do outro e aí chegou o (filho)” (Mário & Jorge)

Nos casais de mulheres lésbicas, existe de igual forma a discrepância de desejos como a cedência de uma das partes para que o projeto de parentalidade seja construído por ambas:

“L: Eu estava aberta a uma criança mais velha, pela minha idade, não é?! Eu falava para ela “eu não quero ser avó”, não é?! (...) Uma idade bacana para mim e era pra ela. (...) Acho que a gente não pensava assim, mas a gente tinha um certo preconceito vamos dizer por ser uma criança mais velha.

N: Chegar a esses 8 anos para mim também foi um trabalho longo porque tinha dificuldade na verdade para aceitar. Então quando eu me senti preparada fomos para a mudança” (Luísa & Nádia)

De forma conclusiva, tanto os homens gays como as mulheres lésbicas descrevem o processo de transição para a parentalidade adotiva como um processo positivo construído conjuntamente, com a existência de apoio mútuo, mesmo quando existe alguma divergência nos desejos parentais.

Coparentalidade em famílias adotivas

O tema *coparentalidade em famílias adotivas* abrange quatro temas inerentes (existência de desacordos e resolução; divisão de tarefas satisfatória nas práticas parentais; experiência de suporte coparental; exposição da criança a conflitos), tendo por base o modelo concetualizado por Feinberg (2003).

Existência de desacordos e resolução

Este tema é constituído por dois sub-temas: (1) *desacordo/ cedência pelo diálogo*; (2) *não desautorização da figura parental*. Todos os participantes demonstraram a existência de desacordos e abordaram a forma como resolvem os mesmos. A chegada a um acordo dá-se após conversarem em conjunto, como também pela decisão ser abordada sem a presença dos filhos. É de salientar ainda que todas as famílias abordam de um modo espontâneo o impacto

que a situação pandémica teve na dinâmica coparental e até mesmo familiar. Os casais abordam a necessidade de ambas as mães/pais se (re)organizarem em conjunto nas tarefas que cada um/uma exercia. Além disso, o confinamento foi mencionado como fundamental para que refletissem sobre as eventuais divergências que iam surgindo e haver uma maior comunicação. Assim, os casais descrevem a presença de desacordos associada à discrepância de práticas (co)parentais, como por exemplo, uma maior exigência por uma das mães/pais, contrariamente a uma maior permissividade da outra mãe/pai. Neste caso, o desacordo coparental diz à prática parental de imposição de regras e limites:

“Quando eu ponho de castigo ponho assim por um prazo indeterminado em que a pessoa tem de sentir que errou para não fazer mais. (...) A (mãe) dizia que a gente ia ficar até ao dia 5, eu falei “então você vai lá e vai dizer para elas que saíram do castigo porque você quer, não sou eu que estou mandando não e que se cometer erro de novo vão ficar sem oxigénio. (...) Ela tem pena. Ela põe de castigo, mas o dela dura 2 minutos porque ela tem pena. É coisa que eu não tenho. (risos) Ela até põe, mas não consegue sustentar e eu digo para ela que ela tem de sustentar o que falou porque se é não, é não. Ela não consegue e acha que é muita crueldade” (Beatriz)

O desacordo consegue ser visto pelas mães como vantajoso uma vez que contribui para que cada uma ganhe uma perspetiva diferente sobre as coisas que os filhos fazem. Isto significa que as mães discutem as diferentes perspetivas e, por conseguinte, ganham essa consciência. Uma das mães menciona que o facto de a companheira ter experiência com crianças (ser professora) é uma mais valia e lhe permite (re)pensar em situações (ter *insights*) nas quais sozinha não conseguiria. As mães lésbicas descrevem a chegada a um consenso como uma aprendizagem em que se consegue retirar uma vantagem:

“Olha eu tento concordar a maioria das vezes porque eu acho que a (mãe R) tem razão. Às vezes eu acho que a (mãe E) pega muito pesado, não é?! (...) Tem de se ter cuidado com isso, mas eu acho que a gente se entende na maioria das vezes, não é?! Eu acho que sim. (...) Eu preciso de melhorar um bocadinho nesse lado, mas a maioria das vezes a gente concorda. A gente combina quem vai levar, por exemplo, se um amiguinho o chamou, eu digo “(mãe R), o que é que você acha? Um amiguinho chamou. A gente vai levar?” e a gente conversa tranquilas. Conversamos bem. (...) Como ela deu 25 anos aulas para crianças, e muitas coisas que ela me trouxe. E é assim na minha família eu não tinha nenhuma criança. Eu não tinha experiência. A experiência que eu tinha era zero, não é?! Então acho que foi muito bom, com muitos insights. Foi assim mesmo. Ela disse vamos e tal, fala e a coisa sempre funcionou” (Eva & Rita)

O excerto demonstra que as mães exercem a prática de discussão antecipada mesmo antes de exercerem a (co)parentalidade, o que está relacionado com o próximo sub-tema.

Desacordo/ cedência pelo diálogo. Este sub-tema surge pela existência de desacordo e retrata a forma como é resolvido através da cedência por meio do diálogo. A chegada a um consenso dá-se através do diálogo/ argumentação, em que o casal se tenta adaptar face à tomada de decisão. O diálogo possibilita uma partilha de experiências para que as mães/pais trabalhem em conjunto, em prol dos filhos:

L: Tem vezes que faz faísca (risos). Não vou negar. Justamente com eles porque a gente é muito oposta. A gente é muito diferente, sempre foi desde o começo. (...)

N: Uma técnica que a gente usa também é “vai ver com a sua mãe”. (risos) Às vezes eu digo para eles “veja com a sua mãe”

L: E aí eles vêm para mim. Nesse ponto a gente conversa e manda mensagem uma para a outra “então o que é que a gente fala?!”

N: O WhatsApp ajuda muito também porque está sempre com o celular dela e qualquer coisa manda mensagem. (...) Acabou que por mais que a gente toma decisões, a gente toma decisões pensando neles. (...) Então quando eu vejo que ela faz eu falo “nossa que legal” (Luísa & Nádia)

O mesmo sucede nos casais gays, ainda que relatem a existência de desacordo, a chegada a um consenso dá-se através da cedência pelo diálogo. Os pais relatam que o desacordo permite a compreensão da perspectiva de ambos, de modo a que conjuntamente cheguem a acordo. Aliás, realçam que a sintonia é importante para que consigam transmitir uma mensagem unânime ao filho:

“M: A gente entra volta e meia em desacordo com alguma questão ou outra, mas a gente tenta equilibrar e tomar a parte um do outro e entender para a gente falar um só idioma com o (filho)” (Mário & Jorge)

O outro casal gay aborda que a educação que ambos tiveram, ainda que diferente, facilita a que consigam encontrar pontos em comum e possa ser uma vantagem na dinâmica coparental, e até na forma como chegam a acordo:

“Algumas coisas são bem reguladas e outras a gente tem regularidade, então a gente se acertou. R: a gente tem uma educação muito... como é que eu posso dizer?! Uma educação de uma forma muito rígida. Nós somos muito tradicionais. O (pai P) com a tradicionalidade dele britânica. Imagina ele, impondo o ritual da rainha aqui e os horários. Eu sou de uma família que é alemão com indígena. Então, eu tenho um jeito... como eu fui criado e foi bacana porque lemos muitos manuais. (...) por exemplo nós somos muito rígidos com o horário – chegar a casa até às 20h30 da noite. (...) quando eles pedem alguma coisa “ai eu quero o iPhone 3”. Tudo bem. Então, fomos verificar então. A gente faz as contas” (Rui & Paulo)

Em suma, em casais do mesmo sexo, a existência de comunicação e partilha por meio do diálogo é uma das formas de resolverem os desacordos. Tanto mães lésbicas como pais gays conseguem retirar vantagem do desacordo e fazer o balanço positivo, uma vez que a discussão

parece antecipar a tomada de decisão. Este resultado parece estar relacionado com a percepção de suporte e até satisfação dentro da dinâmica coparental.

Não desautorização da figura parental. Este sub-tema surge pela existência de desacordos e descreve a forma como é resolvido através da não desautorização da figura parental. O subtema está presente em três famílias (dois casais de mulheres lésbicas e um casal de homens gays), sendo a não desautorização da figura parental uma prática parental unânime. É mencionado por todos que o acordo se dá entre ambos os pais/mães sem a presença do filho e isso é fundamental para que os filhos não percecionem posturas parentais opostas (p.ex. uma das mães/pais mais rígida/o e a outra mãe/pai mais flexível):

“Mas a gente toma muito cuidado para conversarmos isso sozinhas. A gente nunca conversa na frente dele. Uma coisa que nós temos acordado é que a gente não discorda na frente dele. Acho que isso é muito ruim porque a criança cresce e você perde a autoridade” (Eva & Rita)

A importância da não desautorização em frente dos filhos é mencionada por uma das mães como uma forma de nenhuma perder a autoridade e para que ambas mantenham igual poder parental. Esta forma de resolução de desacordo foi igualmente descrita como uma forma de evitar que o filho apreenda informações distintas, mas sim concordantes:

“L: É, no início a gente discutia na frente deles. Porque era de uma forma e eu de outra. Aí a gente aprendeu porque eles percebiam, né?! Então a gente está aprendendo, ainda não está a 100%, tipo se calar na frente deles. Então se ela está falando alguma coisa que eu não gosto, estou a aprender e eu penso “deixa e depois a gente conversa”. Falo que eu não gostei e a gente corrige, mas demorou. Foi difícil.

N: A gente vê que isso não é legal porque até teve uma época que a gente percebeu que eles estavam tentando-nos colocar uma contra a outra. Chegava para uma e falava uma história, chegava para outra e contava outra. Então a gente ficava “como assim porque é que você falou isso?” e aí a gente começou a perceber que isso estava acontecendo. Mas foi por um erro nosso e que nós permitimos eles pegarem” (Luísa & Nádia)

Em suma, ambos os pais/mães têm em consideração o impacto que o desacordo e/ou a tomada de decisão têm junto dos filhos, ou seja, o impacto que a dinâmica coparental pode ter parece ser refletido e tido em consideração. Além disso, salienta-se a aprendizagem e o ganho de consciência gradual do impacto negativo que algumas formas de parentalidade podem ter (neste caso, a desautorização por parte de uma das figuras parentais).

Divisão de tarefas satisfatória nas práticas parentais

Este tema descreve a forma como a divisão de tarefas parentais é realizada na dinâmica coparental. A maioria dos participantes relataram uma gestão conjunta de tarefas sem que

houvesse uma divisão intencional das mesmas. Ainda assim, os casais de mães lésbicas associam a divisão de tarefas à disponibilidade e características de cada uma:

“L: Então eu não tenho paciência porque eles vêm perguntar “é esse pano? É esse produto?” Então eu falo para ela “Sábado eu não estou aqui e vocês fazem”. (risos) Estas divisões são legais assim.

N: Por exemplo, de manhã ela faz o almoço e então ela faz um pouco mais para poder sobrar para a noite ou poder deixar alguma coisa pré-preparada porque o meu horário também é menor. Chego às 6h em casa e às 9h30 já estou a ir para a cama, então o meu horário é mais curto. Então a gente organiza-se mais ou menos nesse sentido. (...) É que na verdade algumas atividades são divididas para a gente. É automaticamente. A educação e a escola por mais que seja professora, mas como ela está nisso há muito tempo e o tempo todo, e quem tem mais paciência o tempo todo sou eu. A parte do estudo é comigo” (Luísa & Nádia)

Somente uma única mãe relata a divisão intencional e organizada à priori das tarefas parentais com um maior encargo sobre si, ou seja, é esta mãe que se assegura maioritariamente pelos assuntos que dizem respeito à da educação da filha (seja a nível escolar, médico e realiza as compras para a casa), enquanto que a outra providencia mais a questão financeira. Existe, no entanto, a perceção de uma gestão conjunta realizada por ambas as mães, que se adaptam às dificuldades uma da outra e em função das necessidades da filha. A mãe que fica encarregue da parte monetária é também a considerada como mais didática e educativa, ao invés da outra mãe que se assume como demasiado disciplinadora e sem paciência. Ainda assim, esta divisão é descrita como satisfatória:

“Por exemplo, para levar para algum lugar para ela fazer, quem leva sou eu e a (mãe) não vai. Ela não vai porque segundo ela não vai saber lidar com os professores, não vai saber argumentar caso alguém pergunte alguma coisa. Se tiver de levar no médico, ela até me pode acompanhar, mas não faz isso direto. Fica a meu cargo. Se tiver de ir na rua comprar alguma coisa para as meninas, era a minha função e até mesmo a roupa para ela, porque ela não vai e não faz isso. Ela me dá o dinheiro e diz para eu fazer que ela não sabe. (...) Mas ela é melhor do que eu porque ela tem mais pedagogia, é mais didática, ela sabe conversar com as meninas enquanto que eu sou meia ogre e atropelo as informações, sou meio sem paciência, mas ela é de uma didática e de uma educação” (Beatriz)

Por outro lado, os pais gays referem uma maior sintonia na gestão de tarefas uma vez que vão gerindo conforme a disponibilidade e flexibilidade de cada um dos pais:

“M: Agora eu estou a trabalhar à noite, então a divisão normalmente é quem está disponível e que vai acompanhando.

J: Os meus horários são que segunda e sexta eu estou praticamente o dia inteiro aqui e que terça, quarta e quinta eu estou à tarde, então a gente acaba a sincronizar os nossos horários. Na questão de divisão de tarefas, isso é uma coisa que eu e o (pai M)., a gente concorda. Ele (refere-se ao filho) desde que chegou tem as tarefas dele para fazer, é ele

que arruma a cama dele. É ele que dá ração (...) ele lava a loiça do café da manhã. Ele ajuda nas tarefas de casa quando a gente pede, reclama, mas ajuda!

M: É. De manhã é para ele fazer as tarefas escolares e à noite a gente ficamos juntos”
(Mário & Jorge)

Assim, as tarefas tendem a ser realizadas por quem está disponível e acabam por sincronizar com o horário de ambos. Nos dois casais, ambos referem ter um trabalho de equipa no que diz respeito à educação dos filhos, em que existem regras estabelecidas e discutidas por ambos na gestão de rotinas do dia-a-dia. Esta divisão é de igual forma relatada como satisfatória pelos pais:

“É muito bacana isso, então a gente não... a gente explica muito a essência do que é ensinado. Então tem-se a rotina deles. As horas: não podem ficar na cama depois das 9h da manhã a não ser que esteja doente. O telefone/ celular até às 21h30 da noite, até 23h agora com a pandemia a gente tem uma certa tolerância. Não podem ficar a assistir televisão demais. Não pode jogar no computador demais. Então tudo a gente fala a questão que nada do que tem excesso é bom. (...) A gente tem uma rotina. (...) Para cuidar, eles saem para passear com os cachorros de manhã, à tarde. Então, a gente fez todo um trabalho de acerto” (Rui & Paulo)

Em suma, a gestão de tarefas parentais é considerada como satisfatória por todos os participantes, ainda que uma das mães lésbicas relate uma divisão intencional, refletida e organizada à priori. Desta forma, a divisão de tarefas parece assentar mais nas características de cada mãe/pai, do que em qualquer outro fator convencional ou forçado. Mesmo assim, independentemente da forma como as tarefas são divididas, o importante é a perceção de justiça inerente a esta gestão, ou seja, não é necessária uma divisão equitativa de tarefas parentais para que seja percecionada satisfação. A perceção de justiça é que se traduz na forma como o casal sente satisfação. Existe coordenação e partilha de deveres inerentes às práticas parentais e isso parece estar bastante relacionado à satisfação sentida na dinâmica coparental.

Experiência de suporte coparental

Este tema caracteriza a experiência de suporte coparental sentida pelos casais. Todos os participantes percecionaram a existência de suporte coparental como positiva na dinâmica coparental, o que parece estar diretamente relacionado com a satisfação sentida. Nos casais de mulheres lésbicas é relatado um suporte de ambas as mães em que houve entreaajuda, partilha e cooperação, pois caso contrário, na sua perceção, a parentalidade adotiva seria vivida com uma dificuldade acrescida:

“Então aí o (filho) estava com 1 ano e 2 meses e a (Rita) deu-me muito, muito apoio. (...) É, eu acho que ajudou muito. Eu tenho a certeza de que se eu tivesse sozinha e não

tivesse a (Rita) do jeito que ela é, que o (filho) iria ser até outra pessoa. (...) A (Rita) deu-me muito apoio e até uma visão. (...) Quando eu ia trabalhar, a (Rita) ajudava muito. (...) Ela sempre me deu muito este apoio de levar e buscar. Também cheguei a viajar e ela ficava com ele direto. Eu ia viajando e ficava 3/ 4 dias fora e então ela cuidava” (Eva & Rita)

O modo como abordam a gestão das tarefas parentais é tido como um trabalho justo e satisfatório. As mães lésbicas abordam ainda a contribuição de cada uma na educação dos filhos, realçando que as discrepâncias parentais permitem atuar junto da filha sob perspectivas diferentes e isso parece ser tido como positivo e satisfatório. Neste excerto é de igual modo expresso a aprovação parental da mãe Beatriz face à companheira:

“(...) e diz que não sabe ser mãe. Não imagino se soubesse porque seria a melhor mãe do mundo. (...) Não, ela é um ser humano que não existe. A (mãe) foi inventada mesmo! Ela tem paciência, pedagogia, tem tudo o que eu não tenho. Eu falo que quero ser igual a ela” (Beatriz)

Em síntese, a experiência de suporte coparental é tida como positiva quando existe apoio mútuo e parece estar associada à afirmação de competência do outro, ao reconhecimento e respeito das contribuições um do outro/uma da outra e na defesa das decisões e autoridade de cada um. Assim, os casais relatam uma validação e apoio emocional tendo por base a divisão das tarefas parentais, sem que haja sabotagem (enfraquecimento) de nenhuma das partes.

Gestão familiar conjunta

Este tema descreve as estratégias de exposição da dinâmica coparental junto dos filhos, ou seja, a gestão das interações familiares, com foco nas interações entre pais/mães. O tema foi abordado em três famílias (duas constituídas por pais gays e uma constituída por mães lésbicas) e é descrito com a ausência de interações hostis, acabando por se destacar alguma proximidade parental. As mães/pais percebem haver primeiramente uma tomada de decisão entre a díade coparental e, posteriormente, partilhada a decisão junto dos filhos. Assim, o envolvimento dos filhos após a tomada de decisão entre pais/mães, parece estar relacionado com a existência de comportamentos e padrões de comunicação.

Os pais/mães parecem evitar expor os filhos a conflitos, tentando gerir conjuntamente a forma como resolvem alguma discordância que se vai sentindo. Num casal de duas mães abordam a partilha de atividades junto dos filhos como uma forma de validar a opinião deles e para que haja um sentimento de pertença (este ainda mais importante na parentalidade adotiva). A partilha entre mães/pais e filhos é tida como importante para que haja “a vontade da família” e para que compreendam que existe autonomia na realização de algumas tarefas. As duas mães

abordam o envolvimento dos filhos, seja com a partilha da situação financeira, como também expõem junto dos filhos quando existe algum desentendimento. As mães referem que esta partilha com os filhos permite uma construção familiar conjunta:

L: Não é a nossa vontade. É a vontade da família. Então tudo o que a gente decide fazer, a gente fala para eles “fulano vai vir em casa, o que é que acham?!”

N: Mesmo aquelas decisões que já tão tomadas e a gente sabe de tudo, mas a gente faz eles participarem. “O que é que vocês acham de a gente comprar tal coisa?!”. Ou por exemplo, a gente completou um ano e a gente pensou em comemorar como. A gente tem umas xícaras que é de datas especiais, então eles querem colocar na mesa. Eles gostaram muito disso porque é uma coisa que não tinham antes. (...) então é sempre uma porta aberta para eles, a gente conversa sempre sobre tudo. É uma relação legal de família assim, é. A gente não esconde nada deles, deixa tudo claro.

L: Quer dizer, eles têm noção que a gente tem regras e hierarquia. (...) Eles sabem que nós estamos no comando, porém eles têm o seu papel aqui” (Luísa & Nádia)

A realização de tarefas em família e o envolvimento dos filhos nas mesmas é importante para ambas. Além disso, este envolvimento dos filhos remete para um acrescido de responsabilidade. Outro casal de dois pais relata que semanalmente se reúnem em família com a finalidade de conversarem sobre desacordos e estipularem regras em conjunto. Os pais falam sobre a criação de um quadro familiar em que se concebe a cada um dos elementos da família realizar um plano estratégico, e posteriormente reunirem com os planos elaborados por cada um. Ainda assim, é de realçar que existe de igual modo uma tomada de decisão entre os pais anteriormente à partilha com os filhos. Esta ideia veio trazer a discussão de temas, um planeamento conjunto e uma negociação por parte de cada um dos elementos na realização de tarefas:

“(...) nós todas as sextas-feiras é o dia em que a família se reúne e a gente conversa cerca de 2/ 3 horas. Os jantares filosóficos. A gente pára e vamos conversar sobre as nossas vidas. Então temos 3 momentos: o momento em que a gente define o que vamos conversar, como foi a semana, o que é que a gente aprende e a gente...um dos jantares foi essa questão. (...) Nós temos um plano estratégico, que é a fortaleza, oportunidades, deficiências e ameaças, que é um plano estratégico! (...) Que a gente faz um plano. Então, é um modelo bem bacana e aí quando eles chegaram, eles gostaram muito da ideia de as pessoas terem planos de vida escrito. E a partir dos problemas, a gente sentava com eles e eles faziam o Termo de Ajuste de Comportamento. Nós já tínhamos isto n(...) A (filha) mantém organizada a sala. O banheiro e a sacada e área de serviço é o (filho). A cozinha é: cada um lava a sua loiça e mantêm arrumado. Sempre se deixa a cozinha como pegou. A comida, por exemplo, o almoço nós temos um cardápio que a gente discute juntos (...) então o almoço é com a gente. O café da manhã cada um faz o seu. (...) Os filmes agora a gente tem de negociar todos os filmes para assistir juntos” (Rui & Paulo)

Em suma, os casais parecem evitar expor os filhos a conflitos, sendo que isso pode advir da comunicação entre os pais/mães. Com a gestão conjunta das relações familiares parece ser

evidente satisfação dos pais na partilha com os filhos após a sua tomada de decisão, o que parece contribuir de forma benéfica para o bem-estar da dinâmica coparental e, conseqüentemente, familiar. Além disso, essa gestão é realizada em conjunto com todos os membros, existindo uma construção e co-construção da dinâmica em função de todos os elementos sendo que cada um tem a sua importância, com foco na relação coparental.

Os dois temas seguintes são exclusivos do estudo 2, uma vez que têm em consideração características particulares dos participantes e das vivências expostas pelos mesmos:

Interseção da identidade sexual com a identidade parental

Este tema dá conta da importância acrescida em ser-se pai gay ou mãe lésbica, ou seja, da interseção de duas identidades ditadas como antagônicas pela sociedade: a identidade sexual e a identidade parental. Três dos participantes relatam que, em função da sua identidade sexual, existe uma dificuldade acrescida na parentalidade adotiva. Uma das mães menciona que o facto de ser lésbica e ter recorrido à adoção a levou a não optar pela adoção de um filho com etnia negra uma vez que, na sua perspectiva, seria ainda o acréscimo de uma adversidade – ser a “minorias das minorias”. Devido a estes receios sentidos, a mãe acabou por adotar singularmente. Num primeiro momento a mãe descreve o receio de que ao expor a sua relação homoafetiva não lhe fosse permitido adotar. Além disso, parece ter receio que ela própria não conseguisse lidar com isso, uma vez que aparenta haver algum indício de estigma internalizado. Por exemplo, quando a mãe refere que a atual companheira, ainda que seja reconhecida como igual figura parental, não seja considerada mãe para o filho nem para ela própria:

“Porque a gente já é minorias das minorias. A gente é um casal *gay*. Tem um filho adotado. Ele já é moreno. Sabe?! A gente não precisa de mais um motivo (...) porque é assim: casais *gays* não podem adotar aqui no Brasil. Não é autorizado. Então, logicamente que eu não pensei na minha condição sexual em que eu fui noiva e tal. Conte até onde era. (...) Omiti esse lado com medo de que não fosse aprovada. (...) É. Eu tinha muito receio. Eu não arrisquei. Eu não arrisquei falar. (...) Ele chama a (Rita) de tia. É a tia (Rita). Acho que a mãe tem de ser uma só, na minha percepção” (Eva & Rita)

Outra mãe referiu que anteriormente à adoção, nenhum outro casal homoafetivo assumido adotou no Brasil, o que levou a que as duas mães a terem receio de adotar conjuntamente. Ainda que já fosse um casal assumido, a concretização da parentalidade adotiva implicou expor a sua identidade sexual, e por conseguinte, o receio não serem consideradas aptas para a adoção. Posto isto, considera ter sido surpreendente para ambas, enquanto duas mulheres lésbicas, terem sido aceites para adotar uma criança em conjunto. A mãe especifica

que ser uma mulher lésbica e negra sempre foi muito difícil e que a parentalidade adotiva foi demasiado desejada para que tivessem de esconder a sua identidade sexual perante a equipa de adoção. Ainda assim, caso não fossem aptas para adotar em conjunto, a mãe salienta que voltaria a tentar a parentalidade adotiva para que a sua identidade sexual não fosse impeditora de concretizar algo tão desejado:

“Nós quase fomos uma experiência da vara porque nós fomos o primeiro casal homoafetivo daquela vara em 2009. Até lá não haviam casais que chegassem e falassem “eu sou casal homoafetivo e quero adotar”. Normalmente chegavam sozinhos, então a gente fomos as primeiras e a gente não se escondeu, o que para a vara foi uma alegria. (...) por sermos o primeiro casal que chegámos na Vara dizendo “somos um casal homoafetivo e queremos adotar” (...) Só que para nossa surpresa, quando a gente chega na vara e a juíza fala da nossa situação diz que não, que ela vai ter o nome das duas. Eu falei, “mas ela vai ter o nome das duas mães na certidão de nascimento?!” (...) além disso, eu sou filha de mãe divorciada e que na altura não podia ser divorciada, sou negra, lésbica, então eu sempre me habituei a levar muita porrada da vida e o não eu sempre tive” (Beatriz)

Outro pai gay referiu de igual forma a interseção entre as duas identidades como difícil e menciona mesmo que, devido ao seu anterior casamento heterossexual, julgava não ser possível ser-se pai gay. Além disso, descreve ter crescido num ambiente pequeno e maioritariamente heteronormativo, o que fez com que sentisse anulado o seu desejo parental enquanto homem gay. Posteriormente, após conhecer o pai dos seus filhos compreendeu que a interseção destas duas identidades envolvia uma dimensão prática e simbólica, em que haviam receios e consequências percebidos, como o caso da estigmatização:

“P: Eu acho que foi a criação que eu tive... Eu tive numa cidadezinha pequena, em que não se falava em gay nem sequer que gay existia. Era muito heteronormativo, casais e filhos. Eu imaginava que fosse ser assim para mim também, então eu me criei com essas expectativas e mesmo depois de eu perceber que era gay, eu não me assumi. Nem para mim, nem para os outros. Eu conheci a minha ex-esposa logo no 1º dia da faculdade quando eu tinha 18 anos, e a gente namorou, noivou e depois de 4 anos a gente se casou, mas ela não quis ter filhos, não é?! Eu queria, e isso foi uma fonte de diferenças. Sempre tive esse desejo. Daí quando me assumi gay, naquela época não me parecia ser possível ser gay e ser pai. (...) Mais tarde, eu só pude dar a entrada do processo quando eu regulei a minha situação de cidadania aqui no Brasil e demorou imenso tempo (...) levou 9 anos a conseguir esses documentos de regularização e daí eu só dar entrada no processo de adoção” (Rui & Paulo)

Estes pais abordam ainda a falta de uma referência familiar homoparental, salientando que foi a união enquanto casal que possibilitou a construção conjunta do projeto de parentalidade adotiva para que ambos pudessem ser essa própria referência familiar para outros pais/mães que desejassem a adoção tanto como eles:

“R: A gente não teve exemplos. A gente construiu a partir das nossas necessidades. Acho que nós tivemos de construir sem ter nem um exemplo. Porque nós não tivemos modelo, nós não tivemos referência. Nós não tivemos. (...) Eu vivi com eles e a gente fez o máximo possível. A gente não teve uma referência de casal gay para criar os filhos, mas a gente faltou àquela referência, não é?! (...) então, a gente está fazendo por isso e é assim que se muda as culturas. As culturas mudam aos poucos, e a gente está contribuindo para a mudança. (...) a gente faz questão de abrir as portas do nosso apartamento, para tirar fotos, de conversar e desmitificar isso (...) Isso dá uma satisfação” (Rui & Paulo)

Em conclusão, a interseção de identidades levanta conflitos (a identidade de ser pai/mãe, a identidade de ser pai/mãe por adoção, a identidade sexual e até, num dos casos, a identidade racial). As mães lésbicas descrevem alguns receios de estigmatização face à concretização da adoção a duas, enquanto que os pais gays salientam receios de estigma derivado da pressão heteronormativa. O casal de pais gays refere uma maior união e apoio percebido, o que pode sugerir uma menor aceitação da sociedade por serem dois homens.

Confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva

O tema diz respeito à comparação entre o que eram as iniciais expectativas dos pais/mães sobre o projeto de parentalidade adotiva e a experiência real já após a adoção dos filhos. Este tema esteve presente em quatro famílias, sendo que a forma como perceberam as expectativas pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva foi sentida como diferente por todas. Um dos casais de pais gay relata ter tido baixas expectativas anteriormente à adoção como uma forma de se proteger e não romantizar a parentalidade adotiva. Ainda assim, cada um dos pais descreve diferentes expectativas pré-adoção: um dos pais admitiu ter receio que o filho não os aceitasse por serem dois pais (dois homens), enquanto que o receio do outro pai incidia na própria conceção de um filho ideal. Este resultado pode ter surgido pela inicial discordância no desejo parental no perfil da criança em que acabaram por adotar um adolescente, o que talvez não fosse ao encontro das iniciais expectativas do pai Jorge quando refletiu sobre a adoção de uma criança:

“M: Como forma de proteção, eu acho que esperaria sempre o pior, não é?! Eu achava que ia ser um filho muito problemático e que não iria aceitar a nossa sexualidade. Eu estava a preparar-me para o pior, então não estava a criar muito boas expectativas. Daí o (filho) quebrou tudo isso porque ele foi muito o oposto do que eu esperava. Para mim foi maravilhoso, todo o processo, o jeito que ele é.

J: (...) então eu precisei de fazer uma desconstrução da idealização de filho e aceitar o filho que estava na minha frente com tudo o que ele tinha. (...) mas eu precisei de fazer essa desconstrução de um filho ideal e aceitar um filho real e tudo o que ele traz” (Mário & Jorge)

Nas outras duas famílias constituídas por casais de mães lésbicas houve a superação de expectativas com a experiência da parentalidade adotiva pelo facto de, anteriormente à adoção do filho, considerarem que devido à estigmatização não poderiam adotar como duas mães. Houve, assim, a superação de expectativas por poderem adotar conjuntamente (duas mulheres), o que levou ao balanço positivo da experiência. Ainda assim, nos dois casais de duas mães lésbicas, admitem que devido a esse receio achariam que não iriam adotar:

“Olha, eu acreditava que eu não ia adotar de verdade devido à nossa situação. Aí fui surpreendida pela vara” (Beatriz)

Uma das mães conta que acabou por omitir a relação homoafetiva que mantinha na altura, com receio de que não pudesse ser mãe devido à sua identidade sexual. Apesar de ter havido a omissão da sua identidade sexual, a mãe confessa ter ficado admirada quando haviam outros dois casais que mantinham uma relação homoafetiva, o que sugere que poderia ter referido que também mantinha uma relação homoafetiva caso sentisse que haviam mais pessoas/casais na mesma situação:

“As minhas expectativas eu acho que não têm nada a ver. Eu acho que nem tinha expectativas sequer. É meio que uma aventura, e por mais que se tenha planeado algumas coisas a gente está indo e foca-se no dia-a-dia. (...) Omiti esse lado com medo de que não fosse aprovado. (...) É. Eu tinha muito receio. Eu não arrisquei. Eu não arrisquei falar. (...) É, também ninguém me perguntou nada sobre a condição sexual. (...) Isso agora na época que eu ia em 2002, não existia. Eu não conseguia chegar a ninguém que fosse, mas a gente voltou a ir novamente em 2019. Nós fomos e para mim foi um choque porque haviam dois casais homossexuais falando abertamente. Eu pensei: nossa, que evolução” (Eva & Rita)

Em síntese, o balanço do confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva é descrito como positivo. Tanto em pais gays como em mães lésbicas, a superação de expectativas em relação à parentalidade adotiva teve sempre como causa o receio da estigmatização, seja devido ao receio da estigmatização junto das equipas de adoção, como o próprio estigma que a criança poderia sentir por ser adotada por dois pais. Isto pode sugerir que para as mães lésbicas parece ser de maior relevância a aceitação por parte dos outros (sociedade), enquanto que para os pais gays parece ser mais importante a aceitação e integração do filho na família que o iria adotar.

Discussão

A presente investigação teve como principal objetivo estudar as dinâmicas de coparentalidade numa amostra de pais/mães heterossexuais por adoção no contexto português (estudo 1) e numa amostra de pais/mães homossexuais no contexto brasileiro (estudo 2), com filhos dos 4 aos 18 anos. A investigação teve por base a concetualização do modelo de Feinberg (2003) na última parte da análise de resultados, de modo a compreender-se os dados obtidos conforme as suas quatro dimensões de coparentalidade. Através da análise temática identificaram-se no estudo 1 sete temas e quatro sub-temas, e no estudo 2 nove temas e dois sub-temas, que irão ser explicados seguidamente bem como as relações que existem entre eles. Os dois estudos pretenderam dar visibilidade a outras vivências menos conhecidas ao permitir que as diferentes famílias adotivas demonstrem a singularidade da sua história familiar, auxiliar na desestigmatização da adoção, tal como uma reflexão mais aprofundada sobre a forma como se vê as relações e em particular as práticas parentais, com base na especificidade das características das famílias.

O primeiro tema identificado e que é comum aos dois estudos foi a *evolução do desejo e projeto de parentalidade adotiva*, que se refere ao surgimento do desejo da parentalidade e a evolução do mesmo até à adoção, tal como a forma como o projeto de parentalidade adotiva foi construído. Enquanto que no estudo 1 foi relatado pelas mães a parentalidade biológica como um caminho inicial de se aceder à parentalidade, surgindo a adoção em segundo plano na maioria das vezes, no estudo 2 não houve a tentativa de parentalidade biológica ainda que tenha havido a reflexão da mesma. Embora nos casais de homens gays, haja a reflexão sobre a parentalidade biológica, a barreira legal pode justificar a forma como se sentem pressionados a optar pela parentalidade adotiva. Estes dados vão ao encontro da investigação em que os autores salientam que no caso de famílias constituídas por dois pais, a adoção é a única forma de terem filhos de forma legal. Além disso, em casais de mulheres lésbicas existe a ponderação pela via biológica, no entanto não existe o desejo de nenhuma das mães em engravidar pelo que optam pela adoção, o que pode ir ao encontro de alguns estudos brasileiros que mostram o facto de mulheres lésbicas preferirem o parentesco biológico pelo desejo de vivenciar a gravidez (Grossi, 2003; Lira, Morais & Boris, 2017). Os estudos de Costa e Tasker (2008) foram também ao encontro destes resultados, sendo que procuraram compreender as motivações para pessoas LGB. Os resultados demonstraram as mudanças a nível da legislação foram um passo fundamental para os casais do mesmo sexo acederem à parentalidade. Por exemplo, no Brasil, anteriormente à aprovação legislativa, a maioria dos casais do mesmo sexo criaram os filhos

através da adoção brasileira ou da adoção informal. A designada adoção “à brasileira” diz respeito a uma prática que é cultural e específica em que os pais biológicos entregam os filhos aos pais por adoção e somente após existe a regulamentação legal, ou por vezes, a criança não chega a ser registada como filho dos pais biológicos, sem que ninguém tenha conhecimento, mas é entregue logo à nascença aos pais adotivos e registados por estes como sendo pais biológicos. Por outro lado, a adoção informal confere uma situação semelhante à adoção “à brasileira”, porém sem qualquer reconhecimento legal de parentesco (Vitule, Couto, & Machin, 2015; Costa & Shenkman, 2020). De acordo com a investigação realizada no Brasil, os dois tipos de adoções eram bastantes comuns e permitiam a possibilidade de pessoas LGB de se constituírem família com filhos (Vitule, Couto, & Machin, 2015). Face aos impedimentos legais da adoção formal vividos na época, esta foi a única opção de muitas pessoas LGB terem filhos. Além desta forma de se constituírem família, houve a documentação de pessoas LGB que tiveram filhos em relacionamentos heterossexuais anteriores (Palma, Strey & Krugel, 2012). Assim sendo, uma vez que a adoção formal só é uma possibilidade para famílias homoparentais desde que a lei sofreu alterações, até à data havia uma falta de reconhecimento legal destas famílias. Atualmente, já com este reconhecimento da adoção formal, a parentalidade adotiva é o único caminho legal para que um casal de homens gays se tornarem pais, o que pode explicar a reflexão sobre a parentalidade biológica e o abandono da mesma. Outro dado que foi visível na minha investigação foi a predisposição para homens gays adotarem tardiamente uma criança, enquanto que as mulheres lésbicas parecem preferir crianças mais novas. Estes dados vão ao encontro de um estudo brasileiro que relata o facto de homens gays tendencialmente estarem mais interessados em criar filhos mais velhos (adoção tardia), ao invés de mulheres lésbicas que preferencialmente adotam bebés ou crianças mais novas (Vitule et al., 2015).

No que concerne às famílias heteroparentais, os resultados demonstraram a tentativa da parentalidade biológica anterior e/ou em simultâneo com a parentalidade adotiva em que a adoção surge como um segundo caminho pelo insucesso/ dificuldade da parentalidade biológica. Estes resultados parecem ir ao encontro da literatura que descreve a adoção como uma segunda escolha, muitas das vezes procedida da desistência da parentalidade biológica (Langdridge, Connolly & Sheeran, 2000). Além disso, quando as mães percecionam, no estudo 1, que o desejo parental dos pais surge inicialmente pela via biológica, sem terem refletido numa primeira instância sobre a parentalidade adotiva, pode predizer a relevância em que o casal esteja de acordo no seu caminho para a parentalidade, neste caso na adoção (Langdridge, Connolly & Sheeran, 2000).

O segundo tema comum identificado nos dois estudos foi a *percepção retrospectiva da transição para a parentalidade adotiva*, ainda que no estudo 1 tenha surgido o sub-tema *impreparação das mães no processo de transição*. Este sub-tema refere-se à falta de preparação parental sentida pelas mães no processo de transição para a parentalidade, o que está relacionado com a imprevisibilidade do tempo de espera à chegada de uma nova criança e na rapidez em que se dá o processo de transição de ser-se futura mãe adotiva *versus* ser-se mãe adotiva. As mães percebem esta dificuldade sendo que sugerem que poderia ser ultrapassada se o processo de transição para a parentalidade adotiva fosse vivido conjuntamente (a dois), o que pode indicar que na sua maioria este processo é sentido como solitário, reforçando assim a percepção de falta de apoio. Esta falta de preparação (física e emocional) no processo de transição para a parentalidade não foi evidente no estudo 2, uma vez que tanto os homens gays como as mulheres lésbicas descrevem o processo de transição para a parentalidade adotiva como um processo positivo e construído conjuntamente, com a existência de apoio mútuo, mesmo quando existe alguma divergência nos desejos parentais. Em relação ao tema, este retrata a percepção de apoio sentido (ou falta dele) no processo de transição para a parentalidade em geral e em específico para a parentalidade adotiva. No estudo 1, a forma como as mães percebem o apoio sentido nesta transição é evidenciado como um processo mais individual (ainda que desejado por elas a dois), inclusivamente no insucesso sentido na parentalidade biológica, ao invés de ser um processo conjunto (em casal). Contrariamente, no estudo 2 os casais relatam o processo de transição para a parentalidade adotiva como um processo conjunto em que se moldam ao desejo um do outro. Mesmo com estes resultados, não se possa assumir de forma perentória que as vivências sejam assim tão discrepantes entre famílias heteroparentais e homoparentais, uma vez que no estudo 1 só houve a realização de entrevistas com mães heterossexuais, ao passo que no estudo 2 se realizaram entrevistas com pais/ mães do mesmo sexo. O contexto diferente entre os dois estudos remete de igual forma para uma limitação que poderá ter interferido nos resultados. Ainda assim, os resultados podem sugerir que o facto de as famílias homoparentais lutarem de forma exclusiva contra a estigmatização da sua identidade sexual, os casais percecionem um maior apoio na transição para a parentalidade por haver uma maior compreensão das dificuldades sentidas neste processo. Ou seja, poderá assumir-se que o processo acontece em conjunto (a dois/ a duas), reforçando a percepção de apoio mútuo. Estes dados podem ir ao encontro dos estudos de Goldberg & Smith (2008) que descobriram que uma maior qualidade de relacionamento estava relacionada com uma saúde mental mais favorável. Outros autores salientam que em famílias constituídas por casais heterossexuais, existem diferenças entre as experiências e os papéis entre homem e

mulher que podem ser acentuadas durante o processo de transição, impulsionando as diferenças tradicionais nos papéis de gênero (Salmela-Aro, Nurmi, Saisto, & Halmesmaki, 2000). Assim, os resultados encontrados no estudo 1 vão ao encontro do que Cowan e Cowan (1992) referem em que a sobrecarga da mulher no trabalho doméstico e na divisão de tarefas pode levar à insatisfação parental. Já os resultados do estudo 2 parecem conjecturar o mesmo que os estudos de Gianino (2008) em que o autor menciona que a transição para a parentalidade foi relatada como transformadora em casais gays, uma vez que possibilitou anteriormente à chegada da criança a superação de estereótipos negativos sobre a homoparentalidade masculina. Isto pode indicar uma maior entre os futuros pais/mães (Gianino, 2008). Em famílias que iriam recorrer à adoção, Golberg e Smith (2011) exploraram também as diferentes formas de estigma em casais de homens gays e mulheres lésbicas e compreenderam que quanto maior o apoio percebido na qualidade do relacionamento (além do apoio familiar e no local de trabalho), era evidente uma melhor saúde psicológica dos pais/mães. Ao encontro deste estudo, Bos e Gartrell (2010) pretenderam responder à discriminação no processo de adoção e às estratégias encontradas por casais de homens gays e mulheres lésbicas, uma vez que o processo de transição para a parentalidade fornece informações sobre como é que os futuros pais/mães se prepararam e antecipam determinadas situações (Feinberg & Kan, 2008; Figueiredo & Lamela, 2014; Solmeyer, Feinberg, Coffman, & Jones, 2013). Bos e Gartrell (2010) referem que este período de transição possibilita a que pais/mães enfrentem a estigmatização inerente à adoção dos filhos e compreendam que os efeitos adversos da homofobia podem ser amortecidos pelo fortalecimento da rede de apoio (inclusivamente no sistema conjugal – a dois). Alguns autores complementam que a proximidade, a boa comunicação, a satisfação conjugal, tal como a influência de múltiplas interações (sociais, legais, culturais) intercruzam-se e colaboram no ajustamento psicossocial dos filhos (Gartrell, Bos, Peyser, Deck, & Rodas, 2012). Levanta-se com estes dados, a hipótese de casais do mesmo sexo anteciparem a estigmatização e em prol disso haver um trabalho conjunto no que toca ao apoio e comunicação no processo de transição. Relembrando Salvaterra (217), adoção por si só já é um processo complexo e desafiador, que vai ao encontro das necessidades da família adotiva que desejou a criança, da família na qual a criança nasceu e da própria criança. Posto isto é fundamental que, por exemplo, os técnicos encarregues pelos processos de adoção compreendam que existem vulnerabilidades adicionais junto das famílias constituídas por casais do mesmo sexo, como a estigmatização.

O terceiro tema que se segue denominado *coparentalidade em famílias adotivas*, tem por base o modelo de Feinberg (2003) e abrange quatro temas inerentes (*existência de desacordos e resolução; divisão de tarefas satisfatória nas práticas parentais; experiência de*

suporte coparental; exposição da criança a conflitos). Em conformidade com Feinberg (2003), o modo como a relação de coparentalidade é moldada tem influência em grande parte pelas crenças, valores, desejos e expectativas dos pais/mães. Por sua vez as dinâmicas de coparentalidade são moldadas pela cultura dominante (como aspetos socioeconómicos, étnicos, religiosos e grupos raciais), o que significa que as normas subculturais influenciam a maneira como os indivíduos e famílias vêem o género como organizador das relações familiares e a forma como os pais/mães podem manifestar essas crenças na prática (Feinberg, 2003; McHale et al., 2002). Assim sendo, ainda que os co-parentes ensinem crenças neutras aos filhos em termos de género, o contexto socioeconómico pode ter uma influência na forma como isso é transmitido. Exemplo disto, é que quando um dos pais consegue maximizar a renda da família como trabalhador fora de casa, tendencialmente tem menor tempo para estar junto da família, o que poderá implicar uma sobrecarga de trabalho na mãe em torno da educação do filho. Por fim, ainda que não menos importante, as famílias não são estáticas, estão em constante mudança devido aos processos de desenvolvimento que ocorrem dentro de todos os indivíduos. De igual forma, a coparentalidade muda ao longo do tempo, tal como as diferenças individuais e entre famílias (Feinberg, 2003; Kreppner, 1988). Além de que o próprio sistema familiar é mutável e adaptável, tal como referido por alguns pais/mães, nomeadamente nas famílias heteroparentais em que abordam a abertura da dinâmica coparental e das decisões aos filhos.

De acordo com o conceito apresentado no modelo ecológico de coparentalidade de Feinberg (2003), procurou-se compreender as dinâmicas de coparentalidade em famílias heteroparentais por adoção em Portugal (estudo 1) e em famílias homoparentais por adoção no Brasil (estudo 2). Os temas abrangeram as quatro dimensões, sendo que o primeiro tema que diz respeito à primeira dimensão foi que denominada *a existência de desacordos e resolução*. Em ambos os estudos, existem dois sub-temas que serão descritos seguidamente, sendo que todos os participantes da minha investigação demonstraram a existência de discordâncias. A forma como resolvem as discordâncias foi contemplada na minha investigação e os resultados revelaram que no estudo 1, as mães descrevem a presença de desacordos associada à discrepância de práticas parentais e quando existe discordância entre o casal no que diz respeito à coparentalidade é relatada insatisfação por parte das mães. Enquanto que no estudo 2, é descrito a chegada a um consenso como uma aprendizagem (de ambas as partes) em que se consegue retirar uma vantagem. A investigação em torno da coparentalidade salienta que as questões de discordância na criação dos filhos podem desempenhar um papel significativo ao afetar a consistência das práticas parentais entre os pais/mães (Feinberg, 2003). O desacordo na criação dos filhos é fundamental na medida em que afeta outras dimensões da coparentalidade

e/ou da vida familiar (Feinberg, 2003). Em famílias adotivas, a investigação relata que em casais de mães lésbicas e pais gays existe uma maior partilha dos cuidados dos filhos, enquanto que nos casais heterossexuais relataram especialização (isto é, as mães apresentavam um cuidado maior nos filhos do que os pais) (Farr & Patterson, 2013). Neste seguimento, Patterson e Farr (2011) abordaram também as associações entre coparentalidade e o desenvolvimento de crianças adotadas, com foco predominante sobre o ajustamento comportamental e psicológico destas crianças, como Palacios e Brodzinsky, 2010. Uma vez que as crianças demonstram maiores dificuldades comportamentais em média do que criança não adotadas (Palacios & Brodzinsky, 2010), a investigação sobre a diversidade das famílias adotivas é fundamental. Os resultados de Farr e Patterson (2013) em torno desta área demonstraram que os casais de mulheres lésbicas apresentaram o comportamento mais favorável e menos prejudicial, os casais heterossexuais apresentaram o comportamento mais prejudicial, enquanto que os casais de homens gays mostraram o comportamento menos favorável. Estes resultados predizem que a coparentalidade de apoio foi associada a uma melhor adaptação da criança (Farr & Patterson, 2013). Ainda assim, podem ser associados com o facto de os homens gays frequentemente enfrentarem mais dúvidas sobre as suas capacidades, comparativamente a mães lésbicas e pais/mães heterossexuais (Vinjamuri, 2015), apesar das pesquisas demonstrarem que os filhos adotados por homens gays são tão capazes ou mais que crianças criadas e adotadas por pais heterossexuais (Golombok et. al, 2014). Realço ainda que as questões de discordância na criação dos filhos podem afetar a consistência das práticas entre os pais (Feinberg, 2003), os dados da minha investigação podem sugerir que a forma como os pais/mães percecionam a discordância das práticas parentais pode ter uma relevância significativa na forma como existe a resolução desses desacordos.

Surge o primeiro sub-tema *desacordo/ cedência pelo diálogo* em que as famílias abordam a resolução do desacordo através da cedência por meio do diálogo. No estudo 1, ainda que o desacordo seja resolvido pelo diálogo, tendencialmente existe sempre cedência de uma das partes, o que faz com que seja manifestada alguma insatisfação. Já no estudo 2, os casais relatam o diálogo como uma possibilidade para a partilha de experiências para que o casal trabalhe em conjunto, em prol dos filhos. Tanto mães lésbicas como pais gays conseguem retirar vantagem do desacordo e fazer o balanço positivo, o que difere do estudo 1 em que só uma mãe encarou o desacordo como vantajoso. Este resultado poderá estar relacionado com a perceção de suporte e até satisfação dentro da dinâmica coparental. De acordo com Kreppner (2000), a relação conjugal e parental está relacionada diretamente no desenvolvimento dos filhos, ou seja, o desenrolar da resolução de conflitos, o diálogo e como os membros desta família se

relacionam influí no modo como os filhos se relacionam com os demais e como poderão futuramente reproduzir padrões de comportamentos quando formarem uma outra família. Assim, Feinberg (2003) realça que o desacordo na criação dos filhos por si só pode não levar a resultados familiares negativos, como é o caso de alguns pais que conseguem “concordar em discordar” e são capazes de manter elevados níveis de apoio mútuo de coparentalidade, em que a negociação de discordâncias se dá de uma forma respeitosa e conseguem adotar compromissos nos quais baseiam a sua gestão familiar. Os estudos em famílias adotivas referem que uma coparentalidade eficaz requer comunicação, compreensão mútua e respeito entre os adultos, inclusivamente a capacidade de apoiar os esforços um do outro, e a capacidade de resolver debates/ conflitos que surjam, em prol dos filhos (Cohen & Weissman, 1984; Feinberg, 2003; McHale & Irace, 2011). Relativamente a casais de minorias sexuais, algumas autoras encontraram diferenças nos comportamentos de coparentalidade observados entre casais de lésbicas, gays e heterossexuais com filhos adotivos jovens (Farr & Patterson, 2013). Os resultados mostraram que os casais de lésbicas demonstraram maior apoio na criação de filhos – com maior envolvimento na díade coparental – do que os casais gays ou heterossexuais. No entanto, ainda são necessárias pesquisas que avaliem as perceções dos pais sobre a aliança de coparentalidade entre os diferentes tipos de famílias. Sumontha, Farr e Patterson (2016) salientam ainda que uma melhor compreensão dos processos de coparentalidade entre famílias diversas pode ser de particular importância para famílias formadas por adoção ou chefiadas por casais do mesmo sexo.

O segundo sub-tema é *não desautorização da figura parental* e descreve a forma como o casal tem regras para evitar que os filhos não desobedeçam às regras. Este sub-tema é unânime em ambos os estudos sendo que os participantes revelam a importância da não desautorização da figura parental como uma das formas para resolverem os desacordos. Esta regra estabelecida na dinâmica coparental implica que mesmo que surge nova discordância com a tomada de decisão, não pode ser demonstrado desacordo na presença dos filhos. As famílias em que o sub-tema foi presente no estudo 2 ressaltam ainda que a desautorização de uma das partes pode transmitir uma mensagem incongruente ao filho e isso pode ter impacto na forma como o filho apreende as informações e até pode criar alguma discrepância na forma como as figuras parentais são vistas. Estes resultados podem sugerir que a discordância na criação dos filhos deve ser resolvida entre co-parentes para que haja um exercício da coparentalidade bem-sucedido, uma vez que segundo Feinberg (2003), caso contrário a discordância na criação dos filhos poderá ter efeitos negativos e perturbar a parentalidade e outros domínios da coparentalidade. Como antecipado por Farr e Patterson (2013), as interações de apoio e

cuidados entre os pais, tal como um maior envolvimento destes na coparentalidade, foi relacionada a um comportamento infantil positivo. O que significa que, pelo contrário, o enfraquecimento da coparentalidade (como é o caso da competição) foi associada a problemas na conduta da criança adotada. Estes resultados são significativos nos diferentes tipos de famílias. Ainda assim, ao examinar-se, por exemplo, as discrepâncias na participação entre os pais/mães em cada casal, os casais heterossexuais foram os que apresentaram discrepâncias significativamente maiores do que casais de mulheres lésbicas ou homens gays (Farr & Patterson, 2013).

O segundo tema inerente ao tema abrangente coparentalidade em famílias adotivas foi *a divisão (in)satisfatória nas práticas parentais* (estudo 1) *versus a divisão satisfatória nas práticas parentais* (estudo 2), em que é descrita a forma como a divisão de tarefas parentais é realizada na dinâmica coparental. No estudo 1, é relatada uma maior presença das mães na participação de tarefas relativamente à educação dos filhos sendo que a forma como as mães descrevem a falta de participação dos pais (e envolvimento dos mesmos nas tarefas em relação aos filhos) parecem estar relacionadas com alguma (in)satisfação sentida. No estudo 2, a maioria dos participantes relataram uma gestão conjunta de tarefas sem que houvesse uma divisão intencional, ao que a gestão de tarefas parentais é considerada como satisfatória por todos os participantes, ainda que as mães lésbicas caracterizem esta divisão com maior discrepância. Isto significa que independentemente da forma como cada uma das partes contribui para as práticas parentais, em famílias homoparentais, o importante foi a perceção de justiça inerente a essa divisão. Estes dados podem ir ao encontro da literatura em que a coparentalidade em indivíduos LGB foi descrita maioritariamente com a partilha do trabalho doméstico e de cuidado infantil de uma maneira mais igualitária, ao invés de nos casais heterossexuais em que a divisão de tarefas aconteceu tendo por base a divisão típica de género (inclusive tarefas domésticas) (Goldberg et al., 2012; Patterson, Sutfin, & Fulcher, 2004). Patterson, Sutfin & Fulcher (2004) exploraram a divisão do trabalho familiar entre casais de lésbicas e heterossexuais que cuidavam de crianças de 4 a 6 anos e relataram que os casais de lésbicas eram mais propensos a dividir o trabalho remunerado e não pago igualmente, enquanto os casais heterossexuais eram mais propensos a mostrar padrões especializados, em que os pais investiam mais tempo em empregos remunerados e as mães dedicavam mais tempo ao trabalho familiar não remunerado. Assim, os casais de lésbicas relataram dividir as práticas parentais (dos filhos) de forma mais igualitária do que os casais heterossexuais.

Além disso, no que diz respeito às mães heterossexuais geralmente são responsáveis pela maior parte dos cuidados com os filhos e do trabalho doméstico, enquanto que os pais

tendem a dedicar mais tempo a empregos remunerados. Este padrão, em que os esforços de um parceiro são centrados no emprego remunerado e os esforços do outro parceiro são focados no trabalho familiar não remunerado, traduz-se na especialização (maior encargo parental) por parte de mães heterossexuais descrita na literatura (Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004). Embora cada casal tenha a sua dinâmica, a pesquisa existente sugere que os casais de lésbicas que tiveram filhos juntos tendem a dividir o trabalho coparental de forma mais igualitária, enquanto os casais heterossexuais que tiveram filhos juntos são mais prováveis para mostrar o padrão especializado de divisão de trabalho (Patterson, 2013). Cowan e Cowan (1992) relataram que os pais que gastavam menos horas em empregos remunerados estavam mais envolvidos no cuidado dos filhos. Por fim, alguns estudos sugeriram que o compartilhamento igualitário, bem como a satisfação com as divisões do trabalho familiar, estão associados a menos problemas comportamentais da primeira à meia infância entre os jovens nascidos e adotados por pais lésbicas, gays e heterossexuais (Chan, Brooks, Raboy, & Patterson, 1998; Farr & Patterson, 2013; Patterson, 1995). O efeito da divisão do trabalho no ajustamento dos filhos foi, assim, mediado pela satisfação do relacionamento do casal. De destacar ainda que as mães lésbicas tendem a relatar, idealmente, o desejo de uma distribuição igualitária dos cuidados com os filhos, em contraste com as mães heterossexuais que relatam idealmente querer fazer um pouco mais da metade dos cuidados infantis e como antecipado, os pais heterossexuais relatam idealmente fazer pouco menos do que a metade (Patterson, Sutfin, & Fulcher, 2004). De modo geral, a pesquisa existente sugere assim que são os sentimentos dos pais (percepção) sobre os seus arranjos, em vez das divisões reais de trabalho, que estão mais intimamente associados aos resultados da criança (Patterson & Farr, 2011). Posto isto, a literatura sugere que não seja necessária uma divisão equitativa das tarefas parentais para que seja percebida satisfação, uma vez que esta se traduz na percepção de justiça que cada mãe/pai sente. Na minha investigação, em ambos os estudos, os casais ainda assim eram mais propensos a expressar insatisfação com as divisões de trabalho quando relatada uma maior especialização, o que sugere uma possível desvantagem na divisão do trabalho de acordo com os tradicionais papéis de género. É importante salientar que esta desigualdade pode ter implicação na forma como a coparentalidade é vivida e por outro lado o impacto que, durante tantos anos, a falta de reconhecimento simbólico e legal teve no acesso à parentalidade e por consequência na dinâmica coparental. Por fim, a divisão de trabalho (dentro de casa) pode ser de particular interesse entre os pais/mães adotivas, uma vez que as relações biológicas não afetam as decisões de trabalho na família (Patterson, Sutfin, & Fulcher, 2004).

O terceiro tema inerente ao tema abrangente coparentalidade em famílias adotivas foi a *experiência de suporte coparental*, em que é descrita a experiência de apoio coparental das mães (estudo 1) *versus* a experiência de apoio coparental descrita pelos casais (estudo 2). No estudo 1 somente uma mãe relatou ter sentido apoio por parte do pai, sendo que a experiência de suporte coparental percebida parece estar relacionada com a falta de reconhecimento dos pais nas contribuições das mães nas tarefas parentais. Isto parece indicar que quando as mães percebem uma maior participação dos pais na educação dos filhos, sentem um maior apoio mútuo. Pelo contrário, relatam um menor apoio na experiência de suporte coparental quando sentem menor contribuição dos pais e, conseqüentemente, é relatada uma insatisfação pela falta de contribuição do pai nas tarefas parentais. No estudo 2, todos os participantes perceberam a existência de suporte coparental com a existência de apoio mútuo, o que parece estar associado à forma como sentem a validação e apoio emocional, sem que percebam algum enfraquecimento (sabotagem). Por conseqüência, isto indica estar diretamente relacionado com alguma satisfação sentida. Os resultados vão ao encontro da literatura existente que demonstra que uma maior especialização na divisão de trabalho coparental foi significativamente associada a uma maior insatisfação, bem como um menor ajustamento entre o casal. Por outro lado, padrões mais igualitários na divisão de tarefas parentais remetem para uma maior satisfação entre os casais heterossexuais (Farr, Bruun & Patterson, 2019). Isto parece significar que o apoio *versus* enfraquecimento (sabotagem) da coparentalidade está relacionado com a percepção da aliança parental, porque quanto maior a percepção da aliança parental, maior a percepção de apoio na experiência de suporte coparental. Tal como afirmava McHale (1995) e os seus colegas (McHale & Irace, 2011), o suporte e apoio no papel da díade traduz-se na afirmação da competência do outro, no reconhecimento das contribuições e na defesa das decisões e autoridade de cada um. Sumontha, Farr e Patterson (2016) avaliaram ainda nas diferentes famílias adotivas (além da importância do suporte social), as percepções dos pais sobre as suas alianças de coparentalidade e compreenderam que uma aliança coparental foi tida como mais forte na presença de suporte coparental (mútuo). Assim sendo, é possível observar-se que as dimensões dentro do construto da coparentalidade estão interligadas. Mesmo assim, a falta de suporte coparental podem estar associadas a um maior *stress* parental e à presença de problemas de externalização e internalização das crianças, ao invés de práticas parentais caracterizadas pela exigência, envolvimento, comunicação e suporte, que funcionam como fatores de proteção para o ajustamento psicológico da criança e adolescente (McKay, Ross & Goldberg, 2010; Darling, 1999).

O último e quarto tema pertencente ao tema abrangente coparentalidade em famílias adotivas foi a *gestão conjunta familiar*, identificado em ambos os estudos. Ainda assim, no estudo 1 surgiu o sub-tema *exposição de crianças a conflitos*, que se refere ao grau em que os pais/mães expõem os filhos a conflitos. Neste sub-tema, as mães heterossexuais parecem não evitar expor os filhos a conflitos, sendo que relatam partilhar com eles as discordâncias existentes entre mãe e pai. Isto parece advir da falta de comunicação entre a díade coparental em que inicialmente existe um debate/discussão sobre a forma como os pais divergem na tomada de decisões que dizem respeito aos filhos, no entanto parece haver alguma exposição dos filhos a estes conflitos existentes entre pai e mãe. Ainda assim, os conflitos parecem diferir de conflitos mais abertos a conflitos mais subtis e implícitos, tal como relatado. Este sub-tema não foi identificado no estudo 2 uma vez que todos os casais parecem evitar expor os filhos a conflitos, mas sim haver uma gestão conjunta das relações familiares. Assim sendo, relativamente ao tema, este descreve as estratégias educativas da dinâmica coparental junto dos filhos, com enfoque nas interações entre pai e mãe. No estudo 1, observa-se maioritariamente alguma ausência de comunicação o que parece acabar por ser evidente em interações mais hostis diante das crianças, ao passo que no estudo 2, as mães/pais relatam haver comunicação entre ambos e posteriormente haver uma partilha junto dos filhos após a tomada de decisão. A gestão conjunta das relações familiares parece traduzir-se numa satisfação dos pais/mães em partilharem as suas decisões junto dos filhos após a sua tomada de decisão e, por conseguinte, contribuir de forma benéfica para o bem-estar da dinâmica coparental e familiar. Posto isto, pode sugerir-se que quanto maior a comunicação entre mãe e pai, maior a proximidade coparental percebida e, por conseguinte, uma gestão ampla e construtiva que parece ser benéfica ou pelo menos não prejudicial para as crianças. Estes dados parecem ir ao encontro do estudo de Feinberg (2003) que reforçam a ideia de que pais podem ser capazes de manter elevados níveis de apoio mútuo de coparentalidade, negociar discordâncias de forma ativa e respeitosa e adotar compromissos nos quais baseiam a gestão familiar. Assim sendo, quando os pais parecem não conseguir negociar de forma ativa e respeitosa, discordando sem conseguir resolver essas próprias discordâncias parentais anteriormente a falarem com os filhos, existe impacto na dinâmica coparental-filho. Isto significa que o conflito se centra na forma como ocorrem os desentendimentos em relação à criança e a frequência em que os mesmos ocorrem, em que a cooperação é o elemento-chave para uma boa aliança parental (Margolin, Gordis & John, 2001). Assim sendo, pais que discordam sobre os valores da criação dos filhos podem demonstrar padrões mais prejudiciais de coparentalidade (McBride & Rane, 1998). Mesmo na ausência de conflitos abertos ou interações problemáticas, os pais variam no grau em que

contribuem de forma equilibrada para as interações com toda a família. Ou seja, os pais podem encontrar um equilíbrio em termos do seu envolvimento em interações triádicas ou maiores, ou um pode assumir a liderança e o outro pode retirar-se (Feinberg, 2003). O aspecto final a ser considerado é o equilíbrio na interação da díade com a criança. Exposto isto entende-se, portanto, que a coparentalidade seja apontada como um fator determinante no desenvolvimento da criança, na medida em que uma relação parental baseada em conflitos desencadeia problemas comportamentais e emocionais nas crianças (Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001; Talbot & McHale, 2004).

Em suma, a coparentalidade eficaz requer comunicação, compreensão mútua e respeito entre os adultos, incluindo a capacidade de apoiar os esforços uns dos outros e a capacidade de resolver conflitos que surjam sobre os melhores interesses da criança (Feinberg, 2003; McHale & Irace, 2011). As características individuais dos pais/mães (por exemplo, crenças) e as suas características emocionais (por exemplo, hostilidade) são provavelmente influências na coparentalidade. Por isso, afetam a capacidade da díade em cooperar na criação dos filhos e na gestão familiar. Outra característica são os fatores contextuais que podem afetar (positiva ou negativamente) na coparentalidade (Margolin et al., 2001; Talbot & McHale, 2004).

Os dois temas seguintes são exclusivos do estudo 2, uma vez que têm em consideração características particulares dos participantes e das vivências expostas pelos mesmos. O oitavo tema presente no estudo 2 é a *interseção da identidade sexual e parental* e dá conta da interseção de duas identidades ditadas como antagônicas pela sociedade: a identidade sexual e a identidade parental. A interseção de duas identidades levanta conflitos – identidade de pai/mãe e a identidade sexual, porém são ainda abordadas pelos participantes a identidade de ser pai/mãe por adoção e num dos casos até é mencionada a identidade racial como uma forma de a mãe se sentir ainda mais “minorias das minorias”. Os dados encontrados na minha investigação indicam que as mães lésbicas descrevem alguns receios de estigmatização anteriormente à tentativa de concretização em conjunto, enquanto que os homens gays receiam principalmente estigmatização inerente à pressão heteronormativa. Estes dados podem ir ao encontro de alguns estudos que abordam a existência de experiências preconceituosas que as famílias com pais/mães do mesmo sexo enfrentam e que podem traduzir na ocultação da própria configuração familiar, limitando-se às expectativas heteronormativas do que deve ser uma família (Lira et al., 2017). Além disso, a interseção das duas identidades parece ser relevante na medida em que a antecipação deste preconceito pode ter moldado o caminho para a parentalidade nestas famílias. Os obstáculos que foram surgindo ao longo dos tempos, nas famílias homoparentais,

promoveu uma maior a antecipação do que seria a parentalidade adotiva e do impacto que teria nas crianças (Barrientos e Nardi, 2016; Tombolato, Maia, Uziel, & Santos, 2018). A investigação indica mesmo que acaba por haver um afastamento da religião católica em detrimento de valores mais humanos e importantes para estas famílias tão estigmatizadas. Além disto, o preconceito social contra famílias LGB pode não ser abertamente expresso e violento atualmente, no entanto ainda existe oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e, conseqüentemente, estigmatização da parentalidade (Barrientos e Nardi, 2016; Tombolato, Maia, Uziel, & Santos, 2018). As famílias LGB, para além de terem de enfrentar, as reações negativas da sociedade, enfrentam muitas das vezes a luta pelo preconceito das próprias famílias de origem (por serem pais gays/mães lésbicas e, adicionalmente, por serem pais/mães adotivos) e do próprio estigma internalizado (Lira & Morais, 2016; Lira, Morais e Boris, 2017).

Deste modo, é de releve compreender as particularidades de cada uma das famílias – seja nas famílias constituídas por duas mães, como nas famílias que têm dois pais. Os estudos sugerem que em pais gays a interseção da identidade sexual e parental é experienciada com elevados níveis de estigmatização, o que pode afetar a saúde psicológica dos pais e, conseqüentemente, o ajustamento da criança. Atualmente, a parentalidade gay parece promover uma transformação da tradição papéis de género masculino, visto que os homens assumiram papéis bastante diferentes no que diz respeito às tarefas parentais, enquanto que inicialmente estas funções estavam associadas exclusivamente ao papel da mulher (Carneiro, Tasker, Salinas-Quiroz, Leal & Costa, 2017). Autores consideraram que os homens gays tiveram que negociar os seus desejos parentais e familiares dentro de um sistema social heteronormativo em que a parentalidade era baseada maioritariamente no género (Carneiro, et. al, 2017). Ora, isso implica que os homens gays enfrentaram dificuldades na sua jornada enquanto pais (Gianino, 2008). Gianino (2008) descreveu mesmo as seis etapas psicológicas que os pais gays têm de ultrapassar na sua decisão de serem pais: Primeiramente, o abandono de uma identidade parental tradicional; seguida do conforto com uma identidade gay; o reconhecimento de famílias de pais gays; posteriormente, a procura de modelos e mentores; de seguida, o reconhecimento dos pontos fortes de ser um pai gay; e por fim articular uma identidade expandida para si mesmos enquanto pais gays. Estas etapas implicam assim uma (re)construção da sua identidade gay, uma vez que a parentalidade levou à (re)definição do que é ser-se homem gay e do que é ser-se pai (Armesto & Shapiro, 2011). Para complementar, a identidade de ser gay quando integrada na parentalidade (pai gay) é relatada com maior competência percebida nas tarefas parentais, níveis mais elevados de adaptação psicológica, maior crescimento pessoal e maior contentamento, em detrimento de um pai que não tem a sua identidade enquanto gay

integrada ou até mesmo em comparação com pais heterossexuais (Shenkman e Shmotkin, 2016).

Por outro lado, em mães lésbicas, houve relatos de discriminação sentida no contexto escolar, o que levou a que as mesmas optassem por não divulgar a sua configuração familiar, antecipando e protegendo-se de reações negativas (Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017). Anteriormente a essa estigmatização sentida e retomando à concretização da adoção, Goldberg e Conron (2008) relataram que muitas mulheres se sentem forçadas a negar a validade dos seus relacionamentos e declaram-se solteiras no momento de solicitarem a adoção para concordarem com os técnicos de adoção e com a legislação, antecipando a estigmatização de ser-se mãe lésbica e desejar a adoção. O confronto destas identidades parece conter uma especial importância, e poderá sugerir que em alguns casos a parentalidade biológica seja refletida. Não obstante, de realçar o facto de uma das mães ter referido na minha investigação a identidade racial do filho como uma outra forma de estigmatização adicional à interseção das identidades sexual e parental. A investigação diz-nos que famílias LGB que adotaram transracionalmente referiram ser um processo complexo ao negociar múltiplos *status* de minorias na sua tomada de decisão (Goldberg, Gartrell & Gates 2014), o que leva a sugerir que seja uma dificuldade acrescida nestas famílias quando comparado com a adoção por casais de sexo diferente. Por fim, uma minoria de pais gays e mães lésbicas evidencia ainda formas implícitas de marginalização, com o uso de papéis e atribuições heteronormativas na pré-escola e escolha dos filhos (Goldberg, Gartrell & Gates 2014).

Posto isto, foi fundamental compreender em famílias LGB, o que é ser-se pai/mãe adotivo. O nono tema presente no 2º estudo é o *confronto entre a expectativa pré-adoção e a experiência da parentalidade adotiva*, que diz respeito à comparação entre o que eram as iniciais expectativas dos pais/mães sobre o projeto de parentalidade adotiva e a experiência real já após a adoção dos filhos. Os resultados demonstraram que tanto em pais gays como em mães lésbicas, a superação de expectativas teve como principal causa o receio da inicial estigmatização. A estigmatização derivou desde o receio de preconceito junto das equipas de adoção (aceitação social) – observou-se em mães lésbicas, como o receio de que o filho adotado não aceitasse ou não se integrasse na família que o iria adotar – observou-se em pais gays. As mães lésbicas aparentaram algum tipo de estigma internalizado, o que pode indicar uma maior necessidade de aceitação por parte dos outros. Por outro lado, os pais pareciam mais preocupados com o acolhimento e sentimento de pertença da criança (filho), do que propriamente como seria a reação familiar e/ou social. Estes resultados podem ir ao encontro de alguns estudos em que a adoção é considerada como um desafio adicional uma vez que

tiveram de superar barreiras internalizadas à parentalidade e ajustar as expectativas da família de origem, as suas próprias expectativas e as expectativas heteronormativas e de género (Hicks, 2006; Mallon, 2004). Adicionalmente, a literatura refere que pais gays e mães lésbicas que adotaram descrevem expectativas menos realistas a respeito do género e da raça da criança, comparativamente a casais adotivos heterossexuais (Moyer & Goldberg, 2015), o que poderá explicar a forma como as mães lésbicas e os pais gays percecionam inicialmente a parentalidade adotiva (com alguma romantização). Posto isto, não só as expectativas sociais de género e a discriminação afetam o bem-estar, mas também o estigma internalizado (Baiocco et al., 2014). No caso dos pais gays, a necessidade de abordar junto do filho a própria constituição da família é explicada pela investigação, uma vez que as crianças que compreendem a sua própria constituição familiar têm maior facilidade em adotar estratégias e ferramentas que lhes permitirão lidar de forma mais adequada com a opressão social. Por conseguinte, a divulgação da configuração familiar de forma ponderada e natural, constitui uma das estratégias inerentes às famílias homoparentais que visam a sua própria proteção e sobretudo a proteção das crianças face ao preconceito ainda existente (Costa, 2012). Para finalizar, a investigação especifica que estas famílias vivem um *stress* adicional devido a múltiplas razões: os impedimentos do sistema legal (neste caso, a limitação que é a parentalidade biológica para pais gays); o predomínio de preconceito médico; a discriminação e falta de suporte social que se reflete no plano psicológico; os conflitos a nível escolar entre pares contra crianças que crescem nestas famílias; e, por último, a sociedade em geral que de diversas formas discrimina os membros destas famílias (Costa, 2012).

Contextualização das duas realidades: Portugal e Brasil

É importante ressaltar que a maior dificuldade existente na elaboração desta investigação foi a homogeneidade da amostra devido à ausência de participantes LGB em Portugal. Embora as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo não tenham sido incluídas devido à dificuldade em encontrar as mesmas em Portugal, colocam-se algumas hipóteses com base nos dados seguidamente apresentados. Os dados da ILGA (2021) relatam que casais do mesmo sexo tendem a adotar crianças cerca de 5 vezes mais do que casais de sexo diferente. No entanto, a dificuldade em encontrar famílias homoparentais constituídas por adoção em Portugal manifesta-se através de dados do Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional para a Adoção. No ano de 2019, somente houve três candidaturas (2,1%) que abrangiam crianças que pertenciam a casais do mesmo sexo, enquanto que em 2018 foram

cinco (3%). Estima-se, portanto, que até ao final de 2019, oito casais do mesmo sexo concluíram o processo de adoção (5,1%). Quanto à coadoção, de 2016 até ao final de 2019, os relatórios dão conta de que o Conselho Nacional de Adoção tomou conhecimento do início do processo de pré-adoção de 179 crianças por 163 candidatos “que pretendiam adotar filhos de conjugue” (Espalha-Factos, 2021). Contudo, não é possível conhecer quantos desses processos dizem respeito a casais do mesmo sexo. Para além dos resultados apresentados, as dificuldades podem ainda ser explicadas pelo facto de as pessoas LGB em Portugal que adotaram anteriormente à aprovação legal, antes de 2016, o terem feito de forma individual. Supõe-se que algumas destas pessoas tenham adotado singularmente, ocultando a sua identidade sexual, como se fossem mãe/pai solteiro. Ademais, uma vez que não se questionava a orientação sexual, não se tem conhecimento sobre quantas famílias LGB portuguesas adotaram nestes moldes nem se consegue compreender onde é que estão estas famílias (Costa, 2012). Esta realidade no nosso país traz para cima da mesa a pertinência deste estudo e o motivo pelo qual foi estendido ao contexto brasileiro.

Tanto em Portugal como no Brasil existe a partilha de aspetos comum: a língua portuguesa, a aprovação da legislação junto de famílias constituídas por pais/mães do mesmo sexo; e valores semelhantes na influência sócio-política e histórica da Igreja Católica baseados na heteronormatividade (Barrientos e Nardi, 2016; Costa & Shenkman, 2020; Latinobarómetro, 2015; OPP, 2017). No entanto, existem diferenças que podem ter impacto na investigação sobre as dinâmicas de coparentalidade. Exemplo disso, foi a dificuldade no processo analítico. Na perspetiva de Palácios e Brodzinsky (2010), as adoções realizadas após o segundo ano de vida têm consequências importantes nas crianças. Deste modo, é relevante destacar três aspetos distintos: a idade da criança, tempo de institucionalização e as experiências adversas prévias à adoção. Nos dois países, o tempo de espera é uma das etapas mais difíceis do processo, requerendo resistência por parte dos pais/mães, para lidar com a incerteza e a angústia do que se segue no projeto de parentalidade adotiva. Assim, passada esta etapa, e em caso de se ter encontrado a criança com o perfil desejado, os candidatos podem conhecer a história de vida e ver uma foto da criança (Arpini & Narciso, 2018). A discrepância de vivências nesta etapa, inclusivamente na preparação para a pré-adoção (ou falta dela) podem ter impacto na forma como o projeto de adoção é vivido por quem adota. Em Portugal é conhecido um procedimento para a pré-adoção, do qual participam técnicos (psicólogos, serviço social) que se encontram nos serviços de adoção e nas instituições de acolhimento, procurando uma progressiva aproximação entre a criança e a família adotiva. À vista disso, pretende-se que as crianças

fiquem o menor período possível nas instituições para que seja garantido uma experiência de vida num ambiente familiar (junto da família adotiva). Embora os procedimentos adotados não sejam idênticos entre Portugal e Brasil, identifica-se em ambos uma genuína preocupação com a criança/jovem, com a forma como será inserida na família e que lugar irá ocupar (Arpini & Narciso, 2018).

Finalmente, uma das hipóteses que me leva a refletir sobre a dificuldade de recrutamento de participantes heterossexuais no Brasil, contrariamente a uma maior facilidade de integrar participantes LGB para a investigação, foram as características encontradas junto dos grupos de adoção. No Brasil, os grupos encontrados para pais/mães que esperam por processos de adoção foram maioritariamente constituídos por pessoas LGB, contrariamente em Portugal em que os grupos encontrados foram maioritariamente constituídos por pessoas heterossexuais, tanto em grupos informais como junto de instituições de acolhimento. Pode entender-se com isto que, à partida, existe uma diferença na procura de grupos informais nos dois países e, por consequência, existem uma dissimilitude na possibilidade de vivenciar uma troca de experiências, receios e dúvidas relativamente a aspetos que envolvem a filiação adotiva (Arpini & Narciso, 2018). Além disso, a adoção é socialmente construída, sendo plausível esperar que a experiência de quem adota seja díspar em diferentes países (Palacios, 2009).

Limitações

A realização de dois estudos distintos demonstrou algumas limitações. A dificuldade de recolha de participantes (em particular a escassez de famílias homoparentais por adoção assumidas em Portugal) pode ser encarado como uma limitação, uma vez que não permitiu a homogeneidade da amostra de acordo com o inicial expectado e, consequentemente, originou a realização de dois estudos em contextos distintos. Por conseguinte, o contexto português e o contexto brasileiro podem ter sido limitantes nessa mesma homogeneidade da amostra. A divisão em dois estudos acarretou que cada um dos estudos tivesse um número muito reduzido de amostra, e por isso pode ter diminuído a possibilidade de alcançar um maior número de dados e de partilha de vivências.

Ainda que na realização dos dois estudos haja alguma partilha de características comuns a nível contextual, conforme mencionado anteriormente, existem vivências diferentes não só pela diferença da estrutura familiar, como o impacto que o ambiente extrafamiliar pode ter na díade coparental. Além disso, a realização da totalidade das entrevistas *online* não possibilitou um contacto mais próximo e presencial com os participantes (ainda que em alguns dos casos

não fosse possível pela grande distância física). Todavia, a realização de entrevistas presenciais poderia ter sido uma mais valia no enriquecimento da minha experiência pessoal, no aprofundamento das próprias entrevistas como possibilitaria uma melhor compreensão de alguns detalhes como é o caso do comportamento não-verbal. A realização de entrevistas *online* afetou ainda, em algumas entrevistas, a interferência das mesmas pela falta de rede ou falha na ligação. Não obstante, é de salientar que as entrevistas foram realizadas maioritariamente no segundo confinamento devido à situação do COVID-19 (principalmente as entrevistas para o estudo 1) e houve uma provação acrescida pela dificuldade em agendar as mesmas com as mães/pais. Apesar disso, houve uma discrepância enorme na procura de participantes. Ou seja, em Portugal só houve a participação de famílias heteroparentais e não se conseguiu a inclusão de famílias homoparentais, e pelo contrário, no Brasil quando se procurou inicialmente homogeneizar a amostra através da procura de participantes heteroparentais não se conseguiu alcançar essas famílias, pelo que só as famílias homoparentais é que desejaram participar no estudo. Esta dificuldade no recrutamento de participantes foi outro fator limitador, pelo que levou à realização de dois estudos. A inclusão de uma filha biológica no estudo 1 sendo que no estudo 2 somente existem filhos por adoção foi igualmente uma limitação.

A realização de entrevistas com mães (só com um pai no estudo 1) e com a presença de pais e mães no estudo 2 pode ter tido impacto nos resultados, além da desejabilidade social que pode ter superestimado comportamentos parentais positivos. Isto é, a realização de entrevistas no estudo 1 maioritariamente com mães heterossexuais pode ter originado resultados que iam somente ao encontro das perceções das mães, pelo que caso as entrevistas tivessem sido realizadas na presença de mães e pais heterossexuais poderia haver uma diferente perceção por parte dos pais, e conseqüentemente, isso poderia interferir com os resultados. Por este motivo, os resultados do estudo 2 diferem do estudo 1 ao contemplarem as perceções de mães e pais já que só uma das entrevistas neste estudo é que foi individual (somente com uma das mães). Também é possível que os pais/mães relatem as suas práticas parentais ideais até certo ponto, ao invés das suas práticas reais, que ainda não foram consolidadas na realidade pós-adoção. Esta pode ser de igual modo uma possível limitação pelo facto de haverem adoções recentes (com cerca de 1 ano), o que pode ter afetado as vivências de mães/pais e, por conseguinte, a perceção dos mesmos sobre as dinâmicas de coparentalidade.

Implicações e Estudos Futuros

Tendo por base os estudos elaborados e os resultados alcançados, propõe-se que numa investigação futura, haja uma maior homogeneidade da amostra, para que os resultados tenham

maior representatividade do contexto onde o estudo for realizado. Por esse motivo, seria também importante que o número de participantes fosse mais abrangente, possibilitando alcançar um maior número de mães/pais que relatassem as suas vivências dentro das dinâmicas de coparentalidade. Os resultados ressaltam ainda a relevância em estudar as percepções de coparentalidade com ambos os envolvidos da díade coparental (pais e mães) para que não haja inviabilização de resultados. Além disso, os estudos sobre a coparentalidade em crianças e jovens adotados ainda é escasso, incidindo com maior frequência em filhos biológicos. Em Portugal, alguns autores têm estudado a coparentalidade, porém é evidente uma ausência da investigação em torno da adoção, principalmente em famílias constituídas por pessoas LGBT que têm sido amplamente sub-representados na literatura sobre dinâmica familiar e coparentalidade. Os estudos sobre a coparentalidade e a adoção devem ser realizados para que se compreenda as adversidades implícitas a um processo de adoção, o ajustamento da criança à adoção, os processos de interação dentro da própria família adotiva e os diversos caminhos percorridos por crianças/jovens adotados. Além de permitir o enriquecimento da psicologia em torno da área da adoção, possibilitaria de igual forma a que os técnicos (ainda pouco formados, principalmente em torno da temática LGBT) pudessem compreender as vulnerabilidades destas famílias e auxiliar da melhor forma, capacitando-os de serem futuros pais/mães adotivos. Ou seja, a pesquisa poderia ajudar a formar os técnicos existentes no mundo da institucionalização e/ou que trabalhem nos serviços de adoção para que pudessem dar, por exemplo, aulas de preparação adequadas às diferentes formas de família, atenuando os receios de estigmatização antecipados. As experiências adversas vividas precocemente, o abandono, o tempo de institucionalização, a família biológica e outras variáveis dentro da adoção também apresentam um particular interesse em ter em conta, pois a “bagagem emocional” que a criança traz influencia a forma como os pais/mães percebem a dinâmica coparental. Ademais, a ausência de pesquisa nesta área torna difícil estimar o número de famílias do mesmo sexo e caracterizar os caminhos da parentalidade. Existem também poucos estudos que especificam a temática da adoção decorrentes das mudanças na organização, composição e papéis familiares, como é o exemplo de adoções por casais do mesmo sexo, adoções transraciais e adoções tardias. A nível concetual, Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2010) postulam que a coparentalidade não está limitada a uma componente instrumental, sendo também constituída por dimensões intraindividuais e intrafamiliares intrínsecas e exclusivas do outro adulto enquanto membro da díade coparental. Embora hajam já bastantes formulações teóricas em torno da coparentalidade, propõe introduzir um novo eixo de análise no estudo da coparentalidade que reflita a dimensão individual do construto (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Conclusão

Após a realização desta investigação, foi possível concluir vários aspectos em torno das dinâmicas de coparentalidade e no caminho percorrido por mães heterossexuais e pais/mães LGB até à parentalidade adotiva. No que diz respeito ao caminho percorrido até à parentalidade adotiva, nas famílias heteroparentais existe o predomínio de tentativas da parentalidade biológica numa primeira instância, sendo que o projeto de parentalidade adotiva somente é concretizado simultaneamente à parentalidade biológica e/ou após o insucesso da mesma. Já nas famílias homoparentais, ainda que haja uma reflexão sobre a possibilidade de acederem à parentalidade biológica, a parentalidade adotiva é a escolhida por estas famílias. Sugere-se, no entanto, que nos homens gays, a falta de reconhecimento legal e simbólico da parentalidade biológica seja um motivo impeditivo de aceder à mesma.

Dentro das dinâmicas de coparentalidade, associado ao modelo de Feinberg (2003), os resultados revelaram semelhanças e diferenças nas dinâmicas de coparentalidade entre casais de lésbicas, gays e mães heterossexuais. Um dos principais resultados é a existência de desacordos e forma de resolução dos mesmos que parece ser semelhante nas duas famílias com a cedência pelo diálogo e com a não desautorização da figura parental. Tanto mães heterossexuais, mães lésbicas como pais gays relatam a presença de desacordos associada à discrepância de práticas parentais, e percecionam a chegada a um consenso através do diálogo, em que o casal se tenta adaptar face à tomada de decisão. Além deste dado em comum, em todas as famílias, mencionaram que os acordos (e desacordos) são resolvidos sem a desautorização de nenhuma das figuras parentais, para que os filhos não percecionem práticas parentais opostas entre mãe e pai/mães/pais. Apesar destas semelhanças, as mães heterossexuais manifestam alguma insatisfação pela falta de consenso nas práticas parentais, ao passo que as mães lésbicas e os pais gays relatam que a discordância pode ser vantajosa porque contribui para o ganho de visão de perspetivas diferentes sobre o que será a melhor decisão a tomar. Estes últimos resultados sugerem ter uma relação com a perceção de suporte coparental e até mesmo a satisfação sentida dentro da dinâmica coparental, conforme foi descrito.

Outro resultado importante foi face à divisão de tarefas parentais em que foram demonstradas algumas diferenças entre as diferentes famílias. Como antecipado, as mães heterossexuais relatam especialização (um maior envolvimento e presença nos encargos e responsabilidades nas tarefas parentais). Descrevem, assim, a divisão de tarefas que dizem respeito aos filhos como uma forma de as penalizar uma vez que é relatada uma falta de

participação dos pais, e acabam por manifestar alguma insatisfação. Nas famílias homoparentais, os participantes relaram a divisão de tarefas parentais como satisfatória. As mães lésbicas manifestaram uma divisão intencional, refletida e organizada à priori, enquanto que os pais gays manifestem que a divisão, geralmente, não é planeada. Deste modo, a divisão de tarefas parece estar assente nas características de cada mãe/pai, do que em outro fator convencional ou forçado. Por outro lado, nas mães heterossexuais, os resultados parecem sugerir que as mães são as cuidadoras principais, conforme as tradicionais expectativas heteronormativas de género. Deste modo, consegue-se apreender que o importante é a perceção de justiça inerente a esta gestão, ou seja, não é necessária uma divisão equitativa de tarefas parentais para que seja percecionada satisfação. A perceção de justiça é que se traduz na forma como o casal sente satisfação na dinâmica coparental.

De realçar outro resultado em que a experiência de suporte coparental percecionada pelas mães heterossexuais parece estar associada à falta de reconhecimento das suas contribuições nas tarefas parentais, ainda que não tenha sido evidente padrões de depreciação a fim de gerar culpa. Nas famílias homoparentais, é relatada a existência de apoio mútuo, o que parece estar relacionada à afirmação de competência do outro, reconhecimento e respeito das contribuições de cada um. Estes dados parecem sugerir que, nas famílias heteroparentais, quanto maior a participação dos pais na educação dos filhos, maior a perceção de apoio. Em contrapartida, quando é relatado um menor apoio da experiência de suporte coparental parece estar inerente a menor participação (contribuição e envolvimento) do pai nas tarefas parentais.

Por último, outro aspeto importante a ser considerado foi a existência de receios de estigmatização em famílias homoparentais devido à interseção da identidade sexual e parental. A interseção destas duas identidades levanta questões particulares destas famílias. Por exemplo, as mães lésbicas descreverem alguns receios de estigmatização face à concretização da adoção em conjunto, enquanto que os pais gays salientam receios de estigma derivado da pressão heteronormativa. Estes resultados sugerem que nesta amostra de mães lésbicas possa existir uma maior necessidade de aceitação da sociedade. Ao ponto que, para a amostra de pais gays, seja mais relevante que o filho adotivo aceitasse o facto de ter dois pais. Este dado pode derivar de uma perspetiva histórico-cultural, em que os homens não eram entendidos como figuras parentais e sugere que a estigmatização (ainda existente) faz com que as pessoas LGB antecipem dificuldades pelo facto de a sociedade desconsiderar o caminho para a parentalidade por casais do mesmo sexo. Posto isto, ainda há muito a ser aprendido, no entanto, especialmente

no que diz respeito à diversidade de famílias, à forma como se constituem e ao contexto histórico-político em que cada família vive.

Referências

- Allen, M. & Burrell, N. (1996). Comparing the impact of homosexual and heterosexual parents on children: Meta-analysis of existing research. *Journal of Homosexuality*, 32(2), 19-35. https://doi.org/10.1300/j082v32n02_02
- Armesto, J. C., & Shapiro, E. R. (2011). Adoptive gay fathers: Transformations of the masculine homosexual self. *Journal of GLBT Family Studies*, 7(1-2), 72-92. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2011.537202>
- Arpini, D. M. & Narciso, I. S. B. (2018). Reflexões sobre filiação adotiva: Avanços e desafios no Brasil e em Portugal. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 26(1), 46-50. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v26n1p45--50>
- Baiocco, R., Argalia, M., & Laghi, F. (2014). The desire to marry and attitudes toward same-sex family legalization in a sample of Italian lesbians and gay men. *Journal of Family Issues*, 35(2), 181-200. <https://doi.org/10.1177/0192513X12464872>
- Baiocco, R., & Laghi, F. (2013). Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. *Journal of Family Studies*, 19, 90-98. <https://doi.org/10.5172/jfs.2013.19.1.90>
- Barbosa-Ducharme, M. A. & Barroso, R. (2012). Análise intergeracional do processo de adoção: Avós, pais e filhos. *Revista AMAzônica*, 8(1), 183-207. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4046894>
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliott, R. (2015). *Research methods in clinical psychology: An introduction for students and practitioners*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Barrientos, J., & Nardi, H. C. (2016). Introduction: Sexual minorities' discrimination in Iberian and Latin American countries. *Journal of Homosexuality*, 63(11), 1443-1445. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1222823>
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bibarz, T. J. & Stacey, J. (2010). How does the gender of parents matter? *Journal of Marriage and Family*, 72(1), 3–22. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00678.x>
- Bos, H., & Gartrell, N. (2010). Adolescents of the USA National Longitudinal Lesbian Family Study: Can family characteristics counteract the negative effects of stigmatization? *Family Process*, 49(4), 559–572. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01340.x>
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M. & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: Analisando aspetos transgeracionais e de género. *Pensando Famílias*, 19(2),

<https://www.researchgate.net/publication/301358879> Os Papeis Parentais nas Famílias Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero

- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7(1), 25–47. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(87\)90003-1](https://doi.org/10.1016/0272-7358(87)90003-1)
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: Implications for theory, research and practice. In D. M. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological Issues in Adoption: Research and Practice* (pp. 145-165). New York: Greenwood. ISBN: 0-275-97970-9
- Brodzinsky, D. M. (2015). Understanding and treating adoptive families. In S. Browning & K. Pasley (Eds.), *Contemporary families: Translating research into practice* (pp. 35–52). Routledge/Taylor & Francis Group.
- Cadastro Nacional de Adoção (2019). *Conselho Nacional de Justiça*. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/dados-estatisticos-do-cadastro-nacional-de-adocao-estao-disponiveis-para-consulta-na-internet/>
- Carneiro, F. A., Tasker, F., Salinas-Quiroz, F., Leal, I. & Costa, P. A. (2017). Are the fathers alright? A systematic and critical review of studies on gay and bisexual fatherhood. *Frontiers in Psychology*, 8. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01636>
- Chan, R. W., Brooks, R. C., Raboy, B. & Patterson, C. J. (1998). Division of labor among lesbian and heterosexual parents: Associations with children's adjustment. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 402–419. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.12.3.402>
- Cohen & Weissman (1984). The parenting alliance. In R. S. Cohen, B. J. Cohler, & S. H. Weissman (Eds.), *Parenthood: A psychodynamic perspective* (pp. 33–49). New York, NY: Guilford Press.
- Costa, P. A. (2012). Homoparentalidade - Que famílias, que experiências? In I. Leal, F. Pimenta, & M. Marques (Edits.), *Intervenção em Psicologia Clínica e da Saúde: Modelos e Práticas* (pp. 115-128). Lisboa: Placebo Editora
- Costa, P. A., & Bidell, M. (2017). Modern families: Parenting desire, intention, and experience among Portuguese lesbian, gay, and bisexual individuals. *Journal of Family Issues*, 38(4), 500–521. <https://doi.org/10.1177/0192513X16683985>
- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2013). Atitudes da população Portuguesa em relação à homoparentalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 790–798. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400020>

- Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2018). A comparative study of attitudes toward same-gender parenting and gay and lesbian rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*, 66 (13), 1909-1926. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1519303>
- Costa, P. A. & Shenkman, G. (2020). LGBTQ-Parent families in Non-Western contexts. In A. E. Golberg & K. R. Allen (Eds.), *LGBTQ-Parent families: Innovations in research and implications for practice* (pp. 319-336). https://doi.org/10.1007/978-3-030-35610-1_20
- Costa, P. A. & Tasker, F. (2018). “We wanted a forever family”: Altruistic, individualistic, and motivated reasoning motivations for adoption among LGBTQ individuals. *Journal of Family Issues*, 39(18). <https://doi.org/10.1177/0192513X18810948>
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (1988). Changes in marriage during the transition to parenthood: Must we blame the baby? In G. Y. Michaels & W. A. Goldberg (Eds.), *The transition to parenthood: Current theory and research* (pp. 114-154). New York: Cambridge University Press.
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (1992). *When partners become parents: The big life change for couples*. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/record/1992-97452-000>
- Crowl, A. L., Ahn, S. & Baker, J. A. (2008). A meta-analysis of developmental outcomes for children of same-sex and heterosexual parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(3), 385-406. <https://doi.org/10.1080/15504280802177615>
- Darling, N. (1999). Parenting style and its correlates. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/255621281>
- Demo, D.H., Acock, A.C., & Hurlbert, J. S. (1993). Family diversity and the division of domestic labor: How much have things really changed? *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 42(3), 323–331. <https://doi.org/10.2307/585562>
- Diniz, J. S. (2019). *Este meu filho que eu não tive: A adoção e os seus problemas*. (3ª ed.). Lisboa: Freud & Companhia.
- Dozier, M., & Rutter, M. (2008). Challenges to the development of attachment relationships faced by young children in foster and adoptive care. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 698–717). New York, NY: Guilford Press.
- Dush, C., Kotila, L., Schoppe-Sullivan, S. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 356–365. <https://doi.org/10.1037/a0023652>

- Espalha-Factos (2021). *Adoção: Pelo menos oito pessoas do mesmo sexo adotaram em Portugal*. Recuperado de <https://espalhafactos.com/2021/03/19/adocao-pelo-menos-oito-casais-do-mesmo-sexo-ja-adotaram-em-portugal/?fbclid=IwAR3gkKRRKJF8P4D9wtO6fN2Pj2Wmx7Vnhvbu3mM50iX6a15PZJ9Osf9zLuLg>
- Farr, R. H., Bruun, S. T. & Patterson, C. J. (2019). Longitudinal associations between coparenting and child adjustment among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parent families. *Developmental Psychology*, 55(12), 2547–2560. <https://doi.org/10.1037/dev0000828>
- Farr, R. H., Forssel, S. L. & Patterson, C. J. (2010). Gay, lesbian, and heterosexual adoptive parents: Couple and relationship issues. *Journal of GLBT Family Studies*, 6(2), 199–213. <https://doi.org/10.1080/15504281003705436>
- Farr, R. H. & Patterson, C. J. (2013). Coparenting Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Couples: Associations with Adopted Children's Outcomes. *Child Development*, 84(4), 1226–1240. <https://doi.org/10.1111/cdev.12046>
- Farr, R. H. & Patterson, C. J. (2016). Lesbian and gay adoptive parents and their children. In A. E. Goldberg & K. R. Allen (Eds.), *LGBT-Parent Families: Innovations in research and implications for practice* (pp. 39-55). https://doi.org/10.1007/978-1-4614-4556-2_3
- Farr, R. H., Vázquez, C. P., & Patterson, C. J. (2020). LGBTQ adoptive parents and their children. In A. E. Goldberg & K. R. Allen (Eds.), *LGBTQ-Parent Families: Innovations in Research and Implications for Practice* (pp. 45-64). https://doi.org/10.1007/978-3-030-35610-1_3
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the Transition to Parenthood: A Framework for Prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195. <https://doi.org/10.1023/a:1019695015110>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting, science and practice*, 12(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>

- Feinberg, M. E., & Kan, M. L. (2008). Establishing Family Foundations: intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology, 22*(2), 253-263. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.2.253>
- Feinberg, M., Kan, M., Hetherington, E. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage Family, 69*(3), 687–702. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x>
- Figueredo, B. & Lamela, D. (2014). *Parentalidade e Coparentalidade: Conceitos básicos e Programas de intervenção*. CUP Books: Contributos para a prática psicológica. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Gartrell, N., Bos, H. M. W., Peyser, H., Deck, A. & Rodas, C. (2012). Adolescents with lesbian mothers describe their own lives. *Journal of Homosexuality, 59*(9),1211-1229. <https://doi.org/10.1080/00918369.2012.720499>
- Gates, G. J. (2011). Family formation and raising children among same-sex couples. *National Council of Family Relations*. Recuperado de <https://escholarship.org/uc/item/5pq1q8d7>
- Gates, G., Badgett, M. V., Macomber, J. E., & Chambers, K. (2007). *Adoption and foster care by gay and lesbian parents in the United States*. Washington, DC: The Urban Institute.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex aequo, 23*, 83-96. Recuperado de [https://www.ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Impacto género e orientação sexual na parentalidade.pdf](https://www.ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Impacto_género_e_orientação_sexual_na_parentalidade.pdf)
- Giano, M. (2008). Adaptation and transformation: The transition to adoptive parenthood for gay male couples. *Journal of GLBT Family Studies, 4*(2), 205-243. <https://doi.org/10.1080/15504280802096872>
- Goldberg, A. E. (2010). Lesbian and gay parents and their children: Research on the family life cycle. *Journal of Family Theory & Review, 2*(3), 218-220. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1756-2589.2010.00057.x>
- Goldberg, S. K., & Conron, K. (2018). Demographic characteristics of lesbian, gay, bisexual, and transgender adults in the United States: Evidence from the 2015–2017 Gallup Daily Tracking Survey. In W. Swan (Ed.), *The Routledge Handbook of LGBTQIA administration and policy* (pp. 41–74). New York, NY: Routledge.
- Goldberg, A. E., Downing, J. B., & Moyer, A. M. (2012). Why parenthood, and why now? Gay men’s motivations for pursuing parenthood. *Family Relations, 61*(1), 157–174. <http://dx.doi.org/10.2307/41403646>

- Goldberg, A. E., Downing, J. B., & Richardson, H. B. (2009). The transition from infertility to adoption: Perceptions of lesbian and heterosexual couples. *Journal of Social and Personal Relationships*, 26(6-7), 938–963. <http://dx.doi.org/10.1177/0265407509345652>
- Goldberg, A. E., Gartrell, N. K., & Gates, G. J. (2014). *Research report on LGB-parent families*. Recuperado de <https://escholarship.org/uc/item/7gr4970w>
- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2008). Social support and psychological well-being in lesbian and heterosexual preadoptive couples. *Family Relations*, 57(3), 281–294. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00500.x>
- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2011). Stigma, social context, and mental health: lesbian and gay couples across the transition to adoptive parenthood. *Journal of counseling psychology*, 58(1), 139. <http://dx.doi.org/10.1037/a0021684>
- Goldberg, A. E., Smith, J. Z., & Kashy, D. A. (2010). Preadoptive factors predicting lesbian, gay, and heterosexual couples' relationship quality across the transition to adoptive parenthood. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 221–232. <http://dx.doi.org/10.1037/a0019615>
- Golombok, S. (2015). *Modern Families: Parents and Children in New Family Forms*. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press
- Golombok, S., Mellish, L., Jennings, S., Casey, P., Tasker, F., & Lamb, M. E. (2014). Adoptive gay father families: Parent-Child relationships and children's psychological adjustment. *Child Development*, 85(2), 456-468. <http://dx.doi.org/10.1111/cdev.12155>
- Gordon, I., & Feldman, R. (2008). Synchrony in the triad: A microlevel process model of coparenting and parent-child interactions. *Family Process*, 47(4), 465-479. <http://dx.doi.org/10.1111/j.15455300.2008.00266.x>
- Grossi, M. P. (2003). Gênero e parentesco: Famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, 21, pp. 261–280. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332003000200011>
- Grotevant, H. D., & Von Korff, L. (2011). Adoptive Identity. In S. J. Schwartz, K. Luyckx, & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of identity theory and research* (pp. 585– 601). New York, NY: Springer Science & Business Media.
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267-290. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/buy/1991-00924-001>
- Hernández, J. G., & Uziel, A. P. (2014). Famílias homoparentais e escola: Entre a vigilância e a transformação. *Momento-Diálogo em Educação*, 23(2), 9–24. Recuperado de

- https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Fam%C3%ADlias+homoparentais+e+escola%3A+Entre+a+vigilância+e+a+transformação.&btnG=
- Hicks, S. (2006). Maternal men-Perverts and deviants? Making sense of gay men as foster carers and adopters. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 93-114. http://dx.doi.org/10.1300/J461v02n01_05
- Horsburgh, D. (2003). Evaluation of qualitative research. *Journal of Clinical Nursing*, 12(2), 307–312. <http://dx.doi.org/10.1046/j.1365-2702.2003.00683.x>
- ILGA (2020). Ranking LGBTI: Portugal estagnado no reconhecimento e harmonização dos direitos. Recuperado de <https://ilga-portugal.pt/ranking-lgbti-portugal-estagnado-no-reconhecimento-e-harmonizacao-dos-direitos/>
- Instituto de Segurança Social (2021). *Adoção*. Recuperado de <https://www.seg-social.pt/adocao>
- Jennings, S., Mellish, L., Tasker, F., Lamb, M. & Golombok, S. (2014). Why adoption? Gay, lesbian, and heterosexual adoptive parents' reproductive experiences and reasons for adoption. *Adoption Quarterly*, 17(3), 205-226. <http://dx.doi.org/10.1080/10926755.2014.891549>
- Kreppner, K. (1988). Changes in parent–child relationships with the birth of the second child. *Marriage and Family Review*, 12(3-4), 157–181. https://psycnet.apa.org/doi/10.1300/J002v12n03_09
- Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1),11-22. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4383.pdf>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R, & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205- 216. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Langdridge, D., Connolly, K., & Sheeran, P. (2000). Reasons for wanting a child: A network analytic study. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 18(4), 321-338. <http://dx.doi.org/10.1080/713683044>
- Latinobarómetro. (2015). *Grado de acuerdo: Matrimonio entre personas del mismo sexo*. Retirado de www.latinobarometro.org
- Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during Infancy. *Family Relations*, 54(3), 346-359. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x>

- Lira, A. N. & de Moraes, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: Revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1051-1067. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt>
- Lira, A. N., Moraes, N. A., & Boris, G. D. J. B. (2017). Conceptions and ways of family living: The perspective of lesbian women who have children. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32, 1–10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324213>
- Mallon, G. P. (2000). Gay men and lesbians as adoptive parents. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, 11(4), 1–22. http://dx.doi.org/10.1300/J041v11n04_01
- Mallon, G. P. (2004). *Gay men choosing parenthood*. New York, NY: Columbia University Press.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21. <http://dx.doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marques, D. M. B. (2021). Adoção por casais homoafetivos à luz do direito de família no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 7(2), 14616-14631. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n2-200>
- Maroco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (7^a ed.). Lisboa: ReportNumber.
- McBride, B. A., & Rane, T. R. (1998). Parenting alliance as a predictor of father involvement: An exploratory study. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 47(3), 229–236. <http://dx.doi.org/10.2307/584971>
- McConnachie, A. L., Foley, S., Lamb, M. E., Jadvá, V., Golombok, S., Ayed, N. & Tasker, F. (2020). Adoptive gay father families: A longitudinal study of children’s adjustment at early adolescence. *Child Development*, 92(1), 1-19. <http://dx.doi.org/10.1111/cdev.13442>
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985–996. <http://dx.doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- McHale, J. (2007). When infants grow up in multiperson relationship systems. *Infant Mental Health Journal*, 28(4), 370–392. <http://dx.doi.org/10.1002/imhj.20142>
- McHale, J. P., & Irace, K. (2011). Coparenting in diverse family systems. In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems* (pp. 15–37). Washington, DC: American Psychological Association.

- McHale, J., Khazan, I., Erera, P., Rotman, T., DeCoursey, W., & McConnell, M. (2002). Coparenting in diverse family systems. In M. H. Bornstein (Ed.) *Handbook of Parenting* (Vol. 3, pp. 75-108). NJ: Lawrence Erlbaum Publisher.
- McHale, J., & Lindahl, K. M. (2011). *Co-parenting: A conceptual and clinical examination of family systems*. Washington, DC: American Psychological Association.
- McKay, K., Ross, L. E. & Goldberg, A. E. (2010). Adaptation to parenthood during the post-adoption period: A review of the literature. *Adoption Quarterly*, 13(2), 125–144. <http://dx.doi.org/10.1080/10926755.2010.481040>
- Miranda, C. E. S. & Cohen, R. H. P. (2012). Uma Criança é adotada: O lugar simbólico da filiação e seus efeitos subjetivos. *Psicologia em Pesquisa*, 6(1), 61-67. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n1/v6n1a08.pdf>
- Moyer, A. M. & Goldberg, A. E. (2015). ‘We were not planning on this, but...’: Adoptive parents’ reactions and adaptations to unmet expectations. *Child & Family Social Work*, 22(1), 1-10. <https://doi.org/10.1111/cfs.12219>
- OPP (2017). *Guia orientador da intervenção psicológica com pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT)*. Recuperado de https://www.ordendos psicologos.pt/ficheiros/documentos/guidelines_opp_lgbt_marc_o_2017.pdf
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, f. & Santos, M. A. (2012). Adoção Suficientemente Boa: Experiência de um Casal com Filhos Biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 55-63. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ptp/a/xdCT6kqrg3YSWmZbQKtnj4D/?format=pdf&lang=pt>
- Palacios, J. (2009). La adopción como intervención y la intervención en adopción. *Papeles del psicólogo*, 30(1), 53-62. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77811388007>
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34(3), 270-284. <https://doi.org/10.1177%2F0165025410362837>
- Palma, Y. A., & Strey, M. N. (2015). A relação família e escola: A diversidade familiar compoendo o contexto escolar. *Revista de Psicologia*, 24(1),1-17. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.36918>
- Palma, Y. A., Strey, M. N., & Krugel, G. (2012). Mommy and mommy? The narratives of homomaternal families. *Revista Iberoamericana de Psicologia: Ciência e Tecnologia*,

- 5(1), 81–90. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/MOMMY-AND-MOMMY-THE-NARRATIVES-OF-HOMOMATERNAL-Palma-Krügel/bc555745c4d9122a28747b8c0b82ea5732a1d109>
- Park, N. K., & Hill, P. W. (2014). Is adoption an option? The role of importance of motherhood and fertility help-seeking in considering adoption. *Journal of Family Issues*, 35(5), 601–626. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X13493277>
- Parry, D. C. (2005). Women’s experiences with infertility: The fluidity of conceptualizations of “family.” *Qualitative Sociology*, 28(3), 275-291. <http://dx.doi.org/10.1007/s11133-005-6371-z>
- Patterson, C. J. (1992). Children of lesbian and gay parents. *Child Development*, 63(5), 1025-1042. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8624.1992.tb01679.x>
- Patterson, C. J. (1995). Families of the baby boom: Parents' division of labor and children's adjustment. *Developmental psychology*, 31(1), 115-123. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/buy/1995-17297-001>
- Patterson, C. J. (2013). Coparenting among lesbian, gay, and heterosexual couples: Associations with adopted children's outcomes. *Child Development*, 84(4), 1226-1240. <https://doi.org/10.1111/cdev.12046>
- Patterson, C. J., & Farr, R. H. (2011). Coparenting among lesbian and gay couples. In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: Theory, research, and clinical applications* (pp. 127–146). Washington, DC: American Psychological Association.
- Patterson, C. J., Sutfin, E. & Fulcher, M. (2004). Division of Labor Among Lesbian and Heterosexual Parenting Couples: Correlates of Specialized Versus Shared Patterns. *Journal of Adult Development*, 11(3), 179-189. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035626.90331.47>
- Perrin, E. C., Hurley, S. M., Mattern, K., Flavin, L. & Pinderhughes, E. E. (2019). Barriers and stigma experienced by gay fathers and their children. *Pediatrics*, 143(2), 1-9. <https://doi.org/10.1542/peds.2018-0683>
- Pinderhughes, E. E., & Brodzinsky, D. M. (2019). Parenting in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (pp. 322–367). New York, NY: Routledge.
- Pinheiro, L., Galiza, M., & Fontoura, N. (2009). Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: A licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 851-859. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300013>

- Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional para a Adoção (2019). *Conselho Nacional de Adoção*. Recuperado de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17461974/Relatório%20de%20atividades%20do%20Conselho%20Nacional%20para%20a%20Adoção%20-%202019/28c5633b-5b16-47ac-8e0c-82b8c04f0c1a>
- Ribeiro, J. L. P. (2010). *Investigação e avaliação em psicologia da saúde*. Lisboa: Placebo Editora (pp.41-46)
- Riggle, E. D. B., Rostosky, S. S., & Horne, S. G. (2010). Psychological distress, well-being, and legal recognition in same-sex couple relationships. *Journal of Family Psychology*, 24(1), 82-86. <https://doi.org/10.1037/a0017942>
- Riina, E. M., & Feinberg, M. E. (2018). The trajectory of coparenting relationship quality across early adolescence: Family, community, and parent gender influences. *Journal of Family Psychology*, 32(5), 599-609. <https://doi.org/10.1037/fam0000426>
- Riskind & Patterson (2010). Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family Psychology*, 24(1), 78-81. <https://doi.org/10.1037/a0017941>
- Salvaterra, M. F. A. S. (2007). *Vinculação e adoção* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa e Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa). Recuperado de <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/75/1/TES%20SALV1.pdf>
- Salmela-Aro, K., Nurmi, J. E., Saisto, T., & Halmesmäki, E. (2000). Women's and men's personal goals during the transition to parenthood. *Journal of family psychology*, 14(2), 171-186. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.14.2.171>
- Sanches, I. R., Pelissoli, M. D. S., Lomando, E. M., & Levandowski, D. C. (2017). The social support network of homoaffective families constituted by women. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(2), 176-193. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202017000200004&script=sci_abstract&tlng=en
- Shenkman, G., & Shmotkin, D. (2016). The association between self-perceived parental role and meaning in life among gay and heterosexual fathers. *Journal of Family Psychology*, 30(5), 552-561. <https://doi.org/10.1037/fam0000213>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389-398. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.389>

- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. <https://doi.org/10.1590/s0104-83332007000100003>
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>
- Silva, P. S., Comerlato, L. P., Wendling, M. I. & Frizzo, G. B. (2018). Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: Uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 11(3), 319-334. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.113.04>
- Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D. & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: Uma revisão sistemática. *Pensando Famílias*, 21(2), 60-75. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200006
- Smith, T. W. (2011). *Cross-national differences in attitudes towards homosexuality*. Retirado de <http://escholarship.org/uc/item/81m7x7kb>
- Solmeyer, A., Feinberg, M., Coffman, D., & Jones, D. (2013). The effects of the Family Foundations Prevention Program on coparenting and child adjustment: A mediation analysis. *Prevention Science*, 15(2), 213-223. <https://doi.org/10.1007/s11121-013-0366-x>
- Sumontha, J., Farr, R. H. & Patterson, C. J. (2016). Social Support and Coparenting Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Adoptive Parents. *Journal of Family Psychology*, 30(8), 987-996. <https://doi.apa.org/doi/10.1037/fam0000253>
- Talbot, J. A. & McHale, J. P. (2004). Individual parental adjustment moderates the relationship between marital and coparenting quality. *Journal of Adult Development*, 11(3), 191-205. <https://doi.apa.org/10.1023/B:JADE.0000035627.26870.f8>
- Tate, D. P. & Patterson, C. J. (2019). Desire for parenthood in context of other life aspirations among lesbian, gay, and heterosexual young adults. *Frontiers in psychology*, 10(2679), 1-10. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679>
- Terry, D. J., McHugh, T. A., & Noller, P. (1991). Role dissatisfaction and the decline in marital quality across the transition to parenthood. *Australian Journal of Psychology*, 43(3), 129-132. <https://doi.org/10.1080/00049539108260136>
- Tombolato, M. A., Maia, A. C. B., Uziel, A. P., & Santos, M. A. D. (2018). Preconceito e discriminação no cotidiano de casais homossexuais com filhos. *Estudos de Psicologia*, 35(1), 111-122. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100011>

- Tomfohr-Madsen, L. M., Giesbrecht, G. F., Madsen, J. W., MacKinnon, A., Le, Y., & Doss, B. (2020). Improved child mental health following brief relationship enhancement and co-parenting interventions during the transition to parenthood. *International journal of environmental research and public health*, 17(3), 766, 1-16. <https://doi.org/10.3390/ijerph17030766>
- Tornello, S., Kruczkowski, S. & Patterson, C. (2015a). Division of labor and relationship quality among male sex-sex couples who became fathers via surrogacy. *Journal of GLBT Family Studies*, 11(4), 375–349. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2015.1018471>
- Tornello, S., Sonnenberg, B. & Patterson, C. (2015b). Division of labor among gay fathers: Associations with parent, couple, and child adjustment. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(4), 365–375. <https://doi.org/10.1037/sgd0000109>
- Van Egeren, L. A. & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms with Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development* 11(3), 165-178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>
- Vinjamuri, M. (2015). It's so important to talk and talk: How gay adoptive fathers respond to their children's encounters with heteronormativity. *Fathering: A Journal of Theory, Research & Practice about Men as Fathers*, 13(3), 245-270. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/%22It%27s-So-Important-to-Talk-and-Talk%22%3A-How-Gay-to-Vinjamuri/185763eba56a73d5a69ad0c1ac18d9004c0218f4>
- Vitule, C., Couto, M. T., & Machin, R. (2015). Casais do mesmo sexo e parentalidade: Um olhar sobre o uso de tecnologias reprodutivas. *Interface*, 19(55), 1169–1180. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0401>
- Yardley, L. (2016). Demonstrating the validity of qualitative research. *The Journal of Positive Psychology*, 12(3), 295–296. <https://doi.org/10.1080/17439760.2016.1262624>

ANEXOS

Anexo A - Carta de Consentimento Informado



FOI ASSIM QUE ACONTECEU, A NOSSA FAMÍLIA: Resiliência e funcionamento familiar em famílias planeadas

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo tem como principal objetivo explorar as trajetórias e a resiliência familiar de famílias portuguesas que recorreram à inseminação com dador, adoção, gestação de substituição (barriga de aluguer). Outro objetivo é compreender o impacto do funcionamento familiar no ajustamento psicossocial das crianças ou adolescentes (4-18 anos de idade) das famílias supramencionadas.

O projeto foi criado e desenvolvido pela Psicóloga Clínica Francis Teplitzky e eu, Mariana Freitas Lopes, faço parte de uma equipa de investigação do William James Center for Research (WJCR) do ISPA, Instituto Universitário em Lisboa. Esta equipa é constituída pela Professora Doutora Isabel Leal e pelo Professor Doutor Pedro Costa. Os mesmos são orientadores científicos da doutoranda e também membros da WJCR - ISPA, Instituto Universitário. Este estudo é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) sob a forma de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/118225/2016) e foi aprovado pela Comissão de Ética do ISPA.

Gostaria de solicitar a sua participação para a primeira fase do estudo, na qual será realizada uma entrevista individual ou em casal e cuja duração será aproximadamente de 90 minutos. Com o seu consentimento, gostaria de gravar o áudio das entrevistas. A entrevista será constituída por dois momentos. No primeiro momento serão realizadas algumas questões em aberto sobre o processo de constituição familiar, possíveis dificuldades encontradas e formas de as superar. No segundo momento, será solicitada a realização de mapas familiares.

Gostaria igualmente de solicitar a sua participação na segunda fase do estudo, pedindo o preenchimento de alguns questionários sobre a sua família e o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/filha(s). A duração do preenchimento destes questionários será entre 20 a 30 minutos, aproximadamente. A sua participação em ambas a fases é confidencial.

Com o seu consentimento, gostaria também de convidar o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s) para participar neste estudo. A participação do(s)/a(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s) consiste em colocar umas maçãs no desenho de uma árvore para representar a sua família, e

também em desenhar a sua família. Será pedido posteriormente ao seu filho o preenchimento de alguns questionários. Os dados dos questionários preenchidos pelos pais/mães não serão partilhados com as crianças/adolescentes, assim como os dados preenchidos pelas crianças/adolescentes não serão partilhados com os pais/mães.

Depois do seu consentimento, vou também pedir ao/à seu/sua filho/a que consinta em participar, e explicar-lhe em detalhe quais são as atividades que lhe vou pedir para fazer comigo.

Se houver algum tema que não queria que eu converse com o/a seu/sua filho/a não tem problema, basta para isso que me informe antes de começarmos. O/a seu/sua filho/a será informado que pode partilhar consigo os desenhos e tudo o que conversarmos durante as atividades, mas eu não irei partilhar nada consigo para garantir a confidencialidade da participação do/a seu/sua filho/a, a menos que alguma coisa durante as atividades me deixe preocupada e no caso de isto acontecer, irei primeiro informar o/a seu/sua filho/a que vou conversar consigo sobre isso.

Toda a informação recolhida será codificada para que tanto os pais/as mães como as crianças permaneçam anónimas. Apenas eu e a minha equipa teremos acesso à informação da sua família. Os questionários, desenhos e entrevista serão codificados e será eliminada qualquer informação que possa identificar a sua família como nomes, localidades, etc. Depois de transcrever as entrevistas e de alterar todos os nomes por pseudónimos nas entrevistas, desenhos e mapas familiares, todos os originais serão destruídos. Em todos os relatórios e artigos publicados com os dados deste estudo, irei utilizar pseudónimos e nunca irei partilhar qualquer informação que possa identificar a sua família para proteger o seu anonimato.

A sua participação é voluntária, e se quiser desistir de participar neste estudo pode fazê-lo a qualquer momento. Para desistir de participar basta informar-me sem precisar dar qualquer explicação e eu destruirei os questionários e entrevistas da sua família. Se quiser desistir pode dizer-me pessoalmente ou enviar-me um email. É muito pouco provável que este estudo provoque algum desconforto, mas se isso acontecer e quiser conversar com alguém sobre isso, no final da entrevista eu vou dar-lhe uma folha com informações e contatos de associações e de um psicólogo que o/a possa aconselhar. Se desejar o envio da cópia deste consentimento envie-me um email.

Obrigado pela sua participação.

Francis Anne Teplitzky Carneiro

William James Center for Research, ISPA - Instituto Universitário

Rua Jardim do Tabaco, nº 34

1149-041 Lisboa

Email: fcarneiro@ispa.pt | Tel: 218 811 700 | 919419666



Por favor assine as duas cópias das folhas de consentimento informado

1. Os detalhes deste estudo foram-me informados, e eu consinto em participar. As minhas questões foram respondidas e eu compreendo que posso fazer mais questões em qualquer altura.

Nome:

Assinatura:

Data:

Nome: Francis Anne Carneiro

Assinatura:

Data:

Nome: Mariana Freitas Lopes

Assinatura:

Data:

2. Os detalhes deste estudo foram-me informados e eu consinto na participação do/a meu/minha filho. Será também pedido ao/à meu/minha filho/a que consinta em participar.

Nome:

Assinatura:

Data:

Nome: Francis Anne Carneiro

Assinatura:

Data:

Nome: Mariana Freitas Lopes

Assinatura:

Data: